MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO

Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Esp. Santo ï SFA-ES

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINARIAS ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão, apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 108/2010 e 117/2011, da Portaria TCU nº 123/2011 e Portaria CGU nº 2546/2010

Vitoria ï ES MARÇO/2012

Apresentação

O presente Relatório foi elaborado em consonância com as disposições da Instrução Normativo TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 108/2010 e 117/2011, da Portaria TCU nº 123/2011 e Portaria CGU nº 2546/2010, e mostra de forma clara os resultados da Gestão da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Espírito Santo ï SFA-ES no exercício de 2011.
Alguns itens não foram contemplados em razão das peculiaridades e por não se enquadrarem a realidade desta Unidade, são eles:

PARTE A ï Conteúdo Geral - Informações Gerais Sobre a Gestão.

Item 1:
- 1.2 - Relatório de Gestão Consolidado;
- 1.3 - Relatório de Gestão Agregado;
- 1.4 - Relatório de Gestão Consolidado e Agregado.

Item 2 :
- 2.4.1.1 ï Programação das Despesas Correntes;
- 2.4.1.2 ï Programação das Despesas de Capital;
- 2.4.1.3 ï Quadro Resumo da Programação das Despesas;
- 2.4.2.1 ï Execução Orçamentária de Créditos Originários;
- 2.4.2.1.1 ï Despesas por Modalidade de Contratação;
- 2.4.2.1.2 ï Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa;
- 2.4.2.1.3 ï Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa;

Item 3 :
- 3.1 ï Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.

Item 6:
- 6.1 ï Transferências efetuadas no exercício;
- 6.1.1 ï Relação de instrumentos de transferências vigentes no exercício de 2010;
- 6.1.2 ï Quantidade de Instrumentos de Transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios;
- 6.1.3 ï Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes;
- 6.1.4 ï Informações sobre prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repas se;
- 6.2 ï Análise crítica.

Item 11:
- 11.1 ï Renúncia Tributária sob Gestão da SFA-ES;
- 11.2 _ Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida;
- 11.3 _ Contribuintes Beneficiados pela Renúncia;
- 11.4 ï Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária- Pessoas físicas e jurídica;
- 11.5 ï Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária;
- 11.6 _ Prestações de Contas de Renúncia de Receitas;
- 11.7 _ Comunicações à RFB;
- 11.8 ï Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas;
- 11.10 ï Fiscalizações Realizadas pela RFB.

Item 12:
- 12.3 ï Recomendações da UCI atendidas nos exercícios
- 12.4 - Recomendações da UCI pendentes de atendimento ao final do exercício

PARTE B ï Informações Contábeis da Gestão:

Não se aplica em razão desta SFA-ES não ser uma Unidade Orçamentária;

PARTE C ï . Indicadores de desempenho das IFES:

Não se aplica em razão desta Unidade não possuir informações correlacionadas.

Os demais itens do presente Relatório foram contemplados obedecendo às normas que norteiam a sua elaboração.
Ressaltamos que os indicadores de Programas ï Quadro A.2.1 - não foram contemplados neste Relatório, em razão de que a gestão destes é exercida em nível de Secretarias do MAPA, não sendo de responsabilidade desta Unidade a avaliação dos mesmos, competindo à SFA-ES apenas executar e acompanhar os resultados das ações definidas pelas Coordenações dos Programas.
Os resultados aqui apresentados são frutos de um trabalho desenvolvido pelas equipes técnicas e administrativas da Unidade que não mediram esforços para atingir as metas proposta

SUMÁRIO

Descrição	Pagina
Folha de Rosto	**0**
Apresentação	**02**
Sumário	**04**
Lista de Abreviações e Siglas	**06**
1 - Identificação da Unidade	**07**
2 ï Planejamento e Gestão Orçamentária	**08**
2.1 - Responsabilidades Institucionais da Unidade	**08**
2.1.1 ï Competência Institucional	**08**
2.1.2 ï Objetivos Estratégicos	**08**
2.1.2.1 ï Missão e Visão de Futuro	**09**
2.2 - Estratégias de Atuação Frente às responsabilidades institucionais	**09**
2.2.1 ï Analise do plano estratégico da unidade	**09**
2.2.1.1 ï Implantação da Gestão Estratégica na SFA-ES	**10**
2.2.2 ï Analise do plano de ação da SFA-ES referente a 2010	**14**
2.3 - Programas e Ações de Governo sob a responsabilidade da SFA-ES	**15**
2.3.1 ï Execução dos Programas e Ações de Governo sob a responsabilidade da SFA	**15**
2.3.2 ï Execução Física das ações realizadas pela SFA-ES	**85**
2.4 - Desempenhos Orçamentários e Financeiros	**86**
2.4.1 - Programação Orçamentária das Despesas	**86**
2.4.2 ï Programação das Despesas Correntes	**86**
2.4.3 ï Programação das Despesas de Capital	**86**
2.4.3.1 ï Quadro Resumo da Programação de Despesa	**86**
2.4.3.2 ï Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	**86**
2.4.4 ï Execução Orçamentária das Despesas	**88**
2.4.5 ï Despesa Corrente por Grupo e Elemento de Desp. dos Credito por Movimentação	**89**
2.4.6 ï Despesa de Capital Grupo Elem. Desp. dos Créditos Recebidos por Movimentação	**90**
2.4.7 ï Indicadores Institucionais	**90**
3 ï Informações sobre reconhecimento de passivos por insuficiência de Créditos	**91**
3.1 ï Reconhecimento de Passivo por Insuficiência de Créditos ou Recursos	**91**
4 ï Informações sobre a movimentação de Restos a Pagar e Exercícios Anteriores	**91**
4.1 ï Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	**91**
4.2 ï Análise Critica	**91**
5 ï Informações Sobre Recursos Humanos	**92**
5.1 ï Composições do quadro de servidores ativos	**92**
5.2 ï Composições do quadro de servidores inativos e pensionistas	**95**
5.3 ï Composições do quadro de estagiários	**96**
5.4 ï Custos associados à manutenção dos recursos humanos	**97**

5.5 ï Locações de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços	**98**
5.6 ï Indicadores gerenciais sobre recursos humanos	**99**
6 - Informações sobre transferências mediante convenio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício 2010	**101**
6.1 ï Transferências efetuadas no Exercício	**101**
6.2 ï Análise Critica	**104**
7 ï Declaração da Área Responsável atestando que as informações referente a Contratos e Convênios ou Outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no SIASG e SICONV.	**105**
8 ï Informações sobre a entrega das declarações de bens e rendas.	**108**
9 ï Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da SFA	**108**
9.1 ï Estrutura de Controles Internos	**108**
10 ï Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras	**110**
10.1 ï Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	**110**
11 **ï Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da SFA-ES, classificado como ñBens de Uso Especialò, de propriedade da União ou locado de terceiros**	**111**
11.1 ï Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	**111**
12 **- Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da SFA-ES**	**112**
12.1 - Gestão da Tecnologia da Informação	**112**
13 ï Informação sobre a utilização de Cartões de Pagamento do Governo Federal	**113**
13.1 ï Despesas com Cartões de Credito Corporativo	**113**
14 ï Informações sobre as Renuncia Tributaria sob a Gestão da SFA, bem como sob as fiscalizações realizadas pela SRF do Brasil, voltadas para a averiguação da regularidade das renuncias de receitas tributarias	**113**
14.1 ï Renúncia Tributaria sob a Gestão da SFA	**113**
14.2 ï Valores Renunciados e respectivas contrapartidas	**113**
14.3 ï Contribuintes Beneficiados pela Renuncia	**113**
14.4 ï Beneficiários da Contrapartida da Renuncia Tributaria	**114**
14.5 ï Programa Orçamentário Financiado com a Contrapartida de Renúncia e Receita Tributária	**114**
14.6 ï Prestações de Contas da Renuncia e Receita	**114**
14.7 ï Comunicações à RFB das providencias adotadas pela SFA ES em face do descumprimento da legislação que instituiu e regulamenta a renuncia de receita	**114**
14.8 ï Indicadores de Gestão da Renuncia de Receita	**114**
14.9 ï Declaração do Gestor Responsável pela Concessão, Acompanhamento e fiscalização do neficio Tributário	**114**
14.10 ï Fiscalizações Realizadas pela RFB	**115**
15 - Informações sobre as Providencias adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdão do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno ou que fiscaliza a Unidade.	**115**
15.1 ï Deliberações do TCU atendidas no exercício	**115**
15.2 ï Deliberações do TCU pendentes ao final do exercício	**130**
15.3 ï Recomendação da OCI atendidas	**131**
15.4 - Recomendação da OCI pendentes de atendimento no exercício	**137**
16 . Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno	**143**

17-Outras informações consideradas relevantes	**143**
PARTE B	
1 - Declaração do Contador e demonstrativos que refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da SFA-ES	**144**
2 ï Demonstrativos contábeis previsto na Lei 4.320/64, incluindo as notas explicativas.	**146**
3 ï Demonstrativos Contábeis previsto na Lei 6.404/76, incluindo as notas explicativas.	**146**
4 ï Informações sobre a composição acionaria do capital social	**146**
5 ï Parecer da auditoria independente, sobre as demonstrações contábeis	**146**

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

AAPRODUTOR ï Apoio ao Pequeno e Meio Produtor Agropecuário
ADMSEDE ï Administração Sede
AGE ï Assessoria de Gestão Estratégica
APOIOAGRIC ï Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas
APOIOPEC ï Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias
CAPACITA ï Capacitação de Servidores
CERTORGAN ï Certificação de Produtos Orgânicos
DESENORG - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica ï Pro Orgânico
FEBREAFTOS - Erradicação da Febre Aftosa
FICONTRATO ï Fiscalização de Contratos de Repasses
FISAGROTOX ï Fiscalização de Agrotóxicos Afins
FISCAGRIC ï Fiscalização de Serviços Agrícolas
FISCALSEM ï Fiscalização de Sementes e Mudas
FISCANIMAL ï Fiscalização Internacional de Animais
FISCGENE ï Fiscalização de Material Genético Animal
FISCINAN ï Fiscalização de Insumos destinados a Alimentação Animal
FISCORGEN ï Fiscalização da Atividade com Organismos Geneticamente Modificados
FISCPLANTA ï Fiscalização Internacional de Plantas
FISFECOI ï Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes
FISPROVET ï Fiscalização de Produtos Veterinários
GAPSDC ï Gestão e Administração de Programas Secretaria Desenvolvimento Cooperativismo
IDAF ï Instituto de Defesa Agropecuário e Florestal
INATPEN ï Inativos e Pensionistas
INDIGRAF - Fomento a Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários - IG
INOVAGRO ï Fomento a Inovação no Agronegócio
INSPANIMAL ï Inspeção de Produtos de Origem Animal
IPVEGETAL ï Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
MANUTSFA ï Manutenção da Superintendência Federal de Agricultura
PADCLASSIF ï Padronização e Classificação Vegetal
PCEANIMAL - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças Dos Animais
ERPPANIMAL -
PCEVEGETAL - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais
RASTREAB ï Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agro alimentar
RESIDUO - Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal E Animal
SAD ï Serviço de Apoio Administração
SAG ï Seção de Atividades Gerais
SEOF ï Seção de Execução Orçamentária e Financeira
PROMOAGRO ï Promoção do Agronegócio no Exterior
SGP ï Seção de Gestão de Pessoal
DDA ï Divisão de Defesa Agropecuária
SVA ï Serviço de Vigilância Agropecuária
SISV ï Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal
SISA ï Serviço de Inspeção de Saúde Animal
SEFAG ï Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários
DPDAG ï Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário
SESAG ï Seção de Suporte Agropecuário
SECAF ï Seção de café
SFA ï Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Espírito Santo
SEOF ï Seção de Orçamento e Finanças
SIPAG ï Serviço de Inspeção Agropecuária
SRH ï Seção de Recursos Humanos
VIGIAGRO ï Vigilância Agropecuária Internacional
VIGIFITO - Vigilância e Fiscalização do Transito Interestadual de Vegetais

PARTE A

1- IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1 ï RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

A.1.1 ï IDENTIFICAÇÃO DA UJ ï RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pec. Abastecimento			**Código SIORG**: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento			
Denominação abreviada: SFA-ES			
Código SIORG: 14	**Código LOA:** 22101	**Código SIAFI: 130060**	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Regulamentação e fiscalização das questões econômicas na agricultura; federal, estadual, municipal		**Código CNAE:** 8413-2	
Telefones/Fax de contato:	(27) 3137-2742	(27) 3137-2700	(27) 3137-2719
Endereço eletrônico: agricultura.gov.br			
Página da Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, nº. 495 ï Edifício Centro Empresarial Enseada, 8º Enseada do Suá ï Cep.: 29050-420 - Vitória/ES			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº. 1784 de 11/01/96 (D.O.U. de 12/01/96);			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno, instituído pela Portaria nº. 576 de 08/12/98 (D.O.U. de 29/12/98), alterado pelo Decreto nº. 5.351 de 21/01/05 (D.O.U. de 24/01/05); e Portaria MAPA nº 300, de 16/06/05 (D.O.U. de 20/06/05), Portaria nº 428 de 09/07/2010 e Decreto 7.127 de 04/03/2010			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
A informação será fornecida pela Unidade Orçamentária			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada - NÃO SE APLICA			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	**Nome**		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	**Nome**		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		**Código SIAFI da Gestão**	

2 ï PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 ï RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

2.1.1 Competência institucional

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, unidade descentralizada, consoante orientações técnicas específicos singulares e setoriais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, compete executar

I - atividades e projetos de defesa, inspeção, fiscalização e de fomento agropecuário e da heveicultura, assistência técnica e extensão rural, infra-estrutura rural, cooperativismo e associativismo rural, produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, açúcar e álcool;
II - atividades relacionadas com a administração de recursos humanos e de serviços gerais;
III - da programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados e ;
IV - ações voltadas para a qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários.

Parágrafo único: As Superintendências têm jurisdição no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, podendo haver alteração desse limite, no interesse comum, para execução das atividades de defesa agropecuária e de apoio à produção e à comercialização agropecuárias, à infra-estrutura rural, bem como ao cooperativismo e ao associativismo rural mediante ato do Ministro de Estado.

2.1.2 Objetivos Estratégicos

Os objetivos Estratégicos foram definidos e alinhados à **Missão** e **Visão de Futuro** do **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** - MAPA, indicando como pretende sair da situação atual para a situação desejada no futuro, conforme colocado na Visão da instituição.

Os títulos e as descrições dos objetivos estratégicos são apresentados a seguir:

- **PERSPECTIVA DA SOCIEDADE**
  - ✓ Aumentar a produção de produtos Agropecuários Não Alimentares e Não Energéticos;
  - ✓ Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio;
  - ✓ Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética;
  - ✓ Garantir a Segurança Alimentar;
- **PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO E PARCEIROS**
  - ✓ Ser Referência em informações estratégicas para o agronegócio;
  - ✓ Ser excelente na implantação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Agronegócio;
  - ✓ Ser agente de fortalecimento e harmonização do agronegócio;

- **PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS**

  - ❖ **INFORMAÇÃO**
    - ✓ Melhorar a Qualidade e o acesso às informações para o Agronegócio;
    - ✓ Aprofundar o conhecimento sobre o agronegócio;
    - ✓ Ampliar a oferta de Estudos de Prospecção e Avaliação;

- **PRODUTOS E SERVIÇOS**
  - ✓ Buscar Maior Efetividade na Formulação e Implantação das Políticas Públicas para o Agronegócio;
  - ✓ Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos;
  - ✓ Desenvolver e Garantir o acesso a Tecnologia;
  - ✓ Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária;
- **ARTICULAÇÃO E PROMOÇÃO**
  - ✓ Aprimorar a articulação do agronegócio e sua participação nas ações do MAPA;
  - ✓ Promover o Agronegócio e a Imagem do MAPA;
  - ✓ Promover a Organização e a Integração das Cadeias Produtivas;

- **EXCELÊNCIA ADMINISTRATIVA**
  - ✓ Fortalecer o Processo de Gestão Estratégica no MAPA;
  - ✓ Ter Eficiência e Transparência na Execução Orçamentária e Financeira;
  - ✓ Melhorar Continuamente a Infra - estrutura e os Processos de Trabalho;
- **PERSPECTIVA DE PESSOAS, APRENDIZADO E CRESCIMENTO**
  - ✓ **INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO**
  - ✓ Melhorar a Gestão da Informação e do Conhecimento
  - **AMBIENTE DE TRABALHO**
    - ✓ Valorizar e Motivar as Pessoas e Fortalecer o Trabalho em equipes Interdisciplinares;
    - ✓ Desenvolver cultura orientada a resultados;
    - ✓ Desenvolver Comunicação Interna Ágil e Eficaz
  - **PESSOAS**
    - ✓ Desenvolver e Reter Competência do Corpo Funcional

2.1.2.1 ï Missão e Visão de Futuro

Missão

ñPromover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em beneficio da sociedade brasileira.ò

Visão de Futuro

ñSer Reconhecido pela qualidade e Agilidade na Implantação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.ò

2.2 ï ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.2.1 - Análise do plano estratégico da Unidade:

As estratégias do MAPA/ SFA-ES, constantes no seu Plano Estratégico, estão representadas no PPA 2008-2011 por meio de Objetivos Setoriais, Programas e Ações. Os Objetivos Setoriais do MAPA/ SFA-ES, que coincidem com os objetivos estratégicos, são:

1 ï Aumentar a Produção de Produtos Agropecuários não alimentares e não energéticos:
A SFA, amparada na legislação, executou Ações de Fiscalização e Supervisão de estabelecimentos e produtos, contribuindo assim para o aumento da oferta de matérias primas e produtos agropecuários não alimentares e não energéticos disponibilizados no mercado, conforme informações contidas no corpo deste relatório.

2- Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética:
A SFA participou do esforço governamental de ampliar a produção da Agroenergia na matriz energética, através de Ações de Fomento e Apoio a projetos de produção de matérias primas para o uso e comercio do bicombustível.

3 ï Garantir a Segurança Alimentar:
Para este objetivo a SFA contribui de forma positiva, fiscalizando, supervisionando a conformidade dos produtos e subprodutos de origem animal e vegetal.
4 ï Impulsionar o desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio.
Através dos trabalhos da inspeção e certificação fitossanitária executados pelos Fiscais Federais Agropecuários.
Outra contribuição significativa desta Superintendência para o impulsionamento deste objetivo foi os levantamentos fitossanitários na área de sanidade vegetal, que mantém o Estado do Espírito Santo livre de diversas pragas quarentenárias A2.
Em relação às exportações brasileiras é possível verificar que as ações desenvolvidas pela Superintendência Federal de Agricultura, em relação à cultura do mamão, por exemplo, no que se refere à sanidade das lavouras, monitoramento da ocorrência das moscas-das-frutas e nas inspeções e fiscalizações relacionadas ao programa de exportação de mamão para os Estados Unidos da América, foram relevantes, pois possibilitaram a exportação de aproximadamente 14.000 toneladas da fruta para diversos mercados o que representou cerca de 50% do volume de mamão *in natura* exportado pelo País.
Esse volume representou divisas de aproximadamente 20.000.000,00 de dólares em exportações da frutas.

2.2.1.1 ï IMPLANTAÇÃO DA GESTAO ESTRATEGICA NA SFA-ES

O processo de Gestão Estratégica na Superintendência Federal de Agricultura, iniciado em 2010 com a implantação da R A E ï Reunião de Analise Estratégica ï teve continuidade no exercício de 2011 e contou com o envolvimento dos servidores da área técnica e administrativa.
Em 06.03.2012, foi realizada a R A E referente ao exercício de 2011, onde foi avaliado o alcance dos objetivos setoriais definidos por indicadores de desempenho estabelecidos pela equipe da Gestão Estratégica do MAPA em conjunto com as Coordenações.
Os indicadores de desempenho do exercício de 2011 estão representados graficamente pelos objetivos estratégicos contidos em quatro de diferentes perspectivas: sociedade, agronegócio e parceiros, processos internos, aprendizado e crescimento.
A seguir, o demonstrativo dos resultados dos indicadores estabelecidos para 2011.

GESTÃO ESTRATÉGICA - INDICADORES DE DESEMPENHO ANO 2011

Unidade: Gabinete do Superintendente

Situação dos Resultados Estratégicos

T1	T2	T3	T4	Resultado	Indicadores de Desempenho	Metas	Avaliação do Desempenho até o Período
				GM. R1 - Sistema de Comunicação Integrada do MAPA implantado	Taxa de notícias espontâneas favoráveis veiculadas na mídia sobre o MAPA		**Produtos Gerados:** Divulgação na mídia local, de noticias sobre as ações da SFAES no Estado. **Pontos de Atenção:** Falta de divulgação na midia local, por falta de profissional na area de jornalismo. **Resumo da Avaliação:** Desempenho prejudicado em razão da saída da jornalista
					Grau de Conhecimento da Gestão Estratégica por parte da Gerência	3,8	**Produtos Gerados:** Nível de conhecimento das gerencias sobre GE. **Pontos de Atenção:** Gerencias e servidores necessitando de maior envolvimento na GE **.** **Resumo da Avaliação:** Concluir o treinamento sobre Mapa de Aprendizagem na SFAES e envolver as gerencias no processo da RAE**.**

	Acima 90% da Meta		Entre 90% e 60% da Meta		Abaixo 60% da Meta		Dado não disponível

Unidade: Divisão Administrativa

Situação dos Resultados Estratégicos

T1	T2	T3	T4	Resultado	Indicadores de Desempenho	Metas	Avaliação do Desempenho até o Período
				SE.R1 - Gestão por competência Implantada	Índice de Capacitação em Competências		**Produtos Gerados: Horas de capacitação por servidor** **Pontos de Atenção: servidores sobrecarregados; falta de conhecimento e habilidade para executar determinada tarefa. Número de adesão ao treinamentos a distancia muito baixo.** **Resumo da Avaliação: Necessário desenvolver um plano de capacitação para os servidores de forma a melhorar o conhecimento a habilidades e aptidão - CHA, para que cada unidade possa trabalhar as suas necessidades, com mais autonomia..**

	Acima 90% da Meta		Entre 90% e 60% da Meta		Abaixo 60% da Meta		Dado não disponível

Unidade: Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV/DDA/SFA-ES

Resultados dos Indicadores

T 1	T 2	T 3	T 4	Resultado	Indicadores de desempenho	Metas	Avaliação de desempenho até o período
				SDA.R8 - Qualificar e Melhorar o Status Fitossanitário Nacional	Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo de 48 horas da notificação	100%	**Produto gerado:** 100,0% dos suspeitas atendidas no prazo de 48 horas **Pontos de Atenção:** Necessidade de notificação imediata ao SISV das suspeitas de ocorrência de pragas quarentenárias. Respostas rápidas do Departamento de Sanidade Vegetal para as notificações comunicadas do SISV/ES.
				SDA R4a - Qualidade dos produtos de origem vegetal assegurada (conformes e seguros)	Índice de conformidade de produtos de origem vegetal	83%	**Produto gerado:** 62,0% dos produtos de origem vegetal, seguros e conformes durante o ano de 2011 - (83% Metas). **Pontos de Atenção: Setor de bebidas:** Gerenciamento dos Processos; Redução da força de trabalho por aposentadorias e transferências; contingenciamento de recursos. **Setor de Classificação Vegetal:** Contingenciamento de recursos; Programação de Técnicos que atuam na rea não é concretizada.

	Acima 90% da Meta		Entre 90% e 60% da Meta		Abaixo 60% da Meta		Dado não disponível

Unidade: Serviço de Inspeção e Sanidade Animal - SISA/DDA/SFA-ES

Resultados dos Indicadores

T1	T2	T3	T4	Resultado	Indicadores de desempenho	Metas	Avaliação de desempenho até o período
				SDA.R1a - Sistema Zoossanitário Implantado e Operacional em Todo o Território Nacional	Porcentagem de propriedades cadastradas no sistema eletrônico para emissão de GTA e em conformidade com o manual de padronização	60%	**Produto gerado:** 100,0% de de propriedades cadastradas no sistema eletrônico para emissão de GTA e em conformidade com o manual de padronização **Pontos de Atenção:** Verificação quanto ao lançamentos corretos dos cadastros de propriedades pelos funcionários do IDAF. Necessidade de reforço dessa verificação junto a Diretoria do órgão e em supervisões a campo.
					Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo de 24 horas da notificação (Síndromes: vesicular, hemorrágica do suíno, nervosa, respiratória e nervosa das aves)	60%	**Produto gerado:** 88,0% de suspeitas atendidas no prazo de 24 horas da notificação. **Pontos de Atenção:** Manter a supervisão do órgão executor.
					Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa	89%	**Produto gerado:** 100,0% de bovinos livres de febre aftosa, reconhecidos pela OIE **Pontos de Atenção:** Manter a supervisão do órgão executor.

				SDA.R5a - Sistema de inspeção animal revisado e implantado	Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal	70%	**Produto gerado:** 69,0% das supervisões realizadas e produtos de origem animal analisados conformes. **Pontos de Atenção:** Atenção para a necessidade de cumprimento do cronograma mensal de supervisão e de colheita de amostras. Necessidade urgente de alocação de maior quantitativo de pessoal técnico para as atividades de inspeção, bem como o aumento do do numero de diárias autorizadas para as ações externas de fiscalização.

	Acima 90% da Meta		Entre 90% e 60% da Meta		Abaixo 60% da Meta		Dado não disponível

Unidade: Serviço de Fiscalização Agropecuária

Situação dos Resultados Estratégicos

T1	T2	T3	T4	Resultado	Indicadores de desempenho	Metas	Avaliação de desempenho até o período
				SDA.R3a - Conformidade dos insumos pecuários assegurada	Índice de conformidade de material genético animal	> 90 %	**Produto gerado:** 100% de material genética animal conforme. **Pontos de Atenção:** Necessidade de revisão dos índices aplicados à fórmula, tendo em vista a diretriz da fiscalização de focar produtos com suspeita ou histórico de resultados analíticos e qualitativos não conformes.
				SDA.R3a - Conformidade dos insumos pecuários assegurada	Índice de conformidade de produtos de uso veterinário	> 90 %	**Produto gerado:** 100% produtos de uso veterinário conforme **Pontos de Atenção:** Necessidade de revisão dos índices aplicados à fórmula, tendo em vista a diretriz da fiscalização de focar produtos com suspeita ou histórico de resultados analíticos e qualitativos não conformes.
				SDA.R3a - Conformidade dos insumos pecuários assegurada	Índice de conformidade de produto para alimentação animal	< 90 %	**Produto gerado:** 67% de insumos pecuários conforme **Pontos de Atenção:** Nada a declarar.
				SDA.R3a - Conformidade dos insumos agrícolas	Índice de conformidade dos insumos agrícolas	86%	**Produto gerado:** 78,5% de insumos agrícolas conformes (3º trimestre - Fertilizantes e Sementes e Mudas) **Pontos de Atenção:** Necessidade de revisão dos índices aplicados à fórmula, tendo em vista a diretriz da fiscalização de focar produtos com suspeita ou histórico de resultados analíticos e qualitativos não conformes.

	Acima 90% da Meta		Entre 90% e 60% da Meta		Abaixo 60% da Meta		Dado não disponível

Unidade: Divisão de Política e Desenvolvimento Agropecuário
Situação dos Resultados Estratégicos

T1	T2	T3	T4	Resultado	Indicadores de Desempenho	Metas	Avaliação do Desempenho até o Período
				SDC.R1.T1 ï Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis Implantados	Unidade Controlada		**Produtos Gerados:** 143 Unidades Controladas cadastradas na SFA-ES (127% da meta). **Pontos de Atenção:** 1) Fucionamento do SIGOrg. 2) Provisão de recursos para desempenho da função de Estado de fiscalização. 3) Capacitação de técnicos das áreas de fiscalização, inspeção, defesa e vigilância da Superintendência para aplicação da legislação de orgânicos em suas atividades de rotina. ção de orgânicos em suas atividades de rotina.
				SDC.R1.T5 ï Fomento ao desenvolvimento da agricultura orgânica	Relação entre o total de pessoas beneficiadas previsto e o total efetivamente alcançado		**Produtos Gerados:** 666 pessoas beneficiadas (42% da meta). **Pontos de Atenção:** Solução dos problemas de contingenciamento de recursos da SDC.
				SDC.R2 ï Ampliação do Capital Intelectual Protegido, do desenvolvimento tecnológico e da inovação no agronegócio	Percentual de Indicações Geográficas do Agronegócio Apoiadas		**Produtos Gerados:** 25 % dos projetos potenciais IGs apoiados (83% da meta). **Pontos de Atenção:** Capacitação do corpo técnico dos DPDAGs e outros setores relacionados na SFA sobre IG e marcas coletivas, com ênfase para esta última.
				SDC.R4 ï Minimizar os problemas de infraestrutura e logística	Percentual de contratos de repasse regulares		**Produtos Gerados:** Foram sorteados pela DIEL 11(onze) contratos de repasse para fiscalização, e sómente 1 (hum) se encontra regular. **Pontos de Atenção:** Disponibilização de recursos, de acordo com a programação..

	Acima 90% da Meta		Entre 90% e 60% da Meta		Abaixo 60% da Meta		Dado não disponível

2.2.2 Análise do plano de ação da Unidade

A avaliação das metas de execução física e financeira dos PI´s permitiu o gerenciamento das atividades operacionais, proporcionando a integração entre as diferentes áreas e o alinhamento das atividades operacionais com o Mapa Estratégico

2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA SFA-ES

2.3.1 ï Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da SFA-ES.

Em 2011 a Unidade executou 08 (oito) programas finalísticos, através de 31 (trinta e uma) Ações (PIôs) e 01 (um) Programa de Apoio Administrativo com ações exclusivamente administrativas, que resultaram em bens e serviços ofertados diretamente à sociedade. Estes Programas foram definidos no Plano Plurianual ï PPA 2008-2011- e estão voltados para o fortalecimento do agronegócio no país. As ações do PPA estão desdobradas em Planos Internos (PI´s) que são executadas por meio de atividades específicas, para as quais são estabelecidas metas para o exercício.

Quadro A.2.1 ï DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA E SUAS AÇÕES

01 - Identificação do Programa de Governo						
Código do PPA: **0356**		**Denominação**: **SEGURANÇA NA QUALIDADE DOS ALIMENTOS E BEBIDAS**				
Tipo de Programa: finalístico						
Objetivo Geral: Garantir a segurança alimentar						
Objetivo Especifico: Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.						
Responsável: EMILIANO PEDROZO/ RICARDO SCANTAMBURLO PRATES						
Público Alvo: Produtores, Indústrias, armazenistas, estabelecimentos comerciais, consumidor final.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						EM R$ 1,00
Dotação		**Despesa Empenhada**	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar não Processados**		**Valores Pagos**
Inicial	**Final**					
		209.783,23	209.783,23	63.438,41		189.462,85
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	**Indicador (Unid. Medida)**	**Referência**			**Índice Previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice Inicial**	**Índice final**		
Fórmula de Calculo do Índice:						
Analise do Resultado Alcançado						
Ordem	**Indicador (Unid. Medida)**	**Referencia**			**Índice Previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice Inicial**	**Índice Final**		
Formula de Calculo do Índice						
Analise do Resultado Alcançado						
OBS: Esta SFA-ES não tem responsabilidade pela gestão do Programa, apenas executa Ações pertinentes ao mesmo, cujas metas são definidas pela Coordenação em Brasília.						

1.1 - AÇÃO 4746 - PADRONIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS.

1.1.1ï Dados gerais da ação

Tipo	Finalística
Finalidade	Garantir a certificação da identidade, qualidade e segurança dos produtos antes de serem colocados à disposição dos consumidores, assim como o credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Padronização e Classificação de produtos vegetais
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	SDA/MAPA
Coordenador Nacional da Ação	FABIO FLORÊNCIO FERNANDES
Unidades Executoras	SFA-ES - SISV

1.1.2 - Principais resultados:

- A meta física programada (LOA) estabelecida para a Ação 4746 consistiu na quantidade total de produtos fiscalizados, abrangendo tanto as ações realizadas em estabelecimentos comerciais e embaladores (mercado interno) quanto àquelas referentes aos produtos oriundos da importação. Durante o ano de 2011 foram fiscalizadas 473.298 toneladas de produtos, superando em 5,2% o total inicialmente programado (450.000 ton.) e em 8,8% a programação corrigida (435.000 ton.). O resultado obtido deveu-se ao incremento ocorrido na importação de grãos sujeitos à classificação obrigatória.

Outras metas estabelecidas no Plano Operativo de 2011 para o setor foram: número de fiscalizações em estabelecimentos e número de amostras fiscais coletadas.

- No ano de 2011 foram realizadas **126** fiscalizações em estabelecimentos, representando **84%** do total programado (150). Cabe ressaltar que o resultado obtido pode ser considerado satisfatório, tendo em vista o contingenciamento de recursos aplicado pelo Governo Federal.

- Com relação ao número de amostras coletadas **(128),** houve um incremento significativo em relação ao programado (**60**), explicado pela execução do ñPrograma Estadual de Monitoramento da Qualidade de Produtos Vegetaisò.

Nesse trabalho foram coletadas amostras fiscais de arroz e feijão em 10 municípios do Estado, previamente sorteadas pela CGQV/MAPA. As amostras foram classificadas diretamente pela SFA/ES ï viabilizado com a lotação de um técnico classificador no SISV, a partir do mês de setembro/2011.

As ações de classificação das amostras fiscais coletadas resultaram num índice de conformidade de 69,5%. Embora represente um decréscimo de 9,5**%** em relação ao ano anterior, o resultado obtido pode ser considerado satisfatório quando comparado à meta anual estratégica estabelecida pelo MAPA para o índice de conformidade de produtos de origem vegetal (75%).

No decorrer dos trabalhos de fiscalização foram lavrados 57 autos de infração, os quais resultaram num total de R$ 107.101,87 em multas aplicadas até o momento. Desse total, o valor de R$ 43.725,67 foi efetivamente recolhido ao Tesouro no período analisado.

1.1.3 ï Entraves:

1) O ñcontingenciamento de recursosò praticado anualmente pelo Governo, o que dificulta a execução das atividades programadas; 2) pendências existentes na regulamentação do Decreto da Classificação Vegetal, inviabilizando ações mais efetivas na fiscalização de certos produtos, principalmente os hortícolas e outros perecíveis; 3) a limitação existente no MAPA em termos de apoio laboratorial, restringindo a realização de ações de fiscalização rotineiras de produtos como o amendoim, os farináceos e os óleos vegetais.

1.1.4 ï Indicador de Desempenho:

Eficácia	*Efetividade*
Descrição da Meta: Fiscalização em Estabelecimentos e em Postos de Classificação	
Nº de Estabelecimentos Fiscalizados em relação ao estimado	Percentual de produtos que se encontram dentro dos padrões de qualidade
Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizada pelo nº de fiscalizações programadas em 2011. = (FR 2011 / FP 2011) * 100 = (126/ 150) * 100 = 84,0%	Nº de amostra em conformidade pelo total de amostras classificadas. = (AC/TAC) * 100 = (89/128) * 100 = 69,5%

1.1.5 - DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

PI PADCLASSIF

Natureza da Despesa		Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Empenhos a Liquidar	Valores Pagos
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	10.108,00	10.020,20	10.020,20	10.020,20	87,80
339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.279,64	1.279,64	1.279,64	1.279,64	
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	70.287,84	69.865,62	69.865,62	60.865,62	422,22
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	225,37	225,37	225,37	225,37	
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	33.958,50	33.958,50	33.958,50	33.958,50	
		115.859,35	**115.349,33**	**115.349,33**	**106.349,33**	**510,02**

1.1.6 ï Contratações e Parcerias:

Destaca-se o Contrato MAPA/SFA-ES nº 12/2011, formalizado com a empresa Nikkey Controle de Pragas e Serviços Técnicos Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de apoio operacional na classificação de produtos vegetais importados pelo Espírito Santo.

1.1.7 ï Transferências: Não houve

1.2 - AÇÃO 4723 ï CONTROLE DE RESÍDUOS E CONTAMINANTES EM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL

1.2.1 - Dados Gerais da Ação

Tipo de ação	Finalistico
Finalidade	Monitorar e controlar os produtos importados, exportados e de consumo interno por meio de coletas de amostras desde o produtor até o consumidor final com análises laboratoriais e rastreamento dos produtos impróprios para o consumo
Descrição	Padronização e Classificação de produtos vegetais
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	SDA/MAPA
Coordenador Nacional da Ação	LEANDRO DIAMANTINO FEIJÓ
Unidades Executoras	SFA-ES

Análise:

1.2.2 - Principais resultados:

Na **área vegetal**, segundo a Instrução Normativa SDA/MAPA nº 40/2011, de 11/11/2011, para o Ano-Safra 2010/2011 (iniciado em julho/2010 e terminado em junho/2011), o programa de controle de resíduos de agrotóxicos para a cultura do mamão apresentou, a nível nacional, como resultado do monitoramento, um Índice de Conformidade de 97,57%, pois de um total de 206 amostras realizadas, 201 apresentaram-se conformes, portanto, com os ingredientes ativos dos agrotóxicos não ultrapassando o limite máximo de resíduo tolerado. Para o Estado do Espírito Santo, no referido Ano-Safra, de um total de 126 amostras realizadas, 124 apresentou-se conformes, resultando num Índice de Conformidade de 98,41%. Já para a cultura da pimenta-do-reino, o programa de controle de contaminantes (*Salmonellas* spp) apresentou, a nível nacional, como resultado do monitoramento, um Índice de Conformidade de 83,87%, pois de um total de 31 amostras realizadas, 26 apresentaram-se conformes. Para o Estado do Espírito Santo, de um total de 20 amostras programadas, 10 amostras foram coletadas em maio/2011 e 10 amostras foram coletadas em junho/2011, com 15 amostras apresentando-se conformes e resultando num Índice de Conformidade de 75,00%.

Quadro geral da quantidade de amostras de mamão coletadas pela UVAGRO/Linhares, no Estado do Espírito Santo, para análise de resíduos de agrotóxicos na cultura do mamão em função do PNCRC/Vegetal, no ano de 2011.

MÊS	PROGRAMADAS	REALIZADAS
JANEIRO	10	10
FEVEREIRO	10	10
MARÇO	10	10
ABRIL	10	10
MAIO	10	10
JUNHO	11	11
JULHO	*	*
AGOSTO	*	*
SETEMBRO	*	*
OUTUBRO	13	12 ï 1 **
NOVEMBRO	13	12 ï 1 ***
DEZEMBRO	12	12 ï 1 ***
TOTAL	**99**	**96**

* Nos meses de julho, agosto e setembro não foi realizada coleta de amostras;

- 1** Refere-se a uma amostra não coletada em outubro/2011 uma vez que a empresa estava com as atividades encerradas (MA07);
- 1*** Refere-se a uma amostra não coletada em novembro/2011 uma vez que a empresa estava com as atividades encerradas (MA20);
- 1*** Refere-se a uma amostra rejeitada em dezembro/2011 (MA27).

Verifica-se no quadro acima que de um total de 99 amostras programadas para o ano de 2011 no Estado do Espírito Santo, 96 foram realizadas e destinadas para análise de resíduos de agrotóxicos em mamão, desconsiderando-se aquela rejeitada no mês de dezembro/2011 e as duas não coletadas em outubro e novembro/2011, sendo que essas duas últimas já foram coletadas em janeiro/2012, de forma a garantir a meta do PNCRC/Vegetal. Vale ressaltar que, sempre que possível, considerando-se a mesma empresa, tem-se procurado alternar a coleta de amostras em função do destino do mamão, de forma que para o Ano-Safra corrente, 50% das amostras sejam coletados em mamão destinado ao mercado externo e os outros 50% das amostras sejam coletados em mamão destinado ao mercado interno.

Para o Estado do Espírito Santo, considerando-se as 99 amostras programadas para mamão e as 20 programadas para pimenta-do-reino, resulta num **total de 119 amostras programadas**. Desse total, 96 foram efetivamente realizas para a cultura do mamão e 20 para a cultura da pimenta-do-reino, resultando num total de **116 amostras realizadas**.

De acordo com a Instrução Normativa SDA/MAPA N^{O} 25/2011, de 09/08/2011, para o Ano-Safra 2011/2012, a nível nacional, só para a cultura do mamão foi programada a coleta de 200 amostras para análise de resíduos de agrotóxicos e mais 60 amostras para análise de *Salmonellas* spp em pimenta-do-reino, além daquelas também programadas para as demais culturas contempladas no referido Ano-Safra pelo PNCRC/Vegetal, que ao todo são as seguintes: abacaxi, alface, amendoim, arroz, banana, batata, café, castanha do Brasil, feijão, laranja, limão ou lima - ácida, maçã, mamão, manga, melão, milho, morango, pimenta-do-reino, pimentão, soja, tomate, trigo e uva.

Os recursos necessários à coleta de amostras para as culturas do mamão e pimenta-do-reino, bem como aqueles necessários às ações de investigação a campo adotadas pelo MAPA, foram solicitados à Coordenação Geral de Qualidade Vegetal e disponibilizados através do PI PADCLASSIF, conforme determinação da Secretária de Defesa Agropecuária.

1.2.3 - Principais problemas:

Na **área vegetal** não houve problemas relacionados à coleta de amostras de pimenta-do-reino para análise de contaminantes (*Salmonellas* spp). Já para a cultura do mamão, para aquela amostra rejeitada no laboratório, a mesma será, oportunamente, coletada ainda dentro do Ano Safra corrente, de forma a garantir a meta do PNCRC/Vegetal quanto ao número de amostras a serem coletadas no Ano-Safra 2011/2012.

1.2.4 - Contratações e Parcerias:

Na **área vegetal**, as ações de investigação na cultura do mamão foram realizadas em parceria com o IDAF - Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo, órgão estadual com competência para executar a fiscalização em todas as etapas relacionadas com o uso, a produção, o consumo, o comércio e o armazenamento dos agrotóxicos de acordo com o art. 10, da Lei N° 7.802, de 11/07/1989.

1.2.5 - Transferências: Não houve

1.2.6 - Indicador de desempenho:

Indicadores
Eficácia
Descrição da Meta: Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal
Nº de Análises realizadas em relação ao estimado No ano de 2011, na **área vegetal**, de um total de 119 amostras programadas (mamão e pimenta-do-reino) para análise de resíduos de agrotóxicos e contaminantes, 116 foram realizadas no Estado do Espírito Santo.
Relação percentual entre o nº de analises realizado pelo nº de analises programado em 2011 na área vegetal. (FR 2011: FP 2011) * 100 = 116 ÷ 119 * 100 = 97,48 %

1.3 - AÇÃO 8939 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL,

1.3.1 - Dados Gerais da ação

Tipo de ação	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança higiênico sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditoria dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização de registro de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como a realização de analise previa a importação e exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convenio entre o MAPA e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA
Unidades Executoras	SFA-ES
Coordenador Nacional da Ação	HELDER MOREIRA BORGES

1.3.2 - Principais resultados:

A meta física programada (LOA) estabelecida para a Ação 8939 consistiu no número de inspeções em estabelecimentos produtores/fabricantes de bebidas e derivados da uva e do vinho realizadas com Lista de Verificação (LV). As demais inspeções lavradas sem LV não são computadas para cumprimento da meta física programada. Esta meta foi estabelecida em 115 inspeções com LV, entretanto, devido aos fatores que serão expostos posteriormente, apenas 66 inspeções com LV foram realizadas, ou seja, apenas 57,39% de execução da meta planejada para 2011.

Outras metas estabelecidas para o setor, e constantes do Plano Operativo 2011 (PO/2010), foram: total de inspeções realizadas, amostras coletadas e certificados de inspeções emitidos para produtos importados:

- Foram realizadas 161 inspeções, sendo 66 inspeções com LV e 95 inspeções sem aplicação da LV de um total de 192 programadas, com percentual de 83,85% de execução.
- Foram coletadas 26 amostras de um total de 60 programadas, com percentual de execução de 43,33%.

- Foram emitidos 555 certificado de inspeções de um total de 380 programados, representando 146,05% de execução. Ressaltando-se que esta meta foi programada com base em séries históricas de certificados emitidos, entretanto os resultados dependem da demanda de solicitações de importação de bebidas no ano.

Como resultados dos trabalhos da fiscalização, também podem ser enumerados: 19 vistorias para concessão ou renovação de registro de estabelecimentos, 22 registros de novos estabelecimentos, 148 registros de novos produtos, 5 fiscalizações em estabelecimentos comerciais,e 1320 pareceres técnicos emitidos pela fiscalização na análise de processos diversos. Além disso, foram lavrados 28 Autos de Infração, com penalidades de multas que totalizaram R$ 76.003,00 e arrecadação de R$ 26.000,00.

1.3.3 - Principais problemas:

O cumprimento das metas foi primeiramente afetado pelo contingenciamento de recursos que se estendeu até setembro de 2011, o qual prejudicou significativamente a execução das inspeções, considerando que maioria dos estabelecimentos produtores de bebidas registrados no estado, encontram-se fora da região metropolitana, sendo imprescindíveis os recursos para deslocamento. A execução dos trabalhos também foi grandemente afetada, ao final do primeiro trimestre, pela redução de 30% na força de trabalho de fiscalização com aposentadoria. de fiscais.

Outro problema, já relatado em anos anteriores, que interferiu diretamente na quantidade de amostras coletadas, e impossibilitou o cumprimento da meta programada, foi a dificuldade dos gestores da SFA-ES em providenciar em tempo hábil a compra de gelo seco e caixas térmicas para envio ao laboratório de amostras de polpa de frutas e água de coco congelada, o que inviabilizou completamente a coleta de tais produtos, e conseqüentemente a programação de coleta de amostras.

1.3.4 ï Indicadores de desempenho

Descrição meta: INSPEÇAO DE ESTABELECIMENTOS PRODUTORES DE BEBIDAS COM REGISTRO NA SFA-ES	
INDICADORES	
Eficácia	***Efetividade***
Nº de Estabelecimentos Inspecionados em relação ao estimado	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas pelo total de estabelecimentos produtores registrados na SFA-ES. **NIR/NER = 161/191* = 84,29%** ***Estabelecimentos produtores de bebidas e vinagres, registrados junto ao MAPA**.
Relação percentual entre o nº de Inspeção realizado em estabelecimentos produtores pelo nº de Inspeções programadas para 2011. (IR 2011: IP 2011). 100 **(161**/192***) *100% = 83,85%** ****Total de inspeções** ***** Meta prevista inicial - LOA** **(66**/115***) *100% = 57,39%** ****Inspeções com Lista de Verificação ï consideras no SIPLAN como meta realizada** ***** Meta prevista corrigida - SIPLAN**	

Descrição da Meta: FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	
Eficácia	***Efetividade***
	Relação percentual entre a quantidade de produtos não

Relação percentual entre o nº de produtos fiscalizados pela quantidade programada para 2011 (IR 2011: IP 2011). 100 **(26/60) *100 = 43,33%**	conformes e o nº de fiscalizações com coletas de amostras realizadas. VR = (FCAR: QPFP). 100 **VR = (17/24) *100 = 62,96%**
Economicidade	
Custo com a Fiscalização do Trânsito Internacional de Produtos de Origem Vegetal.	
Variação Absoluta do custo realizado de 2011 pelo custo realizado em 2010 CR 2011ï CR2010 = 19.304,66-49.895,78 = 30.590,12 Variação do custo da fiscalização de 2011 para 2010 (%) [(CR 2011: CR2010)]x100 = (19.304,66/49.895,78)*100 = 38,7% A variação do custo com fiscalização de 2010 em relação a 2011 foi reduzido em 38,7%.	

PI IPVEGETAL

Natureza da Despesa		Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos	Crédito Disponível
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	17.234,30	14.286,78	14.286,78	14.286,78	2.947,52
339030	MATERIAL DE CONSUMO	6.280,12	6.280,12	6.280,12	2.780,08	
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	5.000,00	5.000,00	5.000,00	1.597,32	
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	199,98	199,98	199,98	199,98	
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	500,00	500,00	500,00	500,00	
		29.214,40	**26.266,88**	**26.266,88**	**19.364,16**	**2.947,52**

1.3.5 ï Contratações e Parcerias: Não houve

1.3.6 ï Transferências: Não houve

1.4 - Ação 8938 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.

1.4.1 ï Dados gerais da ação:

Tipo de ação	Finalísticos
Finalidade	Assegurar a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal destinados ao consumo humano
Descrição	Inspeção industrial e sanitária dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	SDA/MAPA
Coordenador Nacional da Ação	MARCIUS RIBEIRO DE FREITAS
Unidades Executoras	SFA-ES
Área Responsável pela Execução	Serviço de Inspeção e Saúde Animalï SISA/SFA-ES

1.4.2 - Principais Resultados:

A fiscalização dos produtos de origem animal no ano de 2011 foi realizada de acordo com as diretrizes do Plano Operativo Anual 2011, aprovado pelo DIPOA/MAPA. Foram atingidas as metas dos Programas de Combate à Fraude do Leite e Controle da Listeria cumprindo-se o cronograma de colheita mensal de amostras. Na fiscalização de ovos intensificou-se o combate à clandestinidade, aumentando-se o número de registros de estabelecimentos. Foram intensificadas ações de fiscalização, reuniões com granjeiros, com a Associação de Avicultores ï AVES, com a CEASA-ES e com a Associação de Supermercadistas ï ACAPS. Na fiscalização do abate de aves houve a habilitação de um abatedouro de aves localizado em Linhares/ES para a Lista Geral de Exportadores, e a lotação de um Fiscal Federal Agropecuário no abatedouro de aves de Castelo/ES. Na área de carnes e derivados ocorreu a paralisação a pedido de um matadouro de bovinos em Cariacica/ES e o cancelamento do SIF de um entreposto de carnes no mesmo município.

Metas Física:

METAS FISICAS	MEDIDA	Realizado 2011
Inspeção Ante Mortem dos animais Açougue	Nº GTA	9.280
Inspeção Post Mortem de Bovinos	Nº Cab/Mil	185
Inspeção Post Mortem de Aves	Nº Cab/Mil	26.533
Insp/reinsp Carn.Refrig.Desossa	Toneladas	21.247
Insp/fisc. de Prod. Industr. de Carnes	Toneladas	35.066
Supervisões em Estabelecimentos de produtos de origem animal	Nº Estab.	81
Análises Labor. Produtos origem animal.	amostras	653
Insp/fisc. de pescados e derivados	toneladas	6.323
Pescados Exportados	toneladas	1.834
Insp/fisc de leite recebido (matéria-prima)	mil litros	384.119
Insp/fisc de leite de consumo	mil litros	80.172
Insp/fisc de Prod. Insdustria. de Leite	toneladas	40.270
Inspeção/Fiscalização Estabelecimento Mel	toneladas	47
Inspeção em granjas avícolas	nº inspeção	15
Condenações de Leite	litros	330.347
Condenações de produtos Lactéos	Kg	253.328
Condenações de Pescado	kg	325
Condenações/Aproveitamento Condicional de Bovinos	carcaça	461
Condenação/ Aproveitamento Condicional de Aves	carcaça	445.665

1.4.3 ï Desempenho Orçamentário e Financeiro:

PI INSPANIMAL

Natureza da Despesa		Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos	Crédito Disponível
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	39.327,73	34.598,70	34.598,70	34.598,70	4.729,03
339030	MATERIAL DE CONSUMO	16.642,07	16.642,07	16.642,07	14.142,07	
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	7.572,58	7.572,58	7.572,58	6.306,07	
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	796,50	442,50	442,50	442,50	354,00
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	335,75	335,75	335,75	335,74	
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.390,80	1.390,80	1.390,80	1.390,80	
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	65,99	65,99	65,99	65,99	
		66.131,42	**61.048,39**	**61.048,39**	**57.281,87**	**5.083,03**

1.4.4 ï Entraves:

Existe necessidade de um número maior de técnicos para o atendimento das demandas de trabalho. Considerando a grande demanda de atividades de supervisão e colheita de amostras é necessária a disponibilização imediata de mais 4 FFA's e 5 Agentes de Inspeção para as atividades de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

1.4.5 ï Indicador de Desempenho:

Indicadores	
Eficácia	***Efetividade***
Descrição da Meta: INSPEÇAO EM ESTABELECIMENTOS DE LEITE E DERIVADOS	
Nº de Supervisões realizadas em relação ao programado.	*% de leite e derivados dos Estabelecimentos com SIF dentro dos padrões sanitários.*
VR =(IR/IP)100 = ***VR = 19/22 = 865***	*VR = (QI / QC).100* *VR= 80.172.000/330.347 = 0,004%*
Descrição da Meta: INSPEÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DE PESCADOS	
Nº de Supervisões realizadas em relação ao programado.	*% de pescados inspecionados (Ton) nas industrias dentro dos padrões sanitários.*
VR =(IR/IP)100 = *VR = (04/04).100 =* *VR=100I%*	*VR = (QI / QC).100* *VR = (6.323.000/325).100* *VR = 0,005%*
Descrição Meta: INSPEÇÃO EM ABATE DE BOVINO	

Nº de Supervisões realizadas em relação ao programado.	*% de produto dentro dos padrões de conformidade.*
VR =(IR/IP)100 = *VR =(04/05).100 =80%*	*Percentual entre o nº de cabeças inspecionadas em relação ao nº cabeças condenadas.* *VR = (CC/CI).% =461/185.000= 0,2%*
Descrição Meta: INSPEÇÃO NO ABATE DE AVES NAS INDÚSTRIAS	
Nº de Supervisões realizadas em relação ao programado.	*% de aves abatidas e inspecionadas nas indústrias dentro dos padrões sanitários.*
VR = (IR/IP)100 = ***(3/3) = 100%***	*VR = (QC / QI). 100 = 445.665/ 26.533.000 = 1,6 %*
Descrição Meta: ***Coleta de amostras de produtos de origem animal*** **para verificação da conformidade, durante o ano de 2011.**	
Nº de amostras coletas em relação ao programado.	% de amostras de produtos de origem animal dentro dos padrões de conformidade
% do nº amostras coletas em relação ao nº de amostras programadas em 2011. **VR =(ac/ ap).100 = 653/650 = 100%**	Relação percentual entre o nº de amostras fora do padrão em 2011 em relação ao nº de amostras coletadas. **VR = (AFP/AC).100 = 43/ 653 = 6,5%**

1.4.6 - Contratações e Parcerias: não ocorreram contratações e parcerias.

1.4.7 - Transferências: não ocorreram transferências.

1.5 - AÇÃO 4745 FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS

1.5.1 ï dados gerais da ação:

Tipo de Ação	**Atividade**
Finalidade	**Acompanhar e monitorar as atividades de pesquisa, produção, armazenamento, comercialização, importação e outras envolvendo organismos geneticamente modificados no país.**
Descrição	**Acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos; inspeção, verificação de documentação e de informações oficiais internacionais para garantir cumprimento as determinações da comissão técnica nacional de bio segurança e legislação correlata aos organismos geneticamente modificados.**
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	**SPA/MAPA**
Coordenador nacional da ação	**Marcos Vinícios S. Coelho**
Unidades executoras	**SFA-ES ï SISV/SISA**
Área responsável pela execução	**x**

1.5.2 - Desempenho Orçamentário e Financeiro

PI FISCORGEN

Natureza da Despesa		Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos	Crédito Disponível
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	7.200,24	5.692,73	5.692,73	5.692,73	1.507,51
339030	MATERIAL DE CONSUMO	560,90	425,90	425,90	425,90	135,00
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.000,00	1.000,00	1.000,00	348,86	
		8.761,14	**7.118,63**	**7.118,63**	**6.467,49**	**1.642,51**

Informações sobre os resultados alcançados		
Produto	**Programado**	**Executado**
Fiscalização da regra de convivência entre milho convencional e milho transgênico	46	48
Indicador: Nº de Fiscalizações Executadas		
Fórmula de Calculo do Índice:		
Fiscalizações executadas / fiscalizações programadas x 100: 48 / 46 X 100 = 104,35 %		

1.5.3 - Comentários:

A meta foi cumprida pela fiscalização do SISV/DDA/SFA-ES apesar das restrições orçamentárias ocorridas principalmente no inicio do ano. Como foi detectado durante as fiscalizações realizadas o desconhecimento do produtor em relação à legislação vigente sobre esse assunto o Serviço, juntamente com a unidade de Serviço do SEFAG/DDA-ES em Venda Nova do Imigrante realizou palestras voltadas aos produtores e técnicos sobre as regras existentes para o plantio de milho geneticamente modificado.

Na oportunidade estiveram presentes cerca de 50 produtores e técnicos ligados ao agro negocio.

Houve a participação de um fiscal, lotado no Serviço, no treinamento sobre métodos de detecção de OGM, promovido pela Coordenação de bio - segurança.

2-	Identificação do Programa de Governo
Código do PPA: 0357	**Denominação**: SEGURANÇA NA SANIDADE AGROPECUÁRIA

Tipo de Programa: finalisticos

Objetivo Geral: Impedir a introdução e disseminação de pragas e doenças na agropecuária

Objetivo Especifico: Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo as exigências de padrões fitozossanitários dos mercados internos e externos.

Responsável: Ricardo Prates e Alba Luiza Said

Público Alvo: Produtores e Comerciantes de Produtos Agropecuários, Agentes da cadeia frutícola: produtores, processadores, distribuidores, atacadistas, varejistas, técnicos, pesquisadores, gestores, traders, população de pólos frutícolas e consumidores finais

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					EM R$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
		2.797.026,57	2.797.026,57	604.180.87	2.797.026,57

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unid. Medida)	Referência			Índice Previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice final		

Fórmula de Calculo do Índice:

Analise do Resultado Alcançado

Ordem	Indicador (Unid. Medida)	Referencia			Índice Previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice Final		

Formula de Calculo do Índice

Analise do Resultado Alcançado

OBS: Esta SFA-ES não tem responsabilidade pela gestão do Programa, apenas executa Ações pertinentes ao mesmo, cujas metas são definidas pela Coordenação em Brasília.

Em 2011 foi celebrado convenio com o IDAF, para atender a área de sanidade animal e vegetal, no valor de R$2.788.021,00 (dois milhões setecentos e oitenta e oito mil e vinte e um reais.)

2.1 ï AÇÃO 8572 - PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS

2.1.1 - Dados Gerais da ação

Tipo de programa	Finalistico
Finalidade	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores plantas ornamentais, da cacauicultura, de cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional.

Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimentos de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle, credenciamento de empresas que operam no comercio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária, edição de atos normativos, acordos internacionais, estabelecimentos de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	**SDA/MAPA**
Coordenador Nacional da Ação	Carlos Arthur Franz
Unidades Executoras	SFA-ES
Área Responsável pela Execução	SISV

PCEVEGETAL

Produto	**METAS FISICAS**		**Variação do %**
	PROGRAMADAS 2011	**REALIZADAS 2011**	
Supervisão sobre o monitoramento das moscas-das-frutas em lavouras de mamão que exportam aos EUA	**12**	**19**	**158,33**
Inspeções em lavouras habilitadas a exportar mamões aos EUA	**12**	**19**	**158,33**
Realizar reuniões técnicas com a UVAGRO-LIN	**6**	**06**	**100**
Supervisão aos escritórios do IDAF e inspeções em lavouras para verificar o controle da Pinta Preta dos Citros	**4**	**14**	**350,00**
Supervisão da área livre de Sigatoka Negra (UCôs, UPôs e IDAF)	**4**	**10**	**250,00**
Supervisão do levantamento da área livre para mosca negra, cancro cítrico e greening pelo IDAF	**6**	**2**	**33,33**
Supervisão ao IDAF sobre o controle do Mosaico e Meleira	**5**	**15**	**300,00**
Participar de reuniões técnicas/congressos/cursos e outros eventos no Estado	**0**	**02**	**X**
Inspeções diversas visando prevenir e/ou detectar a ocorrência de pragas quarentenárias. (Viveiros, morangos, sinoxylon)	**0**	**10**	**X**
Reuniões da CDSV-ES	**0**	**1**	**X**
Manutenção mensal das armadilhas instaladas para o monitoramento da mosca da carambola nos portos e CEASA	**36**	**36**	**100,00**

2.1.2 ï Desempenho Orçamentário e Financeiro:

PCEVEGETAL

Natureza da Despesa	Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos	Crédito Disponível
CONTRIBUICOES (convenio)	**37.560,00**	**37.560,00**	**37.560,00**	**37.560,00**	
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	**7.931,28**	**7.230,75**	**7.230,75**	**7.230,75**	**700,53**
MATERIAL DE CONSUMO	**1.192,90**	**1.192,90**	**1.192,90**	**1.192,90**	
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	**581,92**	**581,92**	**581,92**	**581,92**	
AUXILIOS (convenio)	**1.092.750,00**	**1.092.750,00**	**1.092.750,00**	**1.092.750,00**	
total	**1.140.016,10**	**1.139.315,57**	**1.139.315,57**	**1.139.315,57**	**700,53**

2.1.3 ï Principais Resultados

Apesar das restrições orçamentárias ocorridas principalmente no inicio do ano, a Fiscalização conseguir cumprir as mesa previstas para o ano.

Ressaltamos a agilidade dos fiscais do Serviço, juntamente com fiscais do IDAF/ES, em atender a ocorrência de praga na cultura de morango que foi identificada como *Duponchelia fovealis.*

Ressaltamos também a celebração do convênio nº 755.858/2011/MAPA/SFA-ES/IDAF, no valor de 1.130.310,00 (um milhão cento e trinta mil).

2.1. 4 ï Entraves:

Dificuldades de resposta das Coordenações em Brasília em relação às demandas do SISV/DDA/SFA-ES.

2.1.5ï Indicador de Desempenho:

ATRIBUTOS	**Supervisão do controle do Mosaico e Meleira**
	EFICACIA
Descrição:	Relação percentual entre o número de supervisões realizadas (IR) e o número de supervisões programadas (IP) em 2011
Fórmula de cálculo:	**(IR2011 / IP2011)*100 = (15/5)*100= 300**
Supervisão do monitoramento das Mosca-das-frutas	
ATRIBUTO	**EFICÁCIA**
Descrição:	Relação percentual entre o número de supervisões realizadas (IR) e o número de supervisões programadas (IP) em 2011
Fórmula de cálculo:	(IR2011 / IP2011)*100 = **(19/12 x 100)=158,33**

Inspeções em lavouras habilitadas a exportar mamões aos EUA	
ATRIBUTOS	**EFICACIA**
Descrição:	Relação percentual entre o número de inspeções realizadas (IR) e o número de inspeções programadas (IP) em 2011
Fórmula de cálculo:	(IR2011 / IP2011)*100 = **(19/12 x 100)=158,33**
Supervisão escritórios IDAF e inspeções em lavouras para verificar o controle da Pinta Preta dos Citros	
ATRIBUTO	*EFICÁCIA*
Descrição:	Relação percentual entre o número de ações de supervisão realizadas (SR) e o número de ações de supervisão programadas (SP) em 2011
Fórmula de cálculo:	(SR2011 / SP2011)*100 = **14/4*100= 350**

2.1.6ï Contratações e Parcerias: Idaf-ES

2.1.7 ï Transferências: PI: PCEVEGETAL Convênio celebrado com o IDAF

ND	Valor (R$)
333041	**37.560,00**
443042	**1.092.750,00**
TOTAL	**1.130.310,00**

2.2 - AÇÃO 2134 VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO INTERESTADUAL DE VEGETAIS E SEUS PRODUTOS.

2.2.1ï Dados Gerais da Ação

Tipo de programa	Finalístico
Finalidade	Supervisionar as ações voltadas para o transito interestadual de vegetais e seus produtos, desenvolvidas pelo IDAF
Descrição	Vigilância e Fiscalização do Transito Interestadual de Vegetais e seus Produtos
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	SDA/MAPA
Coordenador Nacional da Ação	Álvaro Antônio Nunes Viana
Unidades Executoras	SFA-ES
Área Responsável pela Execução	SISV

2.2.2 - Principais resultados:

Durante as supervisões realizadas nos postos de fiscalizações agropecuárias foram detectadas algumas inconformidades na parte de estrutura física que poderiam comprometer a fiscalização do trânsito de vegetais. Essas inconformidades deverão ser sanadas com o convênio assinado com o IDAF/ES e com a contratação de pessoal realizada pelo órgão estadual em 2011.
Nas supervisões realizadas no packing house inscritos no programa de exportação de mamão verificamos que estão em conformidade com o acordado com o Governo americano.

Celebração do convênio nº 755.858/2011/ MAPA/SFA-ES/IDAF que estabelece visando à sanidade vegetal.
Foram realizadas duas Supervisões no convênio celebrado com o IDAF/ES. Para essas supervisões utilizamos recursos dos PI: PCEVEGETAL e do VIGIFITO.

Produto	METAS 2011		Variação %
	PREVISTAS	REALIZADAS	
Supervisão da emissão de PTV e CFO	**17**	**14**	**82,35**
Participar de reuniões técnicas/congressos/cursos e outros eventos	**0**	**02**	**X**
Supervisão em postos fixos e móveis de Vigilância Agropecuária do IDAF	**8**	**04**	**50,00**
Supervisões em *packing house*	**4**	**09**	**225,00**
Supervisão UVAGRO-Lin para acompanhar o programa de exportação de mamões aos EUA	**4**	**09**	**225,00**
Inspeções de empresas que realizam tratamento fitossanitário no trânsito internacional	**33**	**44**	**133,33**

2.2.3 ï Desempenho Orçamentário e Financeiro:

PI VIGIFITO

Natureza da Despesa	Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos	Crédito Disponível
CONTRIBUICOES (CONVENIO)	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	11.737,96	10.358,66	10.358,66	10.358,66	1.379,30
MATERIAL DE CONSUMO	1.108,20	1.108,20	1.108,20	1.108,20	
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	9.500,00	9.500,00	9.500,00	6.391,16	
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.101,60	2.101,60	2.101,60	2.101,60	
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	360,00	360,00	360,00	46,66	
AUXILIOS (CONVENIO)	384.424,00	384.424,00	384.424,00	384.424,00	
TOTAL	412.231,76	410.852,46	410.852,46	410.852,46	1.379,30

2.2.4 Entraves:

1) Na supervisão do controle da emissão do CFO verificou-se dificuldades do IDAF na fiscalização junto aos Responsáveis técnicos que emitem os CFOôs devido a carência de pessoal e ao excesso de atribuições em seus escritórios municipais.
2) A carência de equipamentos, veículos, instalações, iluminação, placas de identificação e pessoal de segurança nos postos de divisa do IDAF/ES para dar suporte as ações de fiscalização nas divisas do Estado.

2.2.5 ï Indicadores de Desempenho:

Meta: Vigilância e Fiscalização do Transito Interestadual de Vegetais e seus Produtos	
ATRIBUTOS	**Supervisão da emissão de PTV e CFO**
	EFICACIA
Descrição:	Relação percentual entre o número de supervisões realizadas (IR) e o número de supervisões programadas (IP) em 2010
Fórmula de cálculo:	**(IR2011 / IP2011)*100 = 14/17*100=82,35**
ATRIBUTOS	**Supervisão em postos fixos e móveis de Vigilância Agropecuária do IDAF**
	EFICACIA
Descrição:	Relação percentual entre o número de supervisões realizadas (IR) e o número de supervisões programadas (IP) em 2011
Fórmula de cálculo:	**(IR2011 / IP2011)*100 = 4/8*100=50**
ATRIBUTOS	**Supervisões em *packing house***
	EFICACIA
Descrição:	Relação percentual entre o número de supervisões realizadas (IR) e o número de supervisões programadas (IP) em 2011
Fórmula de cálculo:	**(IR2011 / IP2011)*100 = 9/4*10=225**

2.2.6ï Contratações e Parcerias: Idaf-ES

2.2.7ï Transferências: PI: VIGIFITO- Convênio com o IDAF/ES

ND	Valor (R$)
333041	**3.000,00**
443042	**384.424,00**
TOTAL	**387.424,00**

2.3 - Ação 2139 ï VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DE TRANSITO INTERESTADUAL DE ANIMAIS SEUS PRODUTOS E INSUMOS.

2.3.1 - Dados Gerais da Ação

Tipo de ação	Finalistico
Finalidade	Supervisionar as ações voltadas para o transito interestadual de animais e seus produtos desenvolvidas pelo IDAF e pelos médicos veterinários habilitados para emissão de GTA no Estado do Espírito Santo
Descrição	Vigilância e Fiscalização do Transito Interestadual de Animais e seus Produtos ï Nacional
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	SDA/MAPA
Coordenador Nacional da Ação	Bruno Cotta
Unidades Executoras	SFA-ES

2.3.1 - Principais resultados:

A fiscalização do trânsito compreende um complexo de ações e é executado em todos os municípios do Estado do Espírito Santo, com demandas diferenciadas de acordo com o tipo de exploração pecuária e/ou movimentação de animais.

No Estado do Espírito Santo as ações são executadas através do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo ï IDAF ï ww.idaf.es.gov.br, que mantêm uma estrutura composta de 01 Escritório Central, 04 Escritórios Regionais, 29 Escritórios Locais, 48 Postos de Atendimento, 04 Postos Fixos de vigilância agropecuária e 04 Unidades Volantes para a fiscalização do trânsito. Essas unidades volantes estão vinculadas aos Escritórios Regionais. No ano de 2011 forem equipadas mais 4 equipes, cujas supervisão é realizada pelo SISA/DDA/SFA-ES. Os Postos são vinculados as Unidades Locais que atendem aos respectivos municípios onde estão localizados.

Todo o trabalho é supervisionado pelo Ministério da Agricultura, através do Serviço de Inspeção e Saúde Animal - SISA/DDA/SFA-ES, e compreende, entre outros: cadastro de propriedades e explorações pecuárias, emissão de Guias de Trânsito Animal, emissão de Certificado de Inspeção Sanitária ï CIS-E, fiscalização de eventos agropecuários, fiscalização direta do trânsito através de postos fixos e unidades volantes de vigilância agropecuária.

Em 2011 o IDAF consolidou a implantação da GTA ELETRÔNICA, garantindo os avanços em relação ao processo de controle e mantendo informações em banco de dados atualizado.

Em conjunto com o IDAF, a SFA-ES habilita profissionais para a emissão de GTA, com renovações anuais, que incluem treinamentos e reuniões. No ano de 2011 foram 6 reuniões com o IDAF e 01 reunião com todos os habilitados.

Ainda em 2011, foram apurados desvios através de processos administrativos, inclusive relacionados a irregularidades no trânsito interestadual de animais, produtos e subprodutos de origem animal.

O SISA/DDA/SFA-ES desenvolve também importante papel direto na fiscalização do trânsito internacional de animais, produtos e subprodutos de origem animal, considerando a instrução processual e emissão de pareceres técnicos para importação e exportação, com lançamento de informações junto ao SISCOMEX, sendo que no ano de 2011, 855 processos relativos a Autorização de embarque/importação de produtos de origem animal foram analisados pelo SISA/DDA/SFA-ES.

Ainda observa-se no Espírito Santo, expressivo trânsito interestadual de aves vivas, como pintos de um dia, frangos de corte e galinhas para descarte, em virtude do pólo avícola capixaba ter relativa expressividade no cenário nacional. Tradicionalmente, também, observamos grande trânsito de bovídeos para reprodução, corte e participação em eventos agropecuários. Na área da suinocultura, o Espírito Santo recebe grande número de suídeos para abate e recria, não havendo expressivo trânsito de animais vivos (para abate) sendo comercializados para fora do Estado.

2.3.2 - Principais problemas:

O Estado do Espírito Santo, no ano de 2011, após a desativação em 2009 de 02 Postos Fixos de Vigilância Agropecuária na divisa do Estado do Espírito Santo com o Estado do Rio de Janeiro, manteve em funcionamento 04 postos. Em fiscalizações realizadas, foram encontradas inúmeras irregularidades, insistentemente relatadas ao Governo do Estado para encontrar soluções de saneamento. Com a contratação de novos servidores para o quadro do IDAF, houve substituição em 100% do efetivo encarregado das fiscalizações do trânsito, com treinamentos específicos voltados para esta questão.

2.3.3 - Contratações e Parcerias:

Para esta ação, a SFA-ES conta com parceria do IDAF que executa as ações e fiscalização do trânsito de animais, produtos e subprodutos de origem animal no Estado do Espírito Santo, assim como com Médicos Veterinários sem vínculo com o serviço público federal que são habilitados para a emissão de Guias de Trânsito Animal (GTA).

2.3.4 - Transferências:

Em 2011 foi assinado o CONVÊNIO MAPA IDAF n° 756019/2011, conforme informações que podem ser obtidas junto ao SCONV. As transferências de recursos ocorreram na ordem de R$ 1.699.911,00 (um milhão e seiscentos e noventa e nove mil e novecentos e onze reais) visando estruturar e manter o Sistema Unificado de Atenção a Saúde Animal no Estado do Espírito Santo para o controle, erradicação e prevenção das doenças dos animais.

2.3.5 - Indicador de desempenho:

Atributo	Indicadores
	Eficácia
Descrição: Realizar fiscalizações das ações de defesa sanitária animal	% de Fiscalizações
Unidade de Medida	FISCALIZAÇÃO
Índice de Referencia	PERCENTUAL
Fonte	SISA/DDA/SFA-ES
FORMULA	Relação percentual entre o número de fiscalizações realizadas (FR) e o número de supervisões programadas (FP) em 2011
Resultados	(14/15)*100= 93,33%

2.4- AÇÃO 2181 ï VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE ANIMAIS E SEUS PRODUTOS

2.4.1 - Dados gerais da ação

Tipo de ação	Finalistico
Finalidade	Fiscalizar e Inspecionar as ações voltadas para o transito internacional de animais e seus produtos
Descrição	Vigilância e Fiscalização do Transito Internacional de Animais e seus Produtos
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	SDA/MAPA
Coordenador Nacional da Ação	MARCOS DE BARROS VALADÃO
Unidade Executora	SFA-ES
Coordenador Estadual da Ação	LUIZ GUILHERME BARBOSA

2.4.2 - Principais resultados:

Historicamente não tem ocorrido um volume significativo de movimentação de produtos de origem animal e seus subprodutos pelos portos do Espírito Santo, se comparar com outras unidades da federação como São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, principalmente pelo fato de não termos grandes indústrias nessa área aqui no Estado. Praticamente temos somente uma indústria exportadora de carne bovina e 01 de pescado que exportam regularmente, mesmo assim a de pescado faz a maioria de suas operações pelo Rio de Janeiro. Apesar desses fatos, temos uma movimentação regular de produtos, na importação, havendo alguma variação ano a ano em função de fatores alheios a este serviço.

Resumidamente as ações técnicas realizadas abrangem a certificação zoosanitária internacional (CZI), para trânsito internacional de animais de companhia, sem valor comercial, certificação zoosanitária internacional (CZI), para peixes ornamentais, certificação sanitária (CSI) para material biológico das espécies domésticas e controle das importações dos produtos e subprodutos de origem animal.
No que tange à importação, no ano de 2011 foram fiscalizadas/Inspecionadas cerca de 67.494 toneladas de produtos, perfazendo um valor fob 247.177.517 dólares americano. Se compararmos com 2010 onde foram fiscalizadas 26.020 toneladas com valor FOB de 83.412.361 dólares americano, verifica-se que houve um incremento bastante significativo no volume de cargas importadas e conseqüentemente fiscalizadas/inspecionadas pelo SVAPVIT.
No que diz respeito às exportações, foram fiscalizadas/inspecionadas 1.879 toneladas, com valor fob de 9.686.023 dólares americano.
Se compararmos com o ano de 2010, onde foram fiscalizados/inspecionados 3.925 toneladas, correspondente a um valor fob de 18.160.748 dólares americano, podemos constatar que houve uma redução, contrastando com o volume de importações.
Como resultado das fiscalizações/inspeções, foi emitido 107 termos de ocorrências.
Os valores considerados para efeito de cálculo do custo de fiscalização levaram em consideração as descentralizações realizadas com a finalidade de possibilitar o deslocamento de servidores, a manutenção e o abastecimento de veículos, aquisição de material permanente, de consumo e serviços de terceiros, para atendimento da demanda de atividades pertinentes à competência da Unidade.

2.4.3 - Principais problemas:

A questão de pessoal tem sido o maior problema enfrentado no desenvolvimento de nossos trabalhos. Praticamente toda a força de trabalho da fiscalização do SVAPVIT, encontra-se apta a se apresentar nos próximos 05 anos, sendo que alguns já começaram a usufruir de licenças prêmios.
Quanto à questão dos profissionais da área administrativa, permanece o mesmo problema relatado nos anos anteriores.
O impasse de quem faria a manutenção (SFA/ES ou CODESA), nas edificações que atendem o SVAPVIT, também gera preocupação, pois o prédio começa a necessitar de manutenções preventivas e corretivas, e não há uma definição de quem vai executar. Lembramos que o prédio foi construído/reformado com recurso oriundos do Governo Federal para a Companhia Docas (CODESA), que construiu em cima de terreno de propriedade da mesma. Em 27/12/2011 recebemos correspondência do diretor presidente da CODESA, informando que o imóvel será incluído nos serviços de manutenção predial da referida empresa. Resta-nos aguardar as providências a serem adotadas.

2.4.4 - Contratações e Parcerias: Não houve

2.4.5 - Transferências: Não houve

2.4.6 ï Desempenho Orçamentário e Financeiro:

PI FISCANIMAL

Natureza da Despesa		Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos	Crédito Disponível
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	997,70	109,64	109,64	109,64	888,06
339030	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	2.934,31	2.934,31	2.934,31	2.934,31	
		9.932,01	**9.043,95**	**9.043,95**	**9.043,95**	**888,06**

2.4.7 ï Indicador de Desempenho:

Indicador
Efetividade
Descrição da Meta: Inspeção/Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Subprodutos
Índice de produtos interceptados por estarem em desacordo com a legislação sanitária brasileira (inclusive documental), com restrições de serem internalizados pelos portos do Espírito Santo no ano de 2011.
Índice de desconformidade *VR =100%* ID=TO/partidas*100 ID = 107/737*100 ID = 14,51%

2.4.7 - Contratações e Parcerias: Não houve

2.4.8 - Transferências: Não houve

2.5 - AÇÃO 2180 ï VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO INTERNACIONAL DE VEGETAIS SEUS PRODUTOS E INSUMOS.

2.5.1 - Dados gerais da ação

Tipo de programa	Finalistico
Finalidade	Fiscalizar e Inspecionar as ações voltadas para o transito internacional de vegetais e seus produtos
Descrição	Vigilância e Fiscalização do Transito Internacional de Vegetais e seus Produtos
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	SDA/MAPA
Coordenador Nacional da Ação	MARCOS DE BARROS VALADÃO
Unidade Executora	SFA-ES
Coordenador Estadual da Ação	LUIZ GUILHERME BARBOSA

2.5.2 ï Principais Resultados:

No ano de 2011, a movimentação de mercadorias no trânsito internacional de produtos agropecuários de origem vegetal e seus subprodutos exportados, permaneceram aquecidos, confirmando a importância que o Brasil vem alcançando ano a ano no cenário internacional como produtor e exportador dos referidos produtos.

No contexto estadual os portos do Espírito Santo continuam com sua importância, como local de movimentação de cargas desses produtos, apesar de ser um estado que comparativamente com outras unidades da federação apresenta-se com pequena extensão territorial e, com pouca diversidade de produtos destinados à exportação.

A importância do estado como ponto de egresso de mercadorias consolida sua importância no cenário nacional, aumentando a responsabilidade do serviço de vigilância agropecuária, pois temos que garantir a integridade fitossanitária dos produtos exportados pelos nossos portos, sendo que os mesmos muitas vezes são oriundos de outras unidades da federação. Esse trabalho contribui para a

garantia e manutenção dos mercados abertos, possibilitando a abertura de novos mercados a partir da confiabilidade dos nossos trabalhos.
Considerando que o SVAPVIT, faz parte da estrutura regimental da SFA/ES, entendemos que a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Espírito Santo, cumpre seu papel regimental, dando a sua contribuição no que lhe compete constitucionalmente.
Em relação aos pontos de atendimento, os mesmos permaneceram inalterados em relação ao ano de 2010, ou seja, 09(nove) pontos de egresso e ingresso de mercadorias.
A pauta de produtos exportados abrange: Café arábica, café conillon, soja, farelo de soja, milho (estes três últimos produtos vindos principalmente do centro oeste brasileiro através de via férrea), pimenta do reino, cravo da índia, pimenta rosa, orquídeas, pimenta da jamaica, noz macadamia, plantas secas e gengibre.
Como resultados das fiscalizações nas exportações foram emitidos 140 termos de ocorrências, o que significa dizer que 140 partidas a serem exportadas apresentaram alguma inconformidade, que não atendiam a legislação brasileira ou do país importador. Se levarmos em consideração que em 2010 foram emitidos 101 termos de ocorrência, podemos dizer que houve um incremento de detecção de inconformidades de 38,6% nas fiscalizações. As razões desse aumento das ocorrências são as mais diversas, desde maior rigor nas fiscalizações, períodos maiores de armazenamento das cargas, condições climáticas etc.
O produto soja continua com grande volume de exportação pelos portos do nosso Estado. Como frisamos anteriormente, estes produtos são oriundos do centro oeste brasileiro e escoado pelo porto de tubarão. Apesar de ter reduzido o volume, as exportações de milho também continuaram significativas. No ano de 2011 foram exportados 3.949.991 toneladas de soja, com valor Fob de 1.769.730.188 dólares americano. Se compararmos com 2010, podemos observar que houve um incremento não só no volume de exportações, assim como no valor agregado dos produtos (soja e farelo de soja). A pauta de exportação de produtos pelos portos capixabas certificados pelo serviço de vigilância agropecuária da SFA/ES em 2011, alcançaram a cifra de 4.746.861 toneladas, perfazendo o valor Fob de cerca de 2.320.838.961 dólares americano. Considerando que no ano de 2010 as exportações certificadas por este serviço totalizaram 5.376.615 toneladas perfazendo aproximadamente o valor Fob 1.973.861.517 dólares americano, nota-se que houve uma redução de carga certificada. Isto ocorreu principalmente pela redução de aproximadamente 50% nas exportações de milho. Podemos ainda verificar que houve uma maior valorização dos nossos produtos no mercado externo, se compararmos o valor das mercadorias nos dois anos citados.

No que diz respeito à movimentação de produtos vegetais e seus subprodutos importados, o Estado continua no ranking nacional como um dos principais portos do País. Alguns aspectos como a extinção do FUNDAP, têm gerado insegurança no setor importador, pois segundo estudos, a extinção do mesmo geraria uma grande queda no volume de importações pelo Espírito Santo.
A pauta de importação continua bastante diversificada, abrangendo: trigo em grãos, cevada malteada, artefatos de madeira, cominho em grão, glúten de trigo, farinha de trigo, uvas passa, óleos vegetais, gergelim em grãos, painço, lúpulo em Pellet, preparado em pó para bebidas, batata em flocos, avelã, colheitadeira, trator florestal, orégano, damasco seco, amêndoas, tecido de rami, cacau em pó, flores secas, alho, bebidas, fertilizantes, embalagem de madeira e outros produtos vegetais. Como pode ser observado é considerável a diversificação de produtos, que somados a diversidade de origens e processamento, vem a exigir da fiscalização agropecuária uma atualização constante de conhecimento a fim de fazer frente aos riscos fitossanitária de introdução de pragas quarentenária no Brasil, além do fato de preservarmos a saúde do consumidor na fiscalização de produtos que se destinam diretamente às gôndolas de supermercados.
Durante as inspeções/fiscalizações, foram interceptadas 126 partidas com emissão dos respectivos termos de ocorrência, por não atenderem a legislação brasileira. As inconformidades passíveis de solução foram sanadas, e as que não foram passiveis de serem corrigidas, as cargas foram destruídas ou devolvidas aos países de origem. Se compararmos com o ano de 2010, onde emitimos 121 termos de ocorrência, verificamos que não houve um crescimento significativo.

No ano de 2011 foram importados 2.060.500 toneladas, com valor fob de 1.023.063 dólares americano. Se compararmos com 2010, onde foram inspecionados 1.491.325 toneladas, com valor fob de 630.450.682, podemos verificar que houve um incremento bastante significativo na movimentação desses produtos no Estado.
Como destaque em volume podemos citar o grupo dos fertilizantes, que respondeu por aproximadamente 70% do volume de cargas importadas. Quanto à mercadoria que demanda maior freqüência de atividade deste SVAPVIT, temos as bebidas, em especial o vinho que tem nos demandado em maior intensidade com 1.266 partidas inspecionadas. O café por ser o Estado um grande produtor e exportador, também demanda um fluxo diário de trabalho.
Tratamos como capítulo à parte as embalagens de madeira que com certeza tem demandado um grande volume de serviço, pois as mesmas vêm embalando toda espécie de mercadoria, com origens diversas, absorvendo grande parte de nosso tempo nas ações de fiscalização/inspeção. No ano de 2011 foram fiscalizadas/inspecionadas, 16.343 partidas de mercadorias que vieram acondicionadas em madeira de embalagem. No ano de 2010, foram inspecionadas, 14.446 partidas, havendo, portanto um acréscimo de 13,13%.
Nas inspeções/fiscalizações de embalagens de madeira, foram emitidos 453 termos de ocorrências em razão do não cumprimento da norma internacional de medidas fitossanitárias nº15 ï NIMF 15.

Além das atividades citadas acima, os servidores do SVAPVIT participaram dos seguintes eventos no ano de 2011:
- Treinamento com servidores do IRD ï Instituto de Radioproteção e Dosimetria da Comissão Nacional de Energia Nuclear, sobre os procedimentos a serem adotados nas fiscalizações de cargas e embalagem de madeiras oriundas do Japão, embarcadas após o acidente nuclear ocorrido naquele País;
- Participação no Curso de Capacitação Técnica em Sanidade Florestal;
- Participação no XV ENFIT ï Encontro Nacional de Fitossanitaristas do MAPA;
- Participação em reunião nacional do sistema Vigiagro;
- Participação em reunião dos sub comitê de portos do Vigiagro;
- Participação em reunião para discussão do sistema SIGVIG;
- Participação em curso de identificação de pragas quarentenárias;
- Participação em eventos promovidos pela SFA/ES;
- Participação em reuniões com outros órgãos intervenientes no trânsito internacional de produtos, representando a SFA/ES.

Os valores considerados para efeito de cálculo do custo de fiscalização levaram em consideração as descentralizações realizadas com a finalidade de possibilitar o deslocamento de servidores, a manutenção e o abastecimento de veículos, a aquisição de material permanente, de consumo e serviços de terceiros, para atendimento da demanda de atividades pertinentes à competência da Unidade.

2.5.3 - Principais problemas:

A questão de pessoal tem sido o maior problema enfrentado no desenvolvimento de nossos trabalhos. Praticamente toda a força de trabalho da fiscalização do SVAPVIT, encontra-se apta a se aposentar nos próximos 05 anos, sendo que alguns já começaram a usufruir de licenças prêmios.
Quanto à questão dos profissionais da área administrativa, permanece o mesmo problema relatado nos anos anteriores.
O impasse de quem daria a manutenção (SFA/ES ou CODESA), na edificação que atende o SVAPVIT, também gera preocupação, pois o prédio começa a necessitar de manutenções preventivas e corretivas, e não há uma definição de quem vai executar. Lembramos que o prédio foi construído/reformado com recurso oriundos do Governo Federal para a Companhia Docas (CODESA), que construiu em cima de terreno de propriedade da mesma.

Em 27/12/2011 recebemos correspondência do diretor presidente da CODESA, informando que o imóvel será incluído nos serviços de manutenção predial da referida empresa. Resta-nos aguardar as providências a serem adotadas.

2.5.4 - Contratações e Parcerias: Não houve

2.5.5 - Transferências: Não houve

2.5.6 ï Desempenho Orçamentário e Financeiro:
PI FISCPLANTA

Natureza da Despesa		Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos	Crédito Disponível
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	14.081,80	13.153,20	13.153,20	13.153,20	928,60
339030	MATERIAL DE CONSUMO	23.545,29	23.545,29	23.545,29	23.489,32	
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	20.745,00	20.745,00	20.745,00	18.066,57	
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	8.342,65	8.342,65	8.342,65	7.460,27	
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	336,55	336,55	336,55	336,55	
		67.051,29	**66.122,69**	**66.122,69**	**62.505,91**	**928,60**

2.5.7 ï Indicador de Desempenho:

Meta: Inspeção/Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Subprodutos.	
Indicador	
Economicidade	***Efetividade***
Custo com a Fiscalização do Trânsito Internacional de Produtos de Origem Vegetal.	*Percentual* de produtos interceptados por estarem em desacordo com a legislação fitossanitária brasileira (inclusive documental), com restrições de serem internalizados pelos portos do Espírito Santo no ano de 2011.
Variação Absoluta do custo realizado de 2011 pelo custo realizado em 2010 CR 2011ï CR2010 = 62.505,91- 51.126,84 = 11.379,07 Variação do custo da fiscalização de 2011 para 2010 (%) [(CR 2011: CR2010)]-100 = (62.505,91/51.126,84)*100 = 22,3% A variação do custo de uma fiscalização de 2010 em relação a 2011 foi de 22,3% a maior.	Índice de desconformidade ID =*100%* ID=TO/partidas*100 ID = 719/21.397*100 ID = 3,36%

UVAGRO DE : LINHARES/ES		EXPORTAÇÃO VEGETAL - 2011	
Categoria/Processos	**Itens**		
		Unidade	**Qtd**
Exportação de Mamão para EUA	Nº de Requerimentos	un	1.304
	Nº Indeferimentos	un	0
	Nº Termos de Fiscalização	un	1.304
	Nº Certificado Fitossanitário	un	1.320
	Nº Termos de Coletas de Amostra	un	1.304
	Quantidade representada	KG	3.533.517
	Nº Termos de Ocorrência	un	81
	Nº Proibição de Exportação	un	0

2.6 - AÇÃO 4842 - ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA

2.6.1 - Dados gerais da ação:

Tipo de ação	Finalistico
Finalidade	Supervisionar as ações voltadas para o controle da Febre Aftosa no Estado, executadas pelo IDAF.
Descrição	**Erradicação da Febre Aftosa**
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	SDA/MAPA
Coordenador nacional da ação	GUILHERME HENRIQUE FIGUEIREDO MARQUES
Coordenador Estadual da Ação	ALBA LUISA PEREIRA RIBEIRO SAID
Unidade Executora	SISA/DDA/SFA-ES

2.6.2 - Principais resultados:

O Estado do Espírito Santo manteve em 2011 o reconhecimento internacional como Zona Livre de Febre Aftosa com vacinação, tendo o último foco sido registrado no Estado em abril de 1996. Com 46.078 km2 e 78 municípios, o Espírito Santo possui um plantel de 2.215.815 bovinos, em 30.910 propriedades.

Visitas as propriedades rurais e inspeção de animais susceptíveis são atividades rotineiras incrementadas durante as etapas de vacinação, destacando atividades relacionadas a assistência a produtores, fiscalização do trânsito, inspeção ante-morten e post-morten em estabelecimentos sob inspeção oficial. Por ser uma zona livre de Febre Aftosa com vacinação, essas medidas de vigilância devem ser constantes para pronto atendimento a qualquer evento e/ou agravo. Em 2011 foram acompanhadas pelo serviço veterinário oficial 17 suspeitas de enfermidade vesicular no Espírito Santo, com todos resultados negativos para Febre Aftosa.

Para que fosse mantido o status de Livre de Febre Aftosa com vacinação, o Estado do Espírito Santo intensificou no ano de 2011 o cadastramento de propriedades rurais, com a utilização de novo sistemas de gerenciamento de dados, inclusive que viabilizou a emissão da GTA Eletrônica.

Com relação a vacinação contra a Febre Aftosa, foram realizadas 02 etapas de vacinações , em maio e novembro de 2011, atingido índices vacinais acima de 96%, com supervisão do SISA/DDA/SFA-ES, inclusive em áreas e propriedades de risco para a enfermidade.

Foi intensificada, também, a fiscalização da distribuição e do comércio de vacinas contra a Febre Aftosa.

2.6.3 - Principais problemas:
Foram identificados problemas relacionados a infraestrutura do serviço veterinário oficial e problemas também relacionados a procedimentos, que oram relatados durante o ano de 2011 e as soluções foram descritas em documentos (Plano de Ação) com respectivos cronogramas para solucionar as questões.

2.6.4 - Contratações e Parcerias:
O IDAF ï Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo é o órgão executor das políticas de Prevenção e Erradicação da Febre Aftosa, que são emanadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

2.6.5 - Transferências:
Em 2011 foi assinado o CONVÊNIO MAPA IDAF n° 756019/2011, conforme informações que podem ser obtidas junto ao SICONV. As transferências de recursos ocorreram na ordem de R$ 42.200,00 (quarenta e dois mil e duzentos reais) no PI FEBREAFTOS, visando estruturar e manter o Sistema Unificado de Atenção a Saúde Animal no Estado do Espírito Santo para o controle, erradicação e prevenção das doenças dos animais, mas especificamente em relação a Erradicação da Febre Aftosa.

2.6.6 - Indicador de desempenho:

Atributo	Indicadores
	Eficácia
Descrição: Realizar fiscalizações das ações de defesa sanitária animal	% Fiscalizações
Unidade de Medida	FISCALIZAÇÃO
Índice de Referencia	PERCENTUAL
Fonte	S.F.A
FORMULA	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas pelo nº de fiscalizações programadas em 2011. (FR 201: FP 2011).*100
Resultados	(27/30)*100=90,00%

PI FEBREAFTOS

Natureza da Despesa		**Provisão Recebida**	**Empenhos Emitidos**	**Empenhos Liquidados**	**Valores Pagos**	**Crédito Disponível**
333041	CONTRIBUICOES -	42.200,00	42.200,00	42.200,00	42.200,00	
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	10.881,90	7.919,90	7.919,90	7.919,90	2.962,00
339030	MATERIAL DE CONSUMO	605,81	605,81	605,81	605,81	
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	3.800,00	3.800,00	3.800,00	2.700,27	
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	108,32	108,32	108,32	108,32	
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.208,45	1.208,45	1.208,45	1.208,45	
		58.804,48	**55.842,48**	**55.842,48**	**54.742,75**	**2.962,00**

2.7 - Ação 8658 - PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DAS DOÊNÇAS DOS ANIMAIS

2.7.1 - Dados gerais da ação

Tipo de Ação	Finalistico
Finalidade	Garantir a segurança zoosanitaria nacional, visando agregar valores qualitativos aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidade dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais.
Descrição	**Erradicação das Doenças dos Animais**
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	SDA/MAPA
Coordenador Nacional da Ação	GUILHERME HENRIQUE FIGUEIREDO MARQUES
Coordenador Estadual da Ação	EMILIANO DE AGUIAR PEDROZO
Unidades Executoras	SFA-ES
Área Responsável pela Execução	SISA/DDA/SFA-ES

2.7.2 - Principais resultados:

Em relação a garantia da segurança zoosanitaria nacional, visando agregar valores qualitativos aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidade dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais, o SISA/DDA/SFA-ES atua em ações dos seguintes programas:

PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE AVÍCOLA

O Estado do Espírito Santo possui considerável expressividade no segmento avícola que se consagra como grande fornecedor de aves vivas para abate e também na produção de ovos para o mercado interno, abastecendo o Estado do Espírito Santo e outros Estados da Federação.

Foram realizadas reuniões técnicas, supervisões das ações delegadas e manutenção do Comitê de Sanidade Avícola, importante fórum de discussão para o setor. Outra questão importante foi a manutenção das atividades de registro e certificação de estabelecimentos avícolas, com coletas de amostras e envio a laboratórios credenciados, além do atendimento a notificação de mortalidade em aves, com coletas de materiais para diagnóstico laboratorial.

PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE E ERRADICAÇÃO DA BRUCELOSE E TUBERCULOSE

Em 2011 foi renovado o certificado de propriedade livre de brucelose e tuberculose, localizada no município de Conceição do Castelo. Atualmente são 65 profissionais habilitados para atuar no programa, e persistem os dois processos para o credenciamento de laboratório para diagnóstico da brucelose junto ao MAPA, que estão sendo analisados pela Coordenação Geral de Laboratórios ï CGAL. O índice de vacinação de bezerras de 03 a 08 meses, com a vacina B19 teve importante incremento durante o ano de 1010, atingindo percentual de 46% de cobertura vacinal, ficando muito abaixo do esperado, que seria 80% e abaixo também do que foi atingido em 2010, mesmo estando vigente o convênio entre a Federação da Agricultura no Espírito Santo e o Governo do Estado para o repasse de recursos com a finalidade de melhorar os índices de cobertura vacinal no Estado. O projeto será desenvolvido até ano de 2012.

PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE DOS EQUÍDEOS:
Este programa é desenvolvido em parceria com o IDAF para o diagnóstico e eliminação de animais positivos para AIE. Não foram registrados no Espírito Santo casos de mormo, influenza e encefalomielite eqüina.

PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DA RAIVA DOS HERBÍVOROS:
Este programa também engloba ações de vigilância das encefalopatias espongiformes dos bovinos, que inclui a doença da vaca louca, dando também continuidade à captura de morcegos, atendimento a focos e a vigilância ativa da BSE através do envio de amostras de encéfalos procedentes de abate de emergência e de animais acima de 24 meses que resultaram negativas para o diagnóstico da raiva. Estão sendo cumpridos também os cronogramas de envio de amostras de alimentos para ruminantes coletadas em propriedades rurais.

SANIDADE DOS ANIMAIS AQUÁTICOS:
Em 2010, com a assinatura do Termo de Cooperação Técnica, a execução da ação Sanidade dos animais aquáticos manteve-se como parceria entre o SISA/DDA/SFA-ES e o IDAF, sendo que o MAPA continuou se responsabiliza pelo registro dos estabelecimentos aquícolas voltados para o comércio internacional, com processos individuais, vistorias e habilitação de Responsáveis Técnicos para emissão de GTA. Foram realizadas algumas reuniões técnicas com o órgão executor e fiscalizações/auditorias junto aos escritórios locais e regionais. Importante ressaltar que todas as ações do SISA/DDA/SFA-ES são registradas em termos de fiscalização e relatórios, cujo teor é dadas ciência ao órgão executor e respectivos coordenadores nacionais das ações.

2.7.3 - Principais problemas:

Foram identificados alguns problemas relacionados à infraestrutura do serviço veterinário oficial e problemas também relacionados a procedimentos, que foram relatados durante o ano de 2011 e as soluções foram descritas em documentos com respectivos cronogramas para solucionar as questões. Espera-se que sejam cumpridos os prazos estabelecidos para o registro de estabelecimentos avícolas, bem como que sejam incrementadas as vacinações e bezerras contra a brucelose.

2.7.4 - Contratações e Parcerias:
O IDAF ï Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo é o principal parceiro da SFA-ES na Prevenção e Erradicação das doenças dos animais, assim como Médicos Veterinários cadastrados para vacinação contra brucelose e habilitados para atuar no PNCEBT. O Estado conta ainda com Alguns laboratórios credenciados para realizar o exame da Anemia Infecciosa Eqüina. São considerados parceiros também as Associações de criadores, Federação da Agricultura no Espírito Santo, o SENAR-ES, Conselho Regional de Medicina Veterinária do Espírito Santo, Instituições de Ensino da Medicina Veterinária no Espírito Santo.

2.7.5 - Transferências:

Em 2011 foi assinado o CONVÊNIO MAPA IDAF n° 756019/2011, conforme informações que podem ser obtidas junto ao SICONV. As transferências de recursos ocorreram na ordem de R$ 1.657.711 (um milhão e seiscentos e cinqüenta e sete mil e setecentos e onze reais) visando estruturar e manter o Sistema Unificado de Atenção a Saúde Animal no Estado do Espírito Santo para o controle, erradicação e prevenção das doenças dos animais.

2.7.6 - Indicador de desempenho:

DEFESA SANITARIA ANIMAL	
Atributo	Indicadores
	Eficácia
Descrição: Fiscalizar atividades de defesa sanitária animal	% de Fiscalizações
Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizada pelo nº de fiscalizações programadas em 2011. (FR 2011: FP 2011). 100 (18/20)*100= 90,00%	
Fiscalização das ações delegadas ao IDAF nas atividades relativos ao Desenvolvimento da Avicultura	
Atributo	Indicadores
	Eficácia
Descrição: Fiscalizar atividades de defesa sanitária animal	% de Fiscalizações
Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizada pelo nº de fiscalizações programadas em 2011. (FR 2011: FP 2011). 100 (25/20)*100= 125,00%	
DESENVOLVIMENTO DA CAPRINOCULTURA, DA EQÜIDEOCULTURA E DA OVINOCULTURA	
Atributo	Indicadores
	Eficácia
Descrição: Fiscalizar atividades de defesa sanitária animal	% de Fiscalizações
FORMULA	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas em 2011 pelo nº de fiscalizações programadas em 2011. (FR 2011: FP 2011). 100
RESULTADO	(02/02)*100=100 %
DESENVOLVIMENTO DA SUIDEOCULTURA (Esta ação é de execução indireta, esta sob o controle do IDAF, cabendo a SFA a supervisão).	
Atributo	Indicadores
	Eficácia
Descrição: Fiscalização das ações de defesa sanitária animal delegadas ao IDFA	% de Fiscalizações
FORMULA	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas em 2011 pelo nº de fiscalizações programadas em 2011. (FR 2011: FP 2011). 100 (09/10)*100=90,00%

PI PCEANIMAL

Natureza da Despesa	Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos	Crédito Disponível	
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	21.609,90	19.063,37	19.063,37	19.063,37	2.546,53
339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.832,26	1.832,26	1.832,26	1.832,26	
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	18.400,00	18.400,00	18.400,00	16.401,51	
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	8.330,50	4.746,00	4.746,00	4.746,00	3.584,50
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	16,66	16,66	16,66	16,66	
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.421,04	5.421,04	5.421,04	5.421,04	
		55.610,36	**49.479,33**	**49.479,33**	**47.480,84**	**6.131,03**

3	Identificação do Programa de Governo
Código do PPA: 0375	**Denominação: QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS**

Tipo de Programa: Finalísticos

Objetivo Geral: Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores

Objetivo Especifico:

Responsável: VANDERLI IGNEZ

Público Alvo: Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					EM R$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
		146.977,83	146.977,83	138.647,45	140.279,61

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unid. Medida)	Referência			Índice Previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice final		

Fórmula de Calculo do Índice

Analise do Resultado Alcançado

Ordem	Indicador (Unidade de Medida)	Referencia			Índice Previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice Final		

Formula de Calculo do Índice

Analise do Resultado Alcançado

3.1 AÇÃO 2179 ï FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS

3.1.1 ï Dados Gerais da Ação:

Tipo de Ação	Finalistico
Finalidade	**Melhorar os níveis de conformidade e qualidade das sementes e das mudas disponibilizadas para a agricultura nacional, com vistas a assegurar a produtividade das culturas e, por conseqüencia, a contribuir para a sustentabilidade do agronegócio.**
Descrição	A Fiscalização de Sementes e Mudas consiste da execução dos processos de: 1) Registro de cultivares; 2) Inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudas-RENASEM; 3) fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas 3) elaboração e revisão de normas técnicas relativas a inscrição e credenciamento; 4) monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e nas unidades credenciadas. Acrescenta-se a esses esforços a supervisão e a realização de

	reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos. O processo de fiscalização é executado pelo Serviço de Fiscalização Agropecuária ï SEFAG das Superintendências Federais de Agricultura do MAPA situadas nas Unidades da Federação em colaboração e sob a coordenação da CSM/DFIA, vinculados à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	DFIA/MAPA
Unidades Executoras	SFA-ES
Área Responsável pela Execução	SEFAG
Coordenador Nacional da Ação	JOSÉ NEUMAR FRANCELINO

Análise:

3.1.2 - Principais resultados:

Foram previstas 1.308 fiscalizações e executadas 1.464 fiscalizações, obtendo-se um índice 111,93% de execução. As ações previstas foram executadas em sua plenitude atingindo os objetivos previstos de publicidade e aplicação das normas vigentes de sementes e mudas.

No ano de 2011, foram inscritos/credenciados 146 novos RENASEMs.

Foram fiscalizados, pelos Fiscais Federais Agropecuários e Agentes de Atividades Agropecuárias do SEFAG/ES, 644 entes do sistema RENASEM, sendo 488 produtores de mudas, 08 produtores de sementes, 134 comerciantes de sementes, 14 comerciantes de mudas, 68 campos de produção de sementes e 506 unidades de produção, perfazendo um total aproximado de 50 milhões de mudas fiscalizadas.

3.1.3 - Indicadores de desempenho:

EFICÁCIA

Indicador	**Fiscalizações realizadas em relação ao programado**
Utilidade	**Avalia o alcance da meta programada na POA**
Tipo	**Eficácia**
Fórmula de cálculo	**(FR/FP) *100** **Programado (FP): 1.308** **Realizado (FR): 1.464**
Área responsável pelo cálculo/medição	**CSM/DFIA/DAS**
Resultado do indicador no exercício (jan a out)	**111,93 %**
Disfunções estruturais/situacionais	**O aumento da demanda por fiscalização de mudas vem trazendo sobrecarga ao atual quadro de fiscais da área de sementes e mudas.**
Medidas implantadas	**A resolução do entrave acima descrito está sendo tratada com programação de inteligência da fiscalização atacando as áreas chaves para o desenvolvimento do programa de sementes e mudas no Estado do Espírito Santo.**

EFICÁCIA RELATIVA

Indicador	**Fiscalizações realizadas em relação ao realizado no ano anterior (dez/11 x dez/10)**
Utilidade	**Avalia o desempenho da fiscalização em relação ao exercício anterior.**
Tipo	**Eficácia relativa**
Fórmula de cálculo	**(FR 2011/FR 2010)*100 Fiscalização realizada 2010: 1.464 Fiscalização realizada em 2010:1.130**
Área responsável pelo cálculo/medição	**SEFAG/DDA-ES**
Resultado do indicador no exercício	**129,56 %**
Disfunções estruturais/situacionais	**O aumento da demanda por fiscalização de mudas vem trazendo sobrecarga ao atual quadro de fiscais da área de sementes e mudas.**
Medidas implementadas	**A resolução do entrave acima descrito está sendo tratada com programação de inteligência da fiscalização atacando as áreas chaves para o desenvolvimento do programa de sementes e mudas no Estado do Espírito Santo.**

EFICIÊNCIA

Indicador	**Nº de Auto de Infração lavrados em relação ao total de fiscalização realizado**
Utilidade	**Avalia o índice de conformidade dos agentes e produtos em relação ao cumprimento das exigências legais**
Tipo	**Eficiência**
Fórmula de cálculo	**(AI/FR) Auto de Infração lavrados em 2011: 10 Fiscalização realizada em 2011: 1.464**
Área responsável pelo cálculo/medição	**SEFAG/DDA-ES**
Resultado do indicador no exercício	**0,0068 (máximo 1)**
Disfunções estruturais/situacionais	**Prática de pirataria na produção e comercialização de sementes e mudas**
Medidas implantadas	**Coleta de amostras de sementes e fiscalização de viveiros em quantidade e oportunidade adequadas e apuração de denúncias.**

EFETIVIDADE

Indicador	**% de amostras fora do padrão em relação ao total de amostras analisadas**
Utilidade	**Avalia o índice de conformidade dos produtos em relação ao cumprimento das exigências legais**
Tipo	**Efetividade**

Fórmula de cálculo	**(1-(AAFP/TAA)*100)** **AAFP: 7 TAA: 27**
Área responsável pelo cálculo/medição	**SEFAG/DDA-ES**
Resultado do indicador no exercício (Out/10 a Nov/11)	**74,07 %**
Disfunções estruturais/situacionais	**O índice de inconformidade está relacionado com as espécies forrageiras tropicais.**
Medidas implementadas	**Intensificação da fiscalização. Repasse de informações das inconformidades encontradas aos Estados produtores de sementes de forrageiras.**

3.1.4 - Principais problemas:

Crescimento da demanda por fiscalização; Fiscais Federais Agropecuários em vias de aposentadoria sem perspectiva de reposição do quadro em curto prazo.

3.1.5 - Contratações e Parcerias:

Parceria efetivada entre a Superintendência Federal de Agricultura e a Associação dos Produtores de Sementes e de Mudas do Espírito Santo visando garantir a qualidade e a sanidade das sementes e mudas produzidas no Estado ï Projeto Plantar. A parceria conta com diversos outros órgãos de fiscalização, extensão rural, fomento e pesquisa.

3.1.6 - Transferências: Não houve

3.1.7 - Resultados:

Desempenho Financeiro

PI FISCALSEM

Natureza da Despesa		Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos	Crédito Disponível
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	45.418,60	44.335,19	44.335,19	44.335,19	1.083,41
339030	MATERIAL DE CONSUMO	8.077,33	8.077,33	8.077,33	8.077,33	
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	17.536,46	17.536,46	17.536,46	17.536,46	
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	3.030,20	3.030,20	3.030,20	3.030,20	
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.063,11	2.063,11	2.063,11	2.063,11	
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.615,19	1.615,19	1.615,19	1.615,19	
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	7,02	7,02	7,02	7,02	
		77.747,91	**76.664,50**	**76.664,50**	**76.664,50**	**1.083,41**

Desempenho das Metas Fisicas

	ATIVIDADES		UNID	TOTAL EXECUTADO	TOTAL PROGRAMADO
INSCRIÇÃO/CREDENCIAMENTO NO RENASEM	PRODUTOR DE MUDAS		nº	72	
	RESPONSÁVEL TÉCNICO		nº	27	
	COMERCIANTE DE SEMENTES		nº	37	
	COMERCIANTE DE MUDAS		nº	10	
	VISTORIA PRÉVIA - RENASEM		nº	103	
	TOTAL		nº	155	**0**
FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO	PRODUTOR	DE SEMENTES	nº	8	**9**
		DE MUDAS	nº	488	**632**
	COMERCIANTE	DE SEMENTES	nº	134	**148**
		DE MUDAS	nº	14	**10**
Total Fiscalização de Estabelecimento (entidades)			nº	**644**	**799**
COLETA DE AMOSTRAS DE SEMENTES	DE FISCALIZAÇÃO DO COMÉRCIO		nº	29	**23**
			t	27,75	**11**
TOTAL DE COLETA DE AMOSTRA DE SEMENTES	**(Fiscalização de Produtos/amostras)**		**nº**	**29**	**23**
TOTAL DE COLETA DE AMOSTRA DE SEMENTES	**(Fiscalização de Produtos/Representatividade)**		**t**	27,75	**11**
RESULTADO DAS ANÁLISES DE SEMENTES	AMOSTRA FISCAL DO COMÉRCIO DENTRO DO PADRÃO		nº	15	
			t	9,02	
	AMOSTRA FISCAL DO COMÉRCIO FORA DO PADRÃO		nº	3	
			t	0,96	
	TOTAL DE AMOSTRAS FISCAIS DENTRO DO PADRÃO		nº	15	
			t	9,02	
	TOTAL DE AMOSTRAS FISCAIS FORA DO PADRÃO		nº	3	
			t	0,96	
FISCALIZAÇÃO DE CAMPO	SEMENTE S1		nº	68	**38**
			HA	89,24	**46,42**
	TOTAL SEMENTES		**nº**	**68**	**38**
	TOTAL SEMENTES		HA	89,24	**46,42**
FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS (Cap. XII Dec. 5.153/04) , VIVEIROS E UNIDADES DE PROPAGAÇÃO *IN VITRO*	PLANTA BÁSICA		nº	1	
			UNID	2000	
	PLANTA MATRIZ		nº	1	
			UND	1	
	JARDIM CLONAL		nº	103	**34**
			UND	478918	**13000**
	BORBULHEIRA		nº	0	**2**
			UND	0	**1000**
	CAMPO DE PLANTA SEM ORIGEM GENÉTICA COMPROVADA		nº	105	**64**
			UND	427049	**28500**
	MUDA		nº	506	**348**
			UND	49718620	**64790000**
	TOTAL		**nº**	**716**	**448**
	TOTAL		UND	50626587	**64832500**
TOTAL DE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS			**nº**	**1.464**	**1.308**
TERMOS DE FISCALIZAÇÃO EMITIDOS			**nº**	**758**	
AUTOS DE INFRAÇÃO EMITIDOS			**nº**	10	

MEDIDAS CAUTELARES	SUSPENSÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DE SEMENTES	Nº DE TERMOS	4	
		Nº de lotes	5	
		t	7,26	
	SUSPENSÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DE MUDAS	Nº DE TERMOS	1	
		Nº de lotes	1	
		Nº DE MUDAS	60.000	
TERMOS DE LIBERAÇÃO EMITIDOS		nº	1	
		t (sem)		
		UND (mudas)	60.000	
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS FISCAIS	1ª INSTÂNCIA PROCEDENTE	nº	4	
	1ª INSTÂNCIA IMPROCEDENTE	nº	2	
PENALIDADES APLICADAS	MULTA APLICADA	nº	5	
	ADVERTÊNCIA	nº	1	
TAXAS E MULTAS	RENASEM -INCLUSÃO, ALTERAÇÃO E RENOVAÇÃO	R$	19.915,00	
	INSCRIÇÃO DE CAMPOS DE SEMENTES	R$	276,00	
	INSCRIÇÃO DE VIVEIROS/MATRIZES	R$	26.650,00	
	MULTAS APLICADAS	R$	38.780,15	
	MULTAS RECOLHIDAS	R$	19.263,40	
OUTRAS AÇÕES	AUTORIZAÇÃO DE EXPORTAÇÃO DE SEMENTES	nº	4	
		t	0,65	
		R$	40.476,15	
	AUTORIZAÇÃO DE EXPORTAÇÃO DE MUDAS	nº	6	
		Nº DE MUDAS	7.108	
		R$	56.024,48	
	EVENTOS REALIZADOS	nº	4	
	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	nº	14	
	PALESTRAS PROFERIDAS	nº	7	
HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÃO	CAMPOS DE SEMENTES	n° (de campos)	7	
		ha	137,2	
	VIVEIROS DE MUDAS	n°(de viveiros)	216	
		Nº DE MUDAS	68.355.515	
	PLANTA BÁSICA, MATRIZ, JARDIM CLONAL, BORBULHEIRA	n°	229	
		Nº DE MUDAS	1.075.273	
	TOTAL DE HOMOLOGAÇÕES	n°	452	
	TOTAL DE HOMOLOGAÇÕES	ha	137,20	
	TOTAL DE HOMOLOGAÇÕES	Nº DE MUDAS	69.430.788	

3.2 - AÇÃO 2141 - FISCALIZAÇÃO DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS E INOCULANTES.

3.2.1 - Dados gerais da ação

Tipo de Ação	Finalistico
Finalidade	Garantir a qualidade dos insumos ofertados aos comerciantes, produtores, verificando se produto atende conformidades legais.
Descrição	Fiscalização de Fertilizante, Corretivos
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	DFIA/MAPA
Coordenador Nacional da Ação	HIDERALDO JOSE COELHO
Unidade executora	
Área responsável pela execução	

3.2.2 - Principais resultados:

Foram previstas 395 (trezentos e noventa e cinco) fiscalizações e executadas 411 (quatrocentas e onze) fiscalizações, obtendo-se um índice de 104,05% de execução. Foram realizadas 217 amostras em 6.110 toneladas de Fertilizantes Mineral e 17 amostras de Corretivos de Acidez referentes a 1.532 toneladas que foram analisados, resultando na apreensão 87,5 toneladas de 1 Produto e lavrado 73 autos de infração, resultando na aplicação de 97 multas no valor total de R$ 585.148,96. As ações previstas foram executadas em sua plenitude atingindo os objetivos previstos e aplicação das normas vigentes.

3.2.3 - Principais problemas:

3.2.4 - Contratações e Parcerias: Não houve

3.2.5 - Transferências: Não Houve

PI FISFECOI

Natureza da Despesa		Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos	Crédito Disponível
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	19.743,84	19.515,92	19.515,92	19.515,92	227,92
339030	MATERIAL DE CONSUMO	3.696,38	3.696,38	3.696,38	3.296,38	
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	12.307,71	12.307,71	12.307,71	12.307,71	
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.144,94	2.144,94	2.144,94	1.164,83	
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	787,29	787,29	787,29	787,29	
		38.680,16	**38.452,24**	**38.452,24**	**37.072,13**	**227,92**

3.3 - AÇÃO 2019 - FISCALIZAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO ANIMAL

3.3.1 - Dados gerais da ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.
Descrição	Realização de atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializem ou distribuem, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade, incluindo ainda para isso analises fiscais em laboratórios oficiais nos produtos terminados. Capacitação de fiscais federais agropecuários em biotecnologia da reprodução, boas prática de manipulação e auditoria. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	80971 - Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários
Coordenador Nacional da Ação	BERONETE BARROS ARAUJO
Unidades Executoras	SFA-ES
Área Responsável pela Execução	SEFAG

3.3.2 - Principais resultados:

- Granjas avícolas de reprodução (recria) vistoriadas para registro: 1
- Atendimento de denúncia: 1
- Fiscalização de rotina: 2

3.3.3 - Principais problemas: nada a declarar

3.3.4 - Contratações e Parcerias: não houve

3.3.5 - Transferências: não houve

PI FISCGENE

Natureza da Despesa		Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos	Crédito Disponível
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	620,00	387,22	387,22	387,22	232,78
		620,00	**387,22**	**387,22**	**387,22**	**232,78**

3.3.6 - Indicador de desempenho:

ATRIBUTOS	INDICADORES	
	EFICACIA	
Descrição: **Fiscalização de Material Genético animal**	Relação percentual entre o número de fiscalização realizada (FR) e o número de fiscalização programada (FP) em 2010.	
Fórmula de cálculo:	(FR2011 / FP2011)*100 =	(4/4)*100 = **100%**
Descrição: Material Genético Animal em conformidade com as normas de produção comercialização.		**EFETIVIDADE**
R = REALIZADO P = PROGRAMADO		Relação entre o numero de estabelecimentos fiscalizados pelo numero de estabelecimentos em conformidade x100 = 4/4 x 100 = **100%**

3.4- AÇÃO 2124 - FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO ANIMAL

3.4.1 - Dados gerais da ação:

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Assegurar à qualidade e a conformidade dos insumos destinados a alimentação animal..
Descrição	Fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; capacitação dos fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação (BPF), APPCC, auditoria, tecnologia de fabricação de ração, relatoria de processo; implementação das BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	80971 - Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários
Unidades Executoras	SFA-ES
Área Responsável pela Execução	SEFAG
Coordenador Nacional da Ação	FERNANDA MARCUSSE TUCCI

3.4.2 - Principais resultados:

- Estabelecimentos fiscalizados: **30 (fabricantes)**

- Auditorias de BPF executadas: **4** em estabelecimentos já registrados e 2 para obtenção de registro.

- Programa de coleta de amostras para análise fiscal: cumprimento de 83,5% da programação oficial (que foi superestimada); **66,7% de conformidade** para as amostras analisadas.
- Detecção de amostras de ração para ruminante contendo ingrediente de origem animal em um estabelecimento, o que gerou um bem sucedido processo investigativo com novas coletas, autos de infração, interdição temporária e efetiva implantação das BPF.
- Autos de Infração emitidos (especialmente por não conformidade e não-adequação ao decreto): **61**
- Valor arrecadado por multas (valores pagos entre 01/1 e 31/12/2011): **R$ 94.271,15**
- Adequação do registro de estabelecimentos e produtos de acordo com o Decreto nº 6296/2007
- Concessão e cancelamento de registro de estabelecimentos e produtos.

3.4.3 - Principais problemas:

- O maior problema que enfrentamos no setor foi o número insuficiente de fiscais federais agropecuários para atender toda a demanda, que é alta. A área de Alimentação Animal conta apenas com um FFA exclusivo, além de uma FFA e um técnico de nível superior que também trabalham nas áreas de produtos de Uso Veterinário e Material Genético Animal.

- Número insatisfatório de auditorias de BPF realizadas, devido ao número insuficiente de fiscais federais agropecuários.

- Grande volume de processos para adequar registros de empresas e produtos ao Decreto nº 6296/2007.

- Divergências entre a programação elaborada pelo SEFAG no POA 2011 e aquela que foi posteriormente oficializada pela CPAA: programação superestimada pela CPAA, especialmente para conformidade de ingrediente e microscopia; a programação para microscopia previa coletas mensais. Porém, não foi todo mês que tivemos estabelecimentos aptos para coleta de amostra para essa análise.

3.4.4 - Contratações e Parcerias: não houve

3.4.4 - **Transferências:** não houve

PI FISCINAN

	Natureza da Despesa	Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos	Crédito Disponível
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	9.302,41	8.386,38	8.386,38	8.386,38	916,03
339030	MATERIAL DE CONSUMO	2.370,27	2.370,27	2.370,27	2.370,27	
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	3.733,04	3.733,04	3.733,04	2.748,35	
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.346,48	2.346,48	2.346,48	383,48	
		17.752,20	**16.836,17**	**16.836,17**	**13.888,48**	**916,03**

3.4.6 - Indicador de desempenho:

INDICADORES	
EFICIENCIA	**EFICACIA**
Descrição: **Fiscalizações em Estabelecimentos Produtores de Alimentos para Animais**	
	Relação percentual entre o número de fiscalização realizada (FR) e o número de fiscalização programada (FP) em 2011.
Fórmula de cálculo:	(FR2011 / FP2011)*100 = (30/26)*100 = **115%**
Descrição: Fiscalizações em Estabelecimentos Comerciais Alimentos para Animais	
	Relação percentual entre o número de fiscalização realizada (FR) e o número de fiscalização programada (FP) em 2011.
Fórmula de cálculo:	(FR2011 / FP2011)*100 . Nenhuma fiscalização programada e nem realizada em comércio em 2011
METAS	
Descrição: Colheitar 100% das amostras de alimentos para animais, conforme sorteio de Eps efetuado pelo CPAA, para verificação da conformidade.	Relação percentual entre o número de colheita realizada (CR) e o número de colheita programada (CP) em 2011.
Fórmula de cálculo:	(CR2011 / CP2011)*100 = (96/115)*100 = **83,5%**
Descrição: Colher 100% das amostras de rações para ruminantes, conforme sorteio de Eps efetuado pelo CPAA, para verificar presença de proteína de origem animal.	Relação percentual entre o número de colheita realizada (CR) e o número de fiscalização programada (CP) em 2011.
Fórmula de cálculo:	(CR2011 / CP2011)*100 = (43/22)*100 = **195,5%**

3.5 - AÇÃO 2140 - FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO.

3.5.1 - Dados gerais da ação:

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
Descrição	Licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais e registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento. Capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação, auditoria, segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	80971 - Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários
Unidades Executoras	SFA-ES
Área Responsável pela Execução	SEFAG
Coordenador Nacional da Ação	CLEBER TAYLOR CARNEIRO

3.5.2 - Principais resultados:

- Concessão de licença para 20 estabelecimentos comerciantes e 1 importador
- Renovação de licença para 65 estabelecimentos comerciantes, 4 importadores e 1 prestador de serviços.
- Fiscalização em 09 municípios, totalizando 25 estabelecimentos comerciantes, 4 importadoras, 1 fabricante e 1 armazém.
- Emissão de 01 Auto de Infração para comerciante do Espírito Santo
- Autorização de embarque para 34 importações (das quais 9 para pessoa física e 25 para pessoa jurídica), totalizando:

  * 77.375 kg de farmoquímicos importados
  * **U$ 18.447.060,66** (valor total da condição de venda de farmoquímicos)

3.5.3 - Principais problemas:

O maior problema que enfrentamos no setor foi o fato de que a área de Produtos Veterinários do SEFAG-ES conta apenas com uma FFA e um técnico de nível superior, que também trabalham nas áreas de Alimentação Animal e Material Genético Animal, de tal forma que não conseguem atender totalmente à demanda da área. Como conseqüência desse fato, destacamos

- Fiscalização em apenas **11,5%** dos municípios do Espírito Santo (9, dos 78 existentes).
-Fiscalização de apenas **8%** dos estabelecimentos registrados (31, de um total aproximado de 400).
- Lentidão na análise de processos diversos devido à necessidade de se priorizar a área de Alimentação Animal.

3.5.4 - Contratações e Parcerias: não houve

3.5.5 - Transferências: não houve

PI FISPROVET

	Natureza da Despesa	Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos	Crédito Disponível
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	4.768,73	3.185,98	3.185,98	3.185,98	1.582,75
339030	MATERIAL DE CONSUMO	404,49	404,49	404,49	404,49	
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.404,00	2.404,00	2.404,00	1.157,19	
		7.577,22	**5.994,47**	**5.994,47**	**4.747,66**	**1.582,75**

3.5.6 - Indicador de desempenho:

ATRIBUTOS	INDICADORES	
	EFICACIA	EFETIVIDADE
Descrição:	Relação percentual entre o número de fiscalização realizada (FR)e o número de fiscalização programada (FP) em 2011.	Relação entre o numero de estabelecimentos **fabricantes** de produtos de uso veterinário e de embelezamento animal, registrados e fiscalizados pelo numero de estabelecimentos em conformidade.
Fórmula de cálculo:	(FR2011 / FP2011)*100 = (31/28)*100 = **110,7%**	Efetividade fabricante: **100%**

3.6ï AÇÃO 2909 ï FISCALIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS E AFINS:

3.6.1ï Dados Gerais da Ação:

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Fiscalizar as Agroindústrias produtoras de agrotóxicos e credenciar e fiscalizar empresas que fazem pesquisa para registro do agrotóxico.
Descrição	.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	CGAA
Unidades Executoras	SFA-ES
Área Responsável pela Execução	SEFAG
Coordenador Nacional da Ação	ï Luis Eduardo P. Rangel

3.6.2 ï Principais Ações:

I ï Fiscalização de empresas credenciadas para realização de tratamentos fitossanitários:

MÊS DE REFERÊNCIA: Abril ANO: 2011

DESTINO	PERÍODO	OBJETIVO
Terminais Alfandegados de Vila Velha	01/04	Fiscalização de empresas credenciadas para realização de tratamentos fitossanitários, com fins quarentenários
Vitória, Serra	04/04	Apuração de denúncia contra empresa credenciada para realização de tratamentos fitossanitários quarentenários
CEASA, Portos de Capuaba e Tubarão	29/04	Instalação e manutenção de armadilhas para monitoramento e captura das moscas-das-frutas (*Bactrocera caramboalae*)
Terminal Polimodal - Vila Velha	05/05	Fiscalização de tratamento fitossanitário quarentenário, com emprego de brometo de metila, realizado pela empresa credenciada Orion Desinsetização e Fumigação Ltda.
Terminal Savix - Vila Velha	12/05	Fiscalização de tratamento fitossanitário quarentenário, com emprego de brometo de metila, realizado pela empresa credenciada Nikkey Controle de Pragas e Serviços Técnicos Ltda.
CEASA, Portos de Capuaba e Tubarão	27/05	Instalação e manutenção de armadilhas para monitoramento e captura das moscas-das-frutas (*Bactrocera caramboalae*)
Muniz Freire	31/05	Fiscalização de empresas credenciadas para realização de tratamentos fitossanitários, com fins quarentenários
Cachoeiro de Itapemirim, Vargem Alta e Castelo	01-02/06	Fiscalização de empresas credenciadas para realização de tratamentos fitossanitários, com fins quarentenários.
Madeireira Forza - Ibiraçu	07/06	Fiscalização da unidade de tratamento térmico localizada na Madeireira Forza, credenciada para a empresa FDP Consultoria e Serviços Ltda.
Terminal Savix e Polimodal - Vila Velha	29/06	Fiscalização dos tratamentos fitossanitários quarentenários, com emprego de brometo de metila, realizado pela empresa credenciada Nikkey Controle de Pragas e Serviços Técnicos Ltda. e Orion Desinsetização e Fumigação Ltda.

DESTINO	PERÍODO	OBJETIVO
Vila Velha ï Terminal Shamah e Interport	08/07	Fiscalização dos tratamentos fitossanitários quarentenários, com emprego de brometo de metila, realizado por empresas credenciadas pelo MAPA.
Porto de Praia Mole e Portocel ï Terminal Especializado de Barra do Riacho em Aracruz	28/07	Fiscalização dos tratamentos fitossanitários quarentenários, com emprego de brometo de metila, realizado por empresas credenciadas pelo MAPA
Terminal Savix, Shamah, Iterport e Plimodal - Vila Velha	29/07	Fiscalização dos tratamentos fitossanitários quarentenários, com emprego de brometo de metila, realizado por empresas credenciadas pelo MAPA.
Vila Velha ï Terminal TVV	09	Fiscalização dos tratamentos fitossanitários quarentenários, com emprego de brometo de metila, realizado por empresas credenciadas pelo MAPA, acompanhado do FFA Alfredo Gusella.
Vila Velha ï Terminal TVV	12	Fiscalização dos tratamentos fitossanitários quarentenários, com emprego de brometo de metila, realizado pela empresa NIKKEY, acompanhado do FFA Alfredo Gusella.

II ï Relato de Instrução em Segunda Instância do Processo 21052.025522/2009-25 da SFA ï SP, referente a Processo Administrativo para apuração de Infração de Indústria de Agrotóxicos.

III ï Participação de 01 Fiscal Federal do SEFAG/DDA/SFA-ES e 01 Colaborador Eventual do IDAF-ES no Encontro Nacional de Agrotóxicos em Campo GrandeMS, no período de 22 a 26/05/2011.

3. Despesas efetuadas através do PI-Agrotox/2011:

3.6.3 ï Desempenho orçamentário:

PI FISAGROTOX 2011

Natureza da Despesa		Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.693,26	1.693,26	1.693,26	1.693,26
339030	MATERIAL DE CONSUMO	110,00	110,00	110,00	110,00
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.069,28	2.069,28	2.069,28	945,67
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	997,70	997,70	997,70	997,70
		4.870,24	**4.870,24**	**4.870,24**	**3.746,63**

3.6.4 ï Entraves: Não houve

3.6.5 ï Indicador de Desempenho: Não há como mensurar o resultado através do indicador em razão da ação ser executada por demanda.

3.6.6 ï Contratações e Parcerias: Não houve

3.6.7 ï Transferências: Não houve

4 -	Identificação do Programa de Governo
Código do PPA: 0393	**Denominação: DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL**

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover o uso estratégico e reduzir a vulnerabilidade do sistema de propriedade intelectual de modo a criar um ambiente de negócios que estimule a inovação, promova o crescimento e o aumento da competitividade das empresas e favoreça o desenvolvimento tecnológico, econômico e social.

Objetivo Especifico:

Responsável: Sara Hoppe

Público Alvo: Pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras que podem ser beneficiadas pelo registro, uso e comercialização da propriedade intelectual em território brasileiro.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					EM R$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
		6.715,21	6.715,21	187,88	6.715,21

Informações orçamentárias e financeiras do Programa						
Ordem	Indicador (Unid. Medida)	Referência			Índice Previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice final		

Fórmula de Calculo do Índice

Analise do Resultado Alcançado

Ordem	Indicador (Unidade de Medida)	Referencia			Índice Previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice Final		
	Produtor atendido					

Formula de Calculo do Índice

Analise do Resultado Alcançado

OBS: Esta SFA-ES não tem responsabilidade pela gestão do Programa, apenas executa Ações pertinentes ao mesmo, cujas metas são definidas pela Coordenação em Brasília.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa:

PI	Natureza da Despesa	Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Empenhos a Liquidar	Valores Pagos	Crédito Disponível
INDIGRAF	339014	2.150,02	2.150,02	2.150,02		2.150,02	
	339033	3.372,19	3.372,19	3.372,19		3.372,19	
	339036	1.193,00	1.193,00	1.193,00		1.193,00	
TOTAL		6.715,21	6.715,21	6.715,21		6.715,21	

4.1 -AÇÃO 2B47 - FOMENTO À INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

4.1.1 - Dados gerais da ação:

Tipo de Ação	Finalístico
Finalidade	Incrementar as cadeias produtivas agropecuárias com potencial de IG, acompanhar e monitorar os produtos agropecuários já certificados, objetivando a ampliação do rol de produtos protegidos por IG no Brasil e em outros mercados de interesse, com o conseqüente aumento da renda e do emprego nas cadeias de produção envolvidas, nas comunidades locais organizadas, bem como na defesa dos interesses do agronegócio diante das imposições do mercado internacional.
Descrição	Apoio a projetos de promoção, difusão e capacitação de recursos humanos (capacitação de servidores, técnicos e gestores de cooperativas, produtores rurais, representantes de entidades nacionais envolvidas com a formulação de políticas publicas de apoio ao desenvolvimento do setor produtivo) Realização de estudos e diagnósticos de produtos agropecuários, inclusive sua inserção mercadológica; Realização de programas de cooperação técnica com potenciais parceiros institucionais; Orientação, promoção e acompanhamento de processos de reconhecimento de produtos agropecuários protegidos como IG. Desenvolvimento de sistemas de informação que subsidiem e tratem as questões que envolvam a IG de produtos agropecuários; Incremento da produção de produtos agropecuários que tem potencial de reconhecimento como IG com vistas a melhoria da qualidade destes produtos; Auditorias das cadeias produtivas protegidas como IG.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	MAPA
Unidades Executoras	SFA-ES - DPDAG
Área Responsável pela Execução	Coordenação de Incentivo a Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários.
Coordenador Nacional da Ação	Patrícia Metzler Saraiva

4.1.2 - Principais resultados:

As atividades executadas pelo DPDAG-ES, em relação ao fomento às Indicações Geográficas, envolveram a participação em reuniões sobre o tema, junto a organizações de produtores em regiões do Estado. Também houve participação em eventos relativos ao tema, como Seminários e cursos que ocorreram em nível nacional e internacional. Ressalte-se também a manutenção das atividades da entidade colegiada criada no ano passado que consiste no Fórum de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas do Setor Agropecuário do Estado do Espírito, com o objetivo de planejar, articular, coordenar, e orientar a participação dos diferentes órgãos parceiros nas ações necessárias ao desenvolvimento, implantação e promoção das IG e Marcas Coletivas. Esta iniciativa tem por base a integração entre os diversos agentes do setor público e privado ligados ao setor agropecuário do Estado e tem obtido grande sucesso dentro do que pretende. As atividades supracitadas estão melhor detalhadas a seguir:

1. **Atividades realizadas:**
   - Realização reuniões com a COOPEAVI (cooperativas da região Centro Serrana) para aplicação do diagnóstico. Durante a reunião com a cooperativa foi feita a palestra sensibilização acerca do uso dos sinais distintivos.
   - Participação em reuniões com a COOABRIEL e COOCAFÉ (cooperativas das regiões Norte e do Caparaó) para aplicação do diagnóstico da regiões produtoras de café no ES.

Durante a reunião com as cooperativas foram feitas palestras de sensibilização acerca do uso dos sinais distintivos.

- Organização e participação de oito reuniões do Fórum de IG e Marcas Coletivas do ES.
- Organização e realização do seminário capixaba de IG e Marcas Coletivas.
- Elaboração do relatório da primeira fase do diagnóstico das regiões produtoras de café do ES.
- Participação em reunião na SFA-BA, com os parceiros - INPI, SEBRAE - para auxiliar nos trabalhos de emissão do Instrumento Oficial da IP Microrregião Abaíra para o produto cachaça
- Palestra sobre IG proferida no I Seminário Técnico da SFA-ES
- Organização da visita técnica de pesquisadoras da UFRRJ, UFSC e CIRAD em Vitória para conhecer a potencial IG de Goiabeiras para panelas de barro.
- Conclusão da primeira fase do diagnóstico dos potenciais produtos para proteção por meio de IGs ou MCs junto ao Fórum Origem Capixaba.

2. Participação em reuniões técnicas e eventos:

- Reunião interna no DPDAG para definição das atividades para levantamento das informações para o diagnóstico das regiões produtoras de café do ES.
- Participação no evento do Conilon Descascado em Santa Tereza, no dia 01/03
- Participação no evento dos produtores de café em Brejetuba, no dia 01/04
- Participação na reunião interna com a CIG/DEPTA/SDC/MAPA para tratar das ações de IG no ES
- Participação em reunião no Incaper para tratar do diagnóstico das regiões produtoras de café no ES,
- Participação na videoconferência com SFA-BA e parceiros para auxiliar nos trabalhos de emissão do Instrumento Oficial da IP Microrregião Abaíra para o produto cachaça
- Participação em videoconferência CIG-DPDAGs sobre as metas no PPA 2012-2015, planejamento e acompanhamento das atividades/ações em IGs e MCs junto aos Estados (Ago/2011)
- Participação em videoconferência DPDAG-CIG-SEBREAE sobre o andamento do Fórum Origem Capixaba.
- Participação no Treinamento INTERGI, na Suíça (Out/2011).
- Participação no I Simpósio Internacional sobre Indicações Geográficas, em São Luís (Nov/10).

Com as reuniões realizadas nas regiões do Caparaó e do Noroeste, foi ampliada a região abrangida diretamente pelas ações do INDGRAF no Espírito Santo, que anteriormente consistia prioritariamente na Região Serrana do Estado, todas as produtoras de café.

Dessa forma, os beneficiários diretos das ações foram principalmente os produtores rurais associados e cooperados onde o DPDAG-ES divulga e incentiva a Indicação Geográfica. Além desses, os participantes do Fórum e demais eventos de divulgação da IG, sejam eles representantes de entidades, estudantes ou profissionais do agronegócio, têm sido sensibilizados quanto ao tema, além de tornarem-se multiplicadores.

No entanto, com a drástica redução da equipe da DPDAG/SFA-ES e a dedicação de apenas 10 % do tempo de serviço do ponto focal que atua no Estado, as ações diretas do INDIGAF foram praticamente interrompidas em junho deste ano.

Espera-se manter a atuação do MAPA com relação às IGs e Marcas Coletivas no Estado com o apoio indireto ï técnico e/ou financeiro ï aos projetos de requerimento de registro dos produtos elencados no diagnóstico que está sendo construído.

4.1.3 - Principais problemas:

Acreditamos estar no momento de o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento priorizar a construção do marco legal das ferramentas de proteção coletiva no agronegócio (Indicações Geográficas e Marcas Coletivas), firmando o seu papel de regulador das políticas públicas de desenvolvimento agropecuário e garantindo a previsão legal de controle social e fiscalização aos produtores e consumidores, contra usurpação e concorrência desleal. Dessa maneira, fica institucionalizado o papel do MAPA e beneficiada a sociedade brasileira.

4.1.4 - Contratações e Parcerias: Não se aplica.

4.1.5 - Transferências: Não se aplica.

5 - Identificação do Programa de Governo	
Código do PPA:**6003**	Denominação**: APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO**
Tipo de Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuário	
Objetivo Especifico:	
Responsável: Sara Hoppe Schoreder	
Público Alvo: Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário	

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					EM R$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
		7.713,55	7.713,55	-0-	7.713,55

Informações orçamentárias e financeiras do Programa						
Ordem	Indicador (Unid. Medida)	Referência			Índice Previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice final		
Fórmula de Calculo do Índice						
Analise do Resultado Alcançado						

Ordem	Indicador (Unidade de Medida)	Referencia			Índice Previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice Final		
	Projeto apoiado					
Formula de Calculo do Índice						
Analise do Resultado Alcançado						
OBS: Esta SFA-ES não tem responsabilidade pela gestão do Programa, apenas executa Ações pertinentes ao mesmo, cujas metas são definidas pela Coordenação em Brasília.						

PI APPRODUTOR

Natureza da Despesa	**Provisão Recebida**	**Empenhos Emitidos**	**Empenhos Liquidados**	**Valores Pagos**	**Crédito Disponível**	**Natureza da Despesa**
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	531,00	475,72	475,72	475,72	55,28
339030	MATERIAL DE CONSUMO	117,93	117,93	117,93	117,93	
		648,93	**593,65**	**593,65**	**593,65**	**55,28**

PI FISCONTRATO

339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	6.624,50	5.899,46	5.899,46	5.899,46	725,04
339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.220,44	1.220,44	1.220,44	1.220,44	
		7.844,94	**7.119,90**	**7.119,90**	**7.119,90**	**725,04**

5.1 -AÇÃO 7H17 ï APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

5.1.1 ï Dados Gerais da Ação:

Tipo de Ação	**Finalístico**
Finalidade	**Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuário**
Descrição	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	**Coordenação-Geral de Parcerias Institucionais DIEL/SDC/MAPA**
Unidade executora	**SFA-ES - DPDAG**
Área Responsável pela execução	**Coordenação ï Geral de Parcerias Institucionais**

5.1.2 - Principais resultados: Foram emitidos 249 pareceres técnicos, na análise de 82 planos de trabalho referentes a projetos de Transferências Voluntárias de Recursos da União ï Emendas Parlamentares, desta Ação. Do total de projetos analisados, apenas 52 foram empenhados, diante de 75 Planos de Trabalho Aprovados. Isso resultou em 47 contratos, com 28 Prefeituras Municipais, no valor total de repasse de R$ 24.940.500,00 (vinte e quatro milhões, novecentos e quarenta mil e quinhentos reais).
Foram realizadas dez vistorias prévias, abrangendo a totalidade dos projetos de construção propostos nesta Ação, com o objetivo de verificar a viabilidade e a adequação dos mesmos. Tais vistorias resultaram na correção, pelas proponentes, de falhas nos planos de trabalho que impactariam na plena consecução da finalidade e atendimento aos beneficiários, de acordo com os interesses deste Ministério.

5.1.3 - Problemas enfrentados: restrições no Cadastro Único de Convênio (CAUC), por parte de seis Prefeituras contempladas, incorreu na não-contratação de sete projetos aprovados.

5.1.4 - Contratações e Parcerias: Não houve.

5.1.5 - Transferências: Não houve.

5.2 - AÇÃO 8611- APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR AGROPECUÁRIO

5.2.1 - Dados gerais da ação

Tipo de Ação	Finalístico
Finalidade	Apoiar a pequena produção agropecuária, por meio do estímulo à promoção e agregação de valor a seus produtos, melhorando a renda e a qualidade de vida dos produtores.
Descrição	Criação de incentivo e fomento à pequena produção agropecuária por meio da

	manutenção de estradas vicinais, correção de solos, construção de pequenos abatedouros de animais, aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas e equipamentos de pequeno porte. Elaboração de estudos diagnósticos técnicos, implantação, acompanhamento da execução e avaliação de projetos para o desenvolvimento sustentável, visando ao aumento da produção, produtividade, processamento, garantia da qualidade, armazenamento, comercialização, e melhoria na logística de transporte para redução dos gargalos ao escoamento da safra agropecuária.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação-Geral de Parcerias Institucionais/ DIEL/ SDC/ MAPA
Unidades Executoras	SFA-ES
Área Responsável pela Execução	Coordenação-Geral de Parcerias Institucionais
Coordenador Nacional da Ação	Marcelo Alexandre Andrade de Almeida

5.2.2 - Principais Resultados:

Acompanhamento do convênio MAPA/ABCGIL e reuniões com prefeituras municipais sobre PRODESA.

5.2.3 ï Desempenho orçamentário e Financeiro:

PI APPRODUTOR

Natureza da Despesa		Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	531,00	475,72	475,72	475,72
339030	MATERIAL DE CONSUMO	117,93	117,93	117,93	117,93
		648,93	**593,65**	**593,65**	**593,65**

5.2.4 ï Entraves: Não houve

5.2.5 ï Indicador de Desempenho:

Não houve definição de metas para 2011, apenas atendimento a demanda da Coordenação do MAPA.

5.2.6 ï Contratações e Parcerias: Não houve

5.2.7 ï Transferências: Não houve

5.3 - AÇÃO 5914 ï ENERGIZAÇÃO RURAL

5.3.1 - Dados gerais da ação:

Tipo de Ação	Finalístico
Finalidade	Tornar viável às famílias de trabalhadores rurais o acesso à iluminação, aquecimento, refrigeração, lazer, serviços, força eletromotriz para mecanização de todas as etapas do processo produtivo agrossilvopastoril e agroindustrial.
Descrição	Estudos, zoneamento, e construção, reforma ou ampliação de obras de engenharia envolvendo geração e distribuição de energia elétrica.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação-Geral de Parcerias Institucionais DIEL/ SDC/ MAPA
Unidades Executoras	SFA-ES
Área Responsável pela Execução	Coordenação-Geral de Parcerias Institucionais
Coordenador Nacional da Ação	Marcelo Alexandre Andrade de Almeida

5.3.2 - Principais resultados: Foram emitidos dois pareceres técnicos, na análise do plano de trabalho referente a projeto de Transferência Voluntária de Recursos da União ï Emenda Parlamentar, desta Ação. O projeto analisado foi aprovado, o que resultou em um contrato com valor de repasse de R$ 146.250,00 (cento e quarenta e seis mil duzentos e cinqüenta reais).
Foi realizada vistoria prévia *in loco* na análise da proposta desta Ação, com o objetivo de verificar a viabilidade e a adequação do projeto proposto, o que resultou na correção do plano de trabalho, pela proponente, de acordo com orientações técnicas voltadas à ampla consecução da finalidade do objeto, bem como ao atendimento aos beneficiários de acordo com os interesses deste Ministério.

5.3.3 - Problemas enfrentados: A falta de projeto de engenharia por parte da proponente ocasionou expressivo atraso no atendimento às solicitações da SFA-ES, dificultando decisivamente a análise da proposta dentro do prazo estipulado.

5.3.4 - Contratações e Parcerias: NÃO HOUVE EMPENHO PARA OS PROJETOS DE ENERGIZAÇÃO RURAL
5.2.5 - Transferências: Não houve.

5.4 - AÇAO 2B17 ï FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE REPASSE

5.4.1 - Dados gerais da ação:

Tipo de Ação	Finalístico
Finalidade	Acompanhar a execução de obras e serviços oriundos de contratos de repasse, celebrados por intermédio da Caixa Econômica Federal com entidades publicas e fiscalizar o contrato de prestação de serviços firmados entre o MAPA e a CEF para operacionalização dos contratos de repasse.
Descrição	Fiscalização, por amostragem de contratos de repasse, firmados com o Ministério da Agricultura, mediante descentralização de créditos às Superintendências Regionais de Agricultura para disponibilização de veículos e pessoal (técnicos e motoristas) em diligências realizadas por iniciativa própria ou provocadas por denúncias provenientes dos vários segmentos da sociedade, inclusive de órgãos de controle interno e externo. Como subsídio a essas atividades são promovidos treinamentos e atualizações de técnicos em cada Superintendência quanto ao Contrato de Prestação de Serviço MAPA/Caixa Econômica Federal e aos procedimentos de acompanhamento e fiscalização de contratos de repasse, em conformidade com aspectos legais. Mediante correspondência e vistas em loco as entidades beneficiadas são orientadas para que apresentem projetos consoantes à legislação vigente, com maior alcance social, custos adequados e compatíveis com a aptidão da região.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação de Infraestrutura Rural e Logística DIEL/ SDC/ MAPA
Unidades Executoras	SFA-ES
Área Responsável pela Execução	Coordenação de Infraestrutura Rural e Logística
Coordenador Nacional da Ação	Maria Auxiliadora Domingues de Souza

5.4.2 - Principais resultados: Foram fiscalizados todos os 11 contratos sorteados pelo DIEL, totalizando 22 metas.
Durante as fiscalizações, foram promovidos esclarecimentos a todas as Prefeituras visitadas em relação às normas do Ministério e exigências quanto à guarda e manutenção dos objetos dos contratos, bem como em relação ao registro das ações desempenhadas pelos mesmos, garantindo-se a comprovação do alcance da finalidade dos projetos e o atendimento aos beneficiários.
Foram elaborados relatórios de fiscalização, com registros fotográficos, de todos os objetos dos contratos e, tendo sido observada elevada incidência de objetos não-identificados/ mal identificados

ï foi providenciada ampla solução da identificação visual do MAPA nos objetos pelos Fiscais, no ato das fiscalizações.

5.4.3 - Principais problemas: Não houve

5.4.4 - Contratações e Parcerias: Não houve.

5.4.5 - Transferências: Não houve.

5.4.6 -Informações orçamentárias e financeiras do Programa:

6 - Identificação do Programa de Governo					
Código do PPA: **1442**		**Denominação: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO**			
Tipo de Programa: Finalístico					
Objetivo Geral: Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio à organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias.					
Objetivo Especifica:					
Responsável:					
Público Alvo: Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					EM R$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
		19.079,13	19.079,13	4.379,82	18.472,65

Informações orçamentárias e financeiras do Programa						
Ordem	Indicador (Unid. Medida)	Referência			Índice Previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice final		
Fórmula de Calculo do Indice						
Analise do Resultado Alcançado						

Ordem	Indicador (Unidade de Medida)	Referencia			Índice Previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice Final		
Formula de Calculo do Índice						
Analise do Resultado Alcançado						
OBS: Esta SFA-ES não tem responsabilidade pela gestão do Programa, apenas executa Ações pertinentes ao mesmo, cujas metas são definidas pela Coordenação em Brasília.						

Informações orçamentárias e financeiras do Programa:

PI RASTREAB

Natureza da Despesa	**Provisão Recebida**	**Empenhos Emitidos**	**Empenhos Liquidados**	**Valores Pagos**	**Crédito Disponível**	**Natureza da Despesa**

339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	8.036,40	6.815,32	6.815,32	6.815,32	1.221,08
339030	MATERIAL DE CONSUMO	120,02	120,02	120,02	120,02	
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.700,00	1.700,00	1.700,00	1.177,13	
		9.856,42	**8.635,34**	**8.635,34**	**8.112,47**	**1.221,08**

6.1 - AÇÃO 4720 - APLICACAO DE MECANISMOS DE GARANTIA DA QUALIDADE ORGANICA

6.1.1 - Dados gerais da ação:

Tipo de Ação	Finalístico
Finalidade	Garantir ao consumidor a identidade e a qualidade do produto orgânico
Descrição	Credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados ; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; implantação e manutenção de sistemas de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos orgânicos
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	MAPA
Unidades Executoras	Coordenação de Agroecologia
Área Responsável pela Execução	SFA/ES
Coordenador Nacional da Ação	Rogério Pereira Dias

6.1.2 - Principais resultados:

Em 2011, as atividades desenvolvidas pela DPDAG/ SFA-ES para garantia da qualidade orgânica dos produtos comerciais disponíveis ao consumidor com essa caracterização foram de caráter prioritariamente orientativo, tendo em vista a entrada em vigor de novos normativos complementares à Lei 10.831/2003 e ao Decreto 6323/2007.

- Foram fiscalizadas três unidades de produção de orgânicos, onde foram observados os insumos e práticas agropecuárias utilizadas na produção; e seis estabelecimentos comerciais, onde foram analisados rótulos dos produtos orgânicos, observando-se as normas estabelecidas pela Lei 10.831/2003 e demais regulamentos técnicos em vigor, tendo em vista a garantia da qualidade orgânica dos produtos no mercado nacional ï para o que foram emitidos nove termos de inspeção, com observações e ocorrências e entregues seis Comunicado nº 001/2011/DPDAG/SFA-ES, com esclarecimentos ao comércio sobre a exposição comercial de produtos orgânicos;
- Em julho, a participação como palestrante no Seminário Intermunicipal de Agroecologia, no norte do Estado, resultou na abordagem de temas relativos à aplicação e observação da legislação vigente de orgânicos, pela exposição dos principais pontos da legislação de interesse dos agricultores presentes (agricultores familiares), com foco no cadastramento de OCSs ï tendo sido discutidos aspectos técnicos, com a participação de representantes de instituições como o Incaper e o Senar, e sanadas dúvidas sobre a legislação. Além disso, a participação no evento possibilitou o contato com demais instituições/ palestrantes/ participantes que trataram de boas práticas na produção de orgânicos, comercialização e outros assuntos, atendendo um público beneficiário de 150 pessoas.
- Em agosto, foi realizada a Auditoria Conjunta MAPA/INMETRO para credenciamento e acreditação do Instituto Chão Vivo de Avaliação da Conformidade. Tendo sido realizada auditoria no escritório do Instituto, com a verificação de pastas de documentos das unidades de produção e auditorias-testemunha, em três unidades de produção orgânica selecionadas,

para observação da atuação e coerência de trabalho do inspetor do organismo avaliado e cumprimento da legislação brasileira de orgânicos.

- Em novembro, a participação de um FFA no treinamento promovido pela COAGRE/ DEPROS/ SDC/ MAPA resultou na observação, avaliação e discutição dos procedimentos a serem adotados nas ações de fiscalização da produção orgânica, de acordo com a legislação brasileira em vigor. O treinamento oportunizou a exposição, pela a Coordenação, dos objetivos do MAPA sobre temas de interesse, tais quais o fiscal de orgânicos e o poder de polícia, procedimentos de fiscalização (rotina e denúncias), procedimentos de auditoria, riscos ao sistema produtivo e aos produtos, inspeções e autuações, enquadramento de infrações, procedimentos de cadastramento e credenciamento, procedimentos operacionais, fluxogramas, elementos da ação fiscal, documentos fiscais, processo administrativo (composição, relatoria e julgamento), estudos de casos e exemplos e preenchimento de termos e autos.
- Rotineiramente, ao longo do ano, foram prestados atendimentos a produtores, técnicos e importadores sobre a legislação de orgânicos, bem como a emissão de pareceres e despachos em processos de importação de bebidas orgânicas;
- Estão cadastradas no Estado cinco Organizações de Controle Social, totalizando 143 Unidades Controladas. Uma sediada no Município de Mantenópolis-ES, cadastrada em 2009 com 14 agricultores, atualmente com 29 agricultores vinculados; uma sediada em Nova Venécia-ES, cadastrada em 2010 com 39 agricultores que se mantém até hoje; duas sediadas em Iconha OCS, ambas cadastradas em 2010: uma com 8, outra com 5 agricultores e uma sediada em Santa Maria de Jetibá-ES, cadastrada em 2011, atualmente com 62 agricultores.

Tendo uma servidora como membro do Grupo de Trabalho Interno de revisão e harmonização de normas da produção animal orgânica, a DPDAG/ SFA-ES colaborou com as atividades do Grupo, participando de discussões on line, videoconferência, elaboração de relatórios e parecer técnico participando de uma reunião presencial em Porto Alegre/RS.

6.1.3 - Principais problemas: Não-implantação do Sistema on line de Cadastro Nacional de Produtores e Produtos Orgânicos;

6.1.4 - Contratações e Parcerias: Não houve.

6.1.5 - Transferências: Não houve.

PI CERTOGAN

Natureza da Despesa	Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos	Crédito Disponível	Natureza da Despesa
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	3.453,26	3.291,68	3.291,68	3.291,68	161,58
339030	MATERIAL DE CONSUMO	324,04	324,04	324,04	324,04	
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.000,00	1.000,00	1.000,00	970,00	
		4.777,30	**4.615,72**	**4.615,72**	**4.585,72**	**161,58**

6.2 -AÇÃO 8591 - APOIO AO DESENVOVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGRICOLAS

6.2.1 - Dados gerais da ação:

Tipo de Ação	Finalístico
Finalidade	Apoiar a organização da base produtiva das cadeias agrícolas, por meio de projetos de Produção Integrada, de Boas Práticas Agrícolas e de Desenvolvimento do Suporte à Produção Integrada, com a promoção, divulgação, logística de pós-colheita e comercialização, bem como de material genético melhorando para as cadeias produtivas do agronegócio.
Descrição	Coordenação e identificação dos processos de industrialização, logística de distribuição, varejo, exportação e utilização da informação como base da inteligência competitiva do agronegócio ante o panorama atual marcado pelos diagnósticos e tendências identificadas, demandando estratégias de gestão, sobretudo, capacidade de identificação do consumo interno e de acesso aos mercados globais; implantação de Sistema Agropecuário de Produção Integrada ï SAPI, que é caracterizado por exploração agropecuária sustentável, em conformidade com produtos formais de Boas Práticas Agropecuárias, assegurando alta qualidade, inocuidade e rastreabilidade, tanto para os agro-alimentos, quanto para os produtos não alimentares, subprodutos e resíduos agroindustriais, permitindo aos agentes envolvidos na cadeia produtiva condições de competividade em relação ao cenário agropecuário nacional e internacional.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	MAPA
Unidades Executoras	SFA-ES
Área Responsável pela Execução	Coordenação de Produção Integrada da Cadeia Agrícola
Coordenador Nacional da Ação	Sidney Almeida Filgueira de Medeiros

6.2.2 - Principais resultados:

1. Criação da Comissão Estadual da Produção Integrada ï PI-Brasil ï no estado do Espírito Santo (Portaria N.º 51, de 23/03/2011);
2. Participação na elaboração da Norma Técnica para tomate de mesa;
3. Participação em 5 (cinco) Reuniões Ordinárias da Comissão Estadual da PI Brasil;
4. Participação da Reunião Desenvolvimento da PI Brasil/ES, envolvendo a Superintendência Federal de Agricultura/ES e a Secretaria de Estado da Agricultura/ES;
5. Reunião com representantes das cadeias produtivas de tomate e morango, objetivando a proposição de seminário, para maior difusão da Produção Integrada destas culturas;
6. Visitas técnicas a campos de produção de tomate de mesa e morango, com potencial para se integrarem ao sistema de Produção Integrada;
7. Reuniões Técnicas com pesquisadores e pessoal envolvido na assistência técnica a produtores, para difusão do programa PI Brasil.

6.2.3 - Principais problemas: participação mais ativa do órgão que coordena o programa.

6.2.4 - Contratações e Parcerias: Não se aplica.

6.2.5 - Transferências: Não se aplica.

PI APOIAGRIC

Natureza da Despesa	Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos	Crédito Disponível	Natureza da Despesa
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.558,86	1.504,16	1.504,16	1.504,16	54,70
339030	MATERIAL DE CONSUMO	212,00	212,00	212,00	212,00	
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	820,00	820,00	820,00	766,39	
		2.590,86	**2.536,16**	**2.536,16**	**2.482,55**	**54,70**

6.3 - AÇÃO 8598 - APOIO AO DESENVOVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS PECUARIAS

6.3.1 - Dados gerais da ação

Tipo de Ação	Finalístico
Finalidade	Apoiar a organização da base produtiva das cadeias agrícolas, por meio de projetos de Produção Integrada, com a Boas Praticas Pecuárias e de Desenvolvimento Agropecuário do Suporte à Produção Integrada, com a seleção, multiplicação e preservação do material genético animal e a melhoria da eficiência da produção pecuária.
Descrição	Coordenação e identificação dos processos de industrialização, logística de distribuição, varejo, exportação e utilização da informação como base da inteligência competitiva do agronegócio ante o panorama atual marcado pelos diagnósticos e tendências identificadas, demandando estratégias de gestão, sobretudo, capacidade de identificação do consumo interno e de acesso aos mercados globais; implantação de Sistema Agropecuário de Produção Integrada ï SAPI, que é caracterizado por exploração agropecuária sustentável, em conformidade com produtos formais de Boas Práticas Agropecuárias, assegurando alta qualidade, inocuidade e rastreabilidade, tanto para os agro-alimentos, quanto para os produtos não alimentares, subprodutos e resíduos agroindustriais, permitindo aos agentes envolvidos na cadeia produtiva condições de competividade em relação ao cenário agropecuário nacional e internacional.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	MAPA
Unidades Executoras	SFA-ES
Área Responsável pela Execução	COORDENAÇÃO DA PRODUÇÃO INTEGRADA DA CADEIA PECUARIA
Coordenador Nacional da Ação	Felipe Correa

6.3.2 - Principais resultados: As atividades referentes a essa Ação não foram descentralizadas à SFA-ES no ano de 2011.

6.3.3 - Principais problemas: Não se aplica.

6.3.4 - Contratações e Parcerias: Não houve.

6.3.5 - Transferências: Não houve.

PI APOIOPEC

Natureza da Despesa	Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos	Crédito Disponível	Natureza da Despesa
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.034,81	1.034,80	1.034,80	1.034,80	0,01
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.880,19	2.257,11	2.257,11	2.257,11	623,08
		3.915,00	**3.291,91**	**3.291,91**	**3.291,91**	**623,09**

6.4 - AÇÃO 8560 - FOMENTO A INOVAÇÃO NO AGRONEGOCIO

6.4.1 - Dados gerais da ação:

Tipo de Ação	Finalístico
Finalidade	Estimular a ampliação do capital intelectual protegidos no agronegócio, para facilitar o acesso do produtor rural e demais segmentos agropecuários as inovações tecnológicas, que contribuam para a melhoria da competitivade e a sustentabilidade do setor agrícola**.**
Descrição	Promoção da cultura da propriedade intelectual com foco no agronegócio, enfatizando seu papel estratégico no estimulo á invocação, incentivando a ampliação do capital intelectual protegido, o desenvolvimento da biotecnologia agropecuária, a disponibilidade de recursos genéticos, visando o contínuo desenvolvimento tecnológico do setor agropecuário.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação de Acompanhamento e Promoção da Tecnologia Agropecuária/SDC
Unidades Executoras	SFA/ES
Área Responsável pela Execução	SDC
Coordenador Nacional da Ação	

6.4.2 - Principais resultados: As atividades referentes a essa Ação não foram descentralizadas à SFA-ES no ano de 2011.

6.4.3 - Principais problemas: Não se aplica.

6.4.4 - Contratações e Parcerias: Não houve.

6.4.5 - Transferências: Não houve

6.5 - AÇÃO 8592 - DESENVOLVIMENTO E MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE RASTREABILIDADE AGROALIMENTAR

6.5.1 - Dados gerais da ação

Tipo de Ação	Finalistico

Finalidade	Identificar a origem de animais e de insumos utilizados ao longo de todas as fases da produção agropecuária, a forma de utilização dos insumos, a movimentação dos animais, garantindo a origem, a qualidade, conformidade, segurança e inocuidade dos alimentos, quebrando barreiras técnicas e sanitárias, proporcionando maior competitividade e acessos dos produtos brasileiros aos mercados interno e externo; assegurando a fidedignidade das atividades de registro genealógico e eventos zootécnicos.
Descrição	Identificação e escrituração da procedência dos animais, gestão da movimentação, registro de eventos zootécnicos e dos insumos utilizados no processo de produção, coordenar e fiscalizar as entidades delegadas para execução de registro genealógico das diversas raças.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	CSR/SDA/MAPA
Unidades Executoras	SFA-ES
Área Responsável pela Execução	DDA/SFA-ES
Coordenador Nacional da Ação	José Luis Ravagnani Vargas
Competências Institucionais pra a execução da ação	Portaria MAPA N° 428 de 09/06/2010, Capítulo III, Seção II, Artigo 16, Inciso I, alíneas ñkò. Decreto nº 5.741 de 30/03/2006, art. 2º e ainda o Regulamento aprovado pelo indigitado Decreto, art. 4º.

6.5.2 - Principais Resultados

A atividade de fiscalização no ano de 2011, do Sistema de Rastreabilidade compreendeu ações de reauditorias em Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV ï ERAS, auditoria em empresa Certificadora e ainda treinamento de capacitação de novos auditores estaduais para atuar no SISBOV.

O Espírito Santo possui um Frigorífico habilitado para exportação, localizado no município de Colatina.

A equipe de auditores capacitados para execução das auditorias no Estado está constituída de 08 Fiscais Federais Agropecuários e 14 Médicos Veterinários Estaduais do IDAF.

As atividades auditoria em empresa Certificadora são executadas pelo MAPA, cabendo às atividades de auditorias e reauditorias um trabalho conjunto entre MAPA e IDAF, sendo os dados e informações supervisionados pelo Ministério da Agricultura, através da SFA-ES.

As atividades de auditorias estão vinculadas à demanda externa dos ERAS que solicitam inclusão no sistema de rastreabilidade e das metas estipuladas pela CSR/SDA/MAPA para realização de reauditorias (mínimo de 10%).

Fazendo um levantamento da distribuição dos ERAS no Espírito Santo, verificamos que por exceção de 1 ERAS, todos os demais (11 ERAS) estão localizados na região Norte do Estado, assim como a empresa Certificadora.

No ano de 2011, foram realizadas 08 fiscalizações sendo: 1 auditoria certificadora e 07 reauditorias em Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV ï ERAS e 01 treinamento de capacitação de auditores estaduais, foram capacitados 6 médicos veterinários oficiais.

6.5.3 - Principais Problemas

Dificuldade para conciliar as atividades de fiscalização do SISBOV com as demais atividades dos FFAs de diferentes setores na SFA-ES, principalmente, depois da restruturação da SFA-ES com a publicação do novo regimento com a Portaria 428/2010, que incluiu a Rastreabilidade apenas no Serviço Saúde Animal.

6.5.4 - Contratações e Parcerias

Para esta ação, a SFA-ES conta com parceria do IDAF que disponibiliza força de trabalho de Médicos Veterinários treinados para a execução de reauditorias em ERAS.

6.5.5 - Transferências

Não houve transferências de recursos da SFA/ES-MAPA para o Estado para o desenvolvimento das ações de fiscalização da Rastreabilidade.

6.5.6 ï indicador de Desempenho

ATRIBUTOS	EFICACIA
Descrição	Realização de fiscalizações (auditorias e reauditorias) nos diferentes integrantes da cadeia produtiva de rastreabilidade.
Unidade de Medida	Fiscalização realizada
Resultados:	08

6.6 -AÇÃO 2272 ï GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

6.6.1 ï Dados gerais da ação:

Tipo de Ação	Finalístico
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União, tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que tem por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	MAPA
Unidades Executoras	Núcleo de Integração para Exportação - NIEX
Área Responsável pela Execução	DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO INTERNACIONAL DO AGRONEGÓCIO
Coordenador Nacional da Ação	Telma Cristina Ikeda Gondo

6.6.2 ï Principais Resultados: Participação em reunião objetivando Planejar as atividades de 2011, junto a SDC.

6.6.3 ï Desempenho Orçamentário e Financeiro: 2011

GAPSDC

Natureza da Despesa		Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos	Crédito Disponível
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.504,16	1.153,14	1.153,14	1.153,14	1.351,02
339030	MATERIAL DE CONSUMO	353,44	253,44	253,44	253,44	100,00
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	4.189,07	4.189,07	4.189,07	1.772,68	
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.057,37	1.057,37	1.057,37	1.057,37	
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	680,61	680,61	680,61	680,61	
		8.784,65	**7.333,63**	**7.333,63**	**4.917,24**	**1.451,02**

6.6.4 ï Entraves: Não houve

6.6.5 ï Indicador de Desempenho: Não há como se obter indicadores, face a peculiaridade da Ação.

6.6.6 ï Contratações e Parcerias: Não houve

6.6.7 ï Transferências: Não houve

7 - Identificação do Programa de Governo					
Código do PPA: **0350**		Denominação: **DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEEIRA**			
Tipo de Programa: Finalístico					
Objetivo Geral: Gerar renda e desenvolvimento em todos os elos da cadeia agroindustrial do café, promovendo o aumento de divisas e empregos.					
Objetivo Especifico:					
Responsável: Lucas Ferreira a nível nacional e Carlos Roberto Teixeira da Silva na SFA-ES					
Público Alvo: Segmentos da cadeia produtiva do café: produção, industrialização, comercialização e exportação.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					EM R$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
		75.714,88	66.868,73	4.541,39	66.868,73

Informações orçamentárias e financeiras do Programa						
Ordem	Indicador (Unid. Medida)	Referência			Índice Previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice final		
Fórmula de Calculo do Índice						
Analise do Resultado Alcançado						
Ordem	Indicador (Unidade de Medida)	Referencia			Índice Previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice Final		
	Estoque conservado					
Formula de Calculo do Índice						
Analise do Resultado Alcançado						
OBS: Esta SFA-ES não tem responsabilidade pela gestão do Programa, apenas executa Ações pertinentes ao mesmo, cujas metas são definidas pela Coordenação em Brasília.						

7.1 - AÇÃO 2825 ï CONSERVAÇÃO DOS ESTOQUES REGULADORES DE CAFÉ

7.1.1 - Dados Gerais da Ação:

Tipo de Ação	Finalístico
Finalidade	**Possibilitar renda e desenvolvimento em todos os elos da cadeia agroindustrial do café, promovendo o aumento de divisas e empregos.**
Descrição	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Mapa
Unidade executora	**SFA-ES**
Área responsável pela execução	Coordenação da produção integrada da cadeia pecuária
Coordenador Nacional da Ação	

7.1.2 - Principais resultados: Os estoques de café da UAC ï Camburi ï Vitória/ ES foram conservados e mantidos em condições adequadas de armazenamento e leiloados totalmente após a renovação das embalagens, necessárias devido a desmoronamentos de pilhas e rompimento de muitas sacas. O problema foi solucionado sem ônus ao Ministério, uma vez que, com a publicação da Portaria nº 760, de 14/09/2010, os estoques governamentais de café sob gestão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) do Estado do Espírito Santo (e outros) foram transferidos da Secretaria de Produção e Agroenergia para a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), em consignação, para leilão ï ficando a cargo do comprador a responsabilidade pela pesagem, embalagem e transporte do estoque.

Houve total movimentação dos estoques durante o ano de 2011, tendo sido leiloados e já entregues 39.830 sacas, acrescidas ainda a este total as 358 sacas de café recuperadas do furto ocorrido em 1993 e que foram reincorporadas ao estoque da UAC.

7.1.3 - Problemas enfrentados: Não houve

7.1.4 - Contratações e Parcerias: Não houve.

7.1.5 Transferências: Não se aplica.

08	**Identificação do Programa de Governo**
Código do PPA: **1426**	Denominação CONSERVAÇÃO, MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Assegurar a conservação e uso sustentável dos componentes da agrobidiversidade, visando à segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais.

Objetivo Específico: Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo nos ambientes urbanos e rurais e no território dos povos e comunidades tradicionais

Responsável: Não definido

Público Alvo; Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					EM R$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
		2.431,51	**2.431,51**	-	**2.431,51**

Informações orçamentárias e financeiras do Programa						
Ordem	Indicador (Unid. Medida)	Referência			Índice Previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice final		

Fórmula de Calculo do Índice

Analise do Resultado Alcançado

Ordem	Indicador (Unidade de Medida)	Referencia			Índice Previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice Final		

Formula de Calculo do Índice

Analise do Resultado Alcançado

OBS: Esta SFA-ES não tem responsabilidade pela gestão do Programa, apenas executa Ações pertinentes ao mesmo, cujas metas são definidas pela Coordenação em Brasília.

8.1 - AÇÃO 8606 - DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGANICA - PRO-ORGANICO

8.1.1 - Dados gerais da ação:

Tipo de Ação	Finalístico
Finalidade	Aumentar a oferta de insumos e de tecnologias aos sistemas orgânicos de produção, que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacionais e internacionais; viabilizar na cadeia de produção orgânica a socialização de conhecimentos e a capacitação de técnicos e produtores rurais no que se refere a geração ou adaptação de tecnologias e processos de produção orgânica, alem da gestão do empreendimento, articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural, para otimizar e viabilizar a integração de ações que fomentem a organização do setor, o desenvolvimento e aplicação de produtos e processos fundamentados em princípios agroecológicos.
Descrição	.Ampliação do número de técnicos capacitados a da assistência aos produtores para a inserção no sistema orgânico de produção, bem como aos demais agentes da cadeia de produção orgânica sobre os procedimentos que são necessários à produção, processamento, embalagem, estocagem, transporte e comercialização dos produtos orgânicos; promoção do acesso a informação, capacitação e treinamento em sistemas orgânicos de produção agropecuária, conjugando técnicas de manejo e diversificação da propriedade, potencializando a reciclagem de nutrientes, redução de patógenos e insetos-praga, eliminação de determinados contaminantes e conservação e melhoria da fertilidade do solo e da qualidade da água; promoção e apoio a eventos que possibilitem a divulgação dos produtos orgânicos brasileiros para ampliação de sua colocação no mercado interno e externo; Promoção do acesso ao crédito, com características diferenciadas, que considere as particularidades do sistema de produção orgânica, principalmente no aspecto referente a produtores em processo de conversão do sistema convencional para o orgânico; divulgação sobre o que é o produto orgânico e como funciona o sistema de certificação brasileiro; fomento e ampliação do acesso a insumos e equipamentos apropriados ao desenvolvimento da agricultura orgânica entre eles a de material genético com características selecionadas para uma maior resposta ao manejo orgânico; Realização ou participação e campanhas, mostras e exposições, bem como elaboração e divulgação de materiais impressos e audiovisuais; Articulação de iniciativas para formação de consórcios, núcleos e incubadoras de empresas de base tecnológica e outros arranjos similares, para viabilizar ações de desenvolvimento ou de exploração de novas oportunidades para o agronegócio de alimentos orgânicos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	MAPA
Unidades Executoras	SFA-ES
Área Responsável pela Execução	Coordenação de Agroecologia ï COAGRE/DEPROS
Coordenador Nacional da Ação	Rogério Pereira Dias

8.1.2 - Principais Resultados:

1. Eventos para promoção dos produtos orgânicos
1.1. Semana dos alimentos orgânicos 2011:
- Evento Oficial de Abertura da VII Semana dos Alimentos Orgânicos no ES com Autoridades, Convidados e Imprensa; exposição; degustação e comercialização de produtos orgânicos.
- Debate técnico: ñAlimentos Orgânicos ï da produção ao consumoò, seguido de mesa-redonda com pesquisadores das áreas agronômica, médica, nutrição e culinária.
- Apresentações culturais e degustação de produtos orgânicos em feiras especializadas na Grande vitória;
- Teatro de bonecos com o tema ñAlimentos orgânicos, alimentação saudávelò, em escolas da rede pública e em feiras especializadas;

- Palestras técnicas no auditório da SFA-E e em três auditórios diferentes, dentro dos dois *campi* da UFES em Vitória;
- Atividades pedagógicas (apresentação, tira-dúvidas, concurso de desenho) como tema Alimentos Orgânicos junto a escola particular de ensino fundamental;
- Café da manhã orgânico, apresentações culturais (danças folclóricas) e premiação do concurso de desenho infantil em feiras especializadas de Vitória e Vila Velha.

2. Eventos para educação em agroecologia e sistemas orgânicos de produção:
2.4. Palestra sobre os Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica no Seminário Intermunicipal de Agroecologia, realizado em Nova Venécia/ES, com aproximadamente 400 participantes;
2.6. Executar oficina para grupo de agricultores de esclarecimento e solução de dúvidas sobre a legislação brasileira de orgânicos, com foco em OCS, em Jaguaré/ES, para aproximadamente dez pessoas.

3. Programa Bancos comunitários de sementes de adubos verdes: A Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo, não adquiriu sementes em 2011, apenas distribuiu as adquiridas em dezembro de 2010.
As sementes adquiridas, em dezembro de 2010, pela SFA-ES para implantação do Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes no Estado foram entregues pela transportadora à Superintendência no dia 07/01/2011 e, por isso, foram entregues aos produtores entre janeiro e abril de 2011 - acusando, somente no exercício de 2011, o benefício aos aproximadamente 105 agricultores familiares referentes ao recurso aplicado em 2010.
Além disso, ao longo do ano, foi realizada uma oficina sobre o Programa, executada por consultor contratado pela COAGRE para tal (29 e 30/08), para os técnicos representantes das entidades envolvidas no mesmo (Incaper, APTA e Associação Chão Vivo), com duas visitas de campo a propriedades beneficiadas, para avaliação dos resultados.

4. Reuniões da Comissão da Produção Orgânica: Em 2011, a CPOrg-ES - mandato 2010-2011 reuniu-se ordinária e extraordinariamente (totalizando seis reuniões), além de realizar uma Assembléia de Eleição de Membros para o mandato 2012-2013;
Por meio de tais reuniões foram executadas 1) análise e elaboração de proposições aos textos das Instruções Normativas em consulta pública; 2) organização da Semana dos Alimentos Orgânicos 2011; 3) emissão de parecer sobre credenciamento de OAC com atuação no Estado; 4) apresentação aos membros representantes de instituições governamentais correlatas e da sociedade civil organizada dos novos normativos publicados para regulamentação da Lei dos orgânicos (Instruções Normativas MAPA nº 21, 23, 24, 37 e 38, Instruções Normativas Conjuntas SDA/ SDC nº 2 e SDA/ SDC/ ANVISA/ IBAMA nº 1 e Instrução Normativa Interministerial nº 28); 5) indicações de produtores, técnicos multiplicadores e quantidades de sementes para o Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes 2011; bem como 6) a apresentação por parte de alguns parceiros de suas atividades de interesse à agricultura orgânica no Estado (APTA, MEPES e Núcleo de Educação em Agroecologia (IFES Santa Teresa)) e apresentação e discussão das normas de registro de produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica.
Seguida à Assembléia de Eleição dos membros para o próximo mandato da CPOrg-ES, foi realizada - em dezembro - a primeira reunião ordinária da Comissão, com discussão e aprovação do Regimento Interno e principais pautas e diretrizes para as atividades de 2012.

5. Apoio ou realização de eventos:
5.1. Ao longo do ano, a DPDAG/ SFA-ES representou o MAPA na Comissão Estadual do II Seminário Estadual de Agroecologia, capitaneada pelo INCAPER/SEAG, participando de pelo menos cinco reuniões para promover a organização do evento. Ademais, em parceria com a COAGRE e a ACS do MAPA, foi oferecido apoio e participação no II Seminário Estadual de Agroecologia, realizado entre 13 e 14 de setembro, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, por meio do

apoio técnico/ operacional na organização do evento, bem como da confecção das artes de todas as peças do evento (à exceção do convite) e impressão dos crachás, banners, fundos de palco e certificados.

8.1.3 - Principais Problemas: Prejudicado

8.1.4 - Contratações e Parcerias: Não se aplica.

8.1.5 - Transferências: Não se aplica.

8.1.6 -Informações orçamentárias e financeiras do Programa:

PI	Natureza da Despesa	Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Empenhos a Liquidar	Valores Pagos	Crédito Disponível
	339014	1.415,00	1.406,76	1.406,76		1.406,76	8,24
DESENORG	339030	222,35	222,35	222,35		222,35	
	339036	802,40	802,40	802,40		802,40	
		2.439,75	2.431,51	2.431,51		2.431,51	8,24

9 -	**Identificação do Programa de Governo**				
Código do PPA: **0750**	Denominação: **ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE**				
Tipo de Programa: Apoio					
Objetivo Geral: Prover as unidades da SFA-ES dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalisticos.					
Objetivo Especifico:					
Responsável:					
Público Alvo: Servidores, fornecedores, área técnica, Órgãos Públicos					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					EM R$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
		1.173.846,19	1.173.846,19	83.038,80	1.076.695,51

Informações orçamentárias e financeiras do Programa						
Ordem	Indicador (Unid. Medida)	Referência			Índice Previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice final		
Fórmula de Calculo do Índice						
Analise do Resultado Alcançado						

Ordem	Indicador (Unidade de Medida)	Referencia			Índice Previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice Final		
Formula de Calculo do Índice						
Analise do Resultado Alcançado						

9.1 - Principais resultados:

Os serviços administrativos desenvolveram-se conforme o previsto no plano operativo.

Destacamos as principais ações:

a ï reestruturação das instalações elétricas e lógicas de toda a SFA-ES, possibilitando a instalação de maior quantidade de computadores, estações de trabalho, impressoras a laser e fotocopiadoras. Este projeto decorreu do fato de que esta SFA estava desprovida das condições ideais para abrigar a rede computacional e foi realizado com apoio da CGTI/MAPA;

b ï reforma do setor de protocolo, com novo lay out;

c ï constituição de um grupo de trabalho para racionalizar e organizar o arquivo morto;

d ï realização da R A E / 2011 ï Reunião de Análise Estratégica ï que possibilitou aos servidores, através dos indicadores estratégicos, a percepção de como estamos funcionando e do conhecimento dos desafios e realizações. E, assim, com clareza, aperfeiçoar e ajustar os processos de trabalho;

e ï gestões junto as autoridades credenciadas para a elaboração de novo laudo de insalubridade, tendo em vista as recomendações da CGU;

f ï padronização dos procedimentos em relação aos ñRelatórios de Viagensò , determinando prazo para entrega dos mesmos e atribuíndo responsabilidade ao setor financeiro pelo controle dos mesmos;

g ï observando-se a sustentabilidade ambiental foram instruídos 12 (doze) processos de contratação via ñPregão Eletrônicoò, sendo 01(um) de ñRegistro de Preçoò, 16(dezesseis) por inexigibilidade e 41(quarenta e uma) por dispensa, para aquisição de bens de consumo e serviços;

h ï foram instruídos 05 (cinco) processos de renovação de contratos de aluguel e outros de locação de serviços, tais como: máquina copiadora, correios, energia elétrica, telefone, lavagem de veículos, combustível e oficina mecânica;

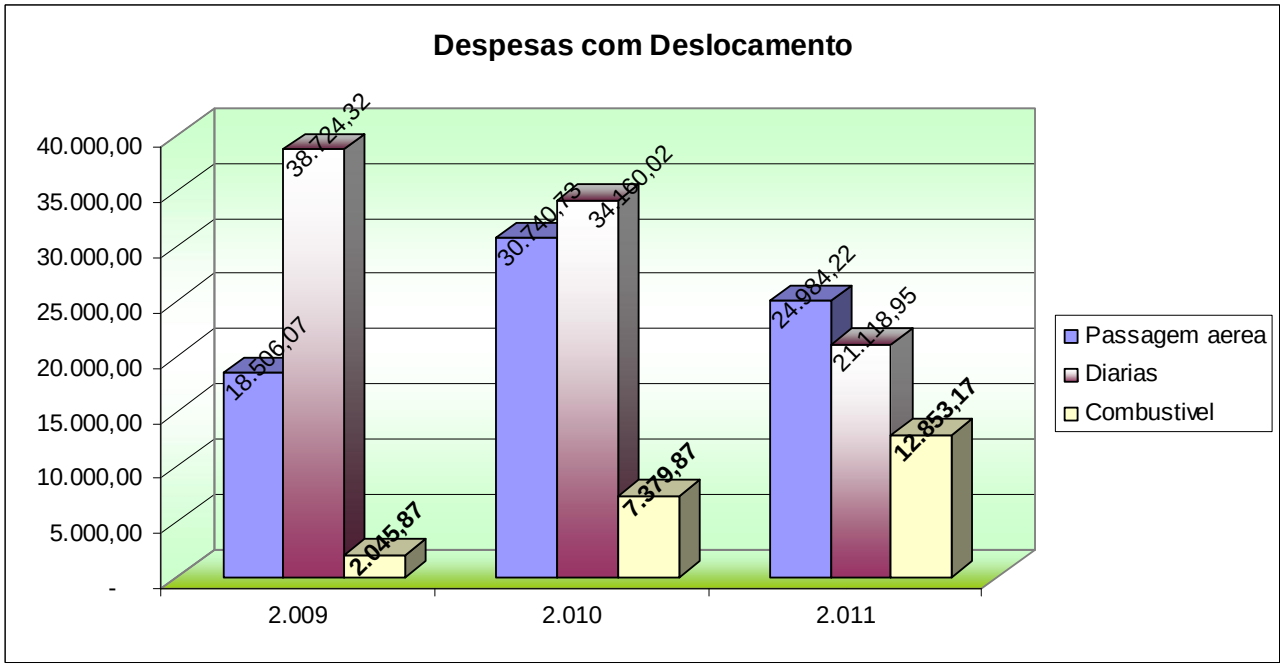
i ï renovado, através de aditivo, o contrato com a empresa de limpeza e higienização;

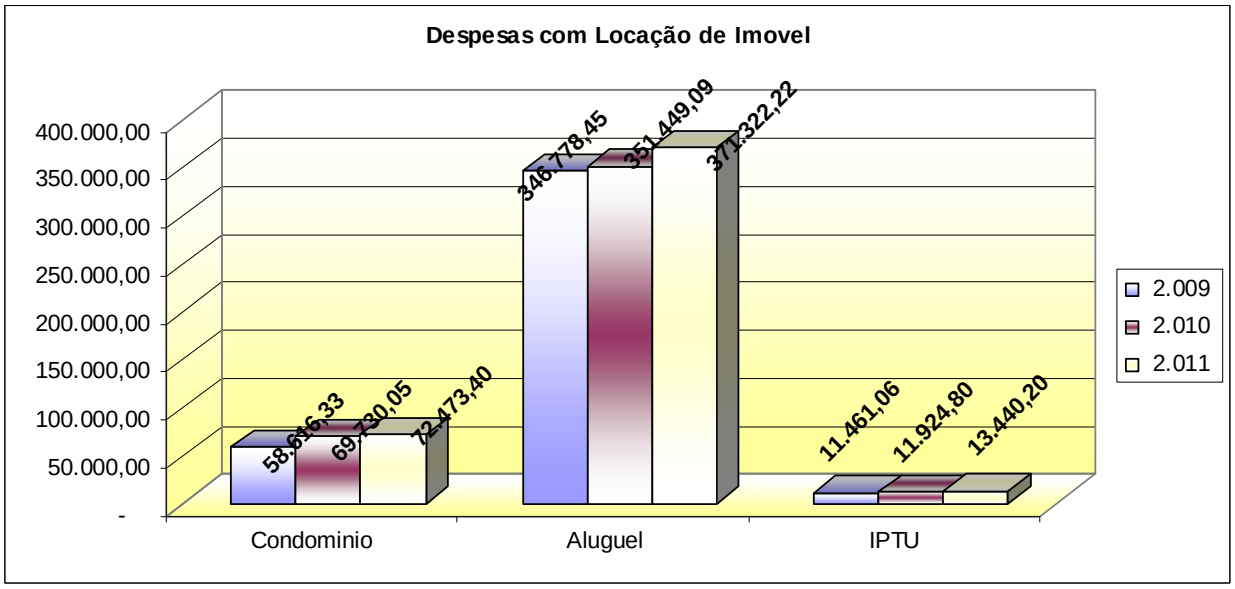
j ï foram procedidas 13(treze) aposentadorias, 08(oito) pensões, 143 (cento e quarenta e três) licenças médicas, com 52(cinqüenta e duas) submetidas à perícia, concessão de 33 licenças prêmio, 10(dez) concessões de abono permanência, além do recadastramento de aposentadorias e pensionistas;

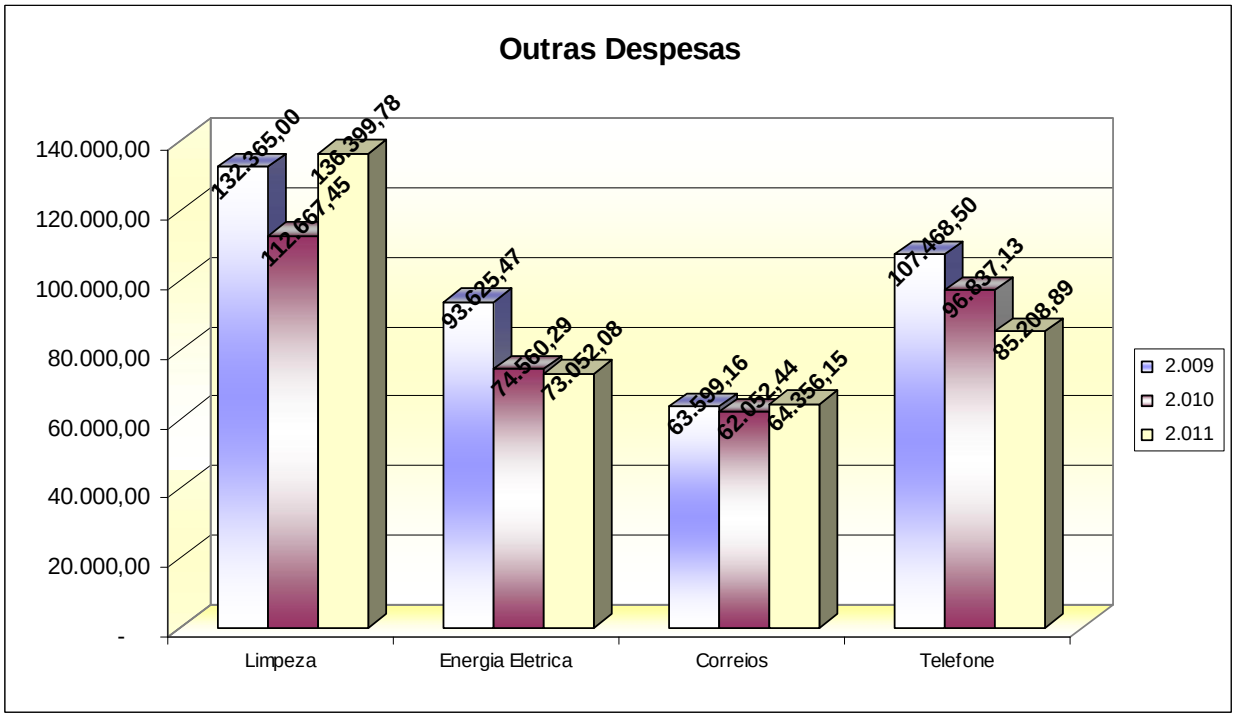
l ï foram treinados 63(sessenta e três) funcionários da área administrativa nos cursos de Libras, Contratos/Licitações, Gestão de Documentos e arquivo, Semana Orçamentária e Financeira e Seminário da AGU;

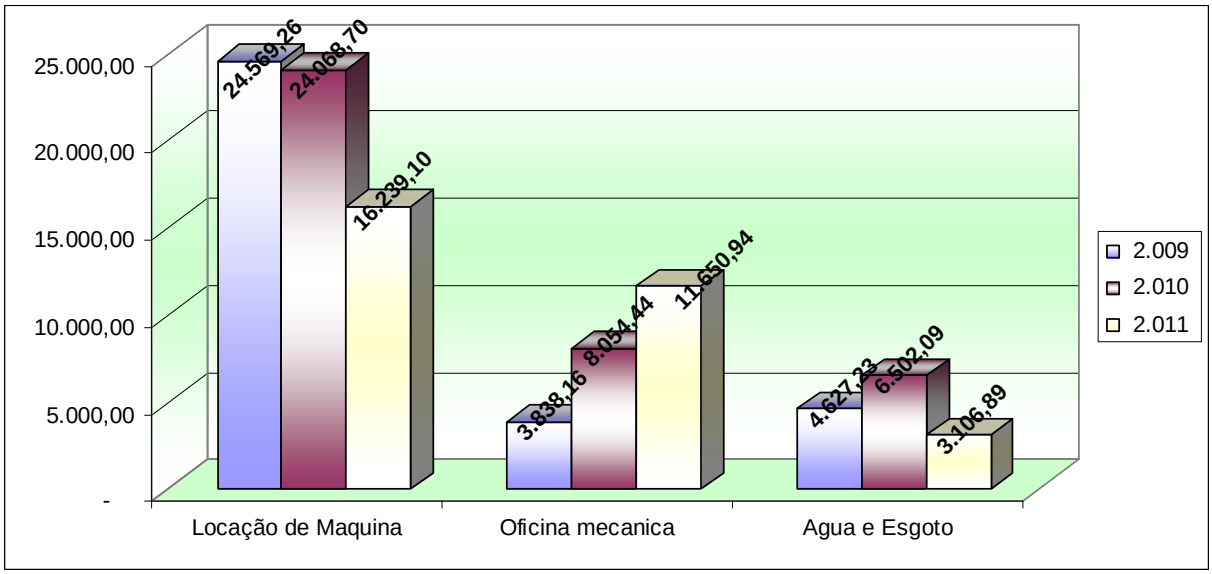
RESULTADOS DAS AÇÕES - ANO 2011				
PRODUTO DA AÇÃO	**unid.**		**Seção**	TOTAL
Treinamento área material	Servidor.	Prog.	SAG	2
		Realiz.		1
Treinamento área financeira	Servidor.	Prog.	SEOF	2
		Realiz.		0
Treinamento na área Gestão Administrativa - LIBRAS	Servidor.	Prog.	DAD	13
		Realiz.		13
Treinam em Planejamento Estratégico e ou Operacional	Servidor.	Prog.	GAB	0
		Realiz.		0
Treinamento área de RH	Servidor.	Prog.	SRH	0
		Realiz.		0
Treinamento área Licitações e afins - CONTRATOS E LICITAÇÕES	Servidor.	Prog.	SAG	27
		Realiz.		17
Treinamento na área Convênios e Contratos	Servidor.	Prog.	DAD	0
		Realiz.		0
Treinamento na área de Protocolo	Servidor.	Prog.	SAG	19
		Realiz.		19
Manutenção Física Unid.Descentralizadas	nº	Prog.	SAG	0
		Realiz.		0
Reunião com a equipe interna	nº	Prog.	SAD	48
		Realiz.		45
Processos de alienação de bens	nº	Realiz.	SAG	1
				0
Quantidades de materiais	nº	solicitadas	SAG	21649
		atendidas		16633
Reunião Nacional	nº	Prog.	GAB	5
Reunião Regional	nº	Prog.	GAB	3
Recadastramento de inativos	Serv.	Prog.	SRH	240
		Realiz.		138
Recadastramento de Pensionistas	nº	Prog.	SRH	300
		Realiz.		217
Proc. licitatórios compreendendo dispensa-inex-licitação	nº	Realiz.	SAG	59
Diárias processadas em todas as áreas da SFA	nº	Realiz.	SEOF	1297,5
Passagens processadas em todas as áreas da SFA	nº	Realiz.	SEOF	121
Pagamentos Efetivados	nº	Realiz.	SEOF	1375
Emissão de Notas de Empenho	nº	Realiz.	SEOF	229
Numero de Servidores envolvidos em nota de empenho	nº	Realiz.	SEOF	24
Numero de Conformidade		Realiz.	SEOF	233
Concessão Licença-Maternidade-Paternidade	nº	Realiz.	SRH	2
Concessão de Auxilio-Funeral	nº	Realiz.	SRH	6
Concessão de Pensão	nº	Realiz.	SRH	8
Concessão Aposentadorias	nº	Realiz.	SRH	13
Concessão de licença médica em dias	dias	Realiz.	SRH	1871
Concessão de licença médica em número	nº	Realiz.	SRH	143
Concessão de lic. médica AISIPOA-AG.ATIV.AGROP.	nº	Realiz.	SRH	24
Concessão de licença médica - FFA	nº	Realiz.	SRH	55
Concessão de lic. médica - APOIO ADMINISTRATIVO	nº	Realiz.	SRH	51
Concessão de licença médica - OUTRAS CATEGORIAS	nº	Realiz.	SRH	6
Realização de perícia médica	nº	Realiz.	SRH	52

Concessão de Licença Assiduidade	nº	Realiz.	SRH	33
Concessão de abono permanência	nº	Realiz.	SRH	10
Conc. de adicional de Insalubridade - Periculosidade	nº	Realiz.	SRH	1
Elaboração de contratos Prestação de Serviços	nº	Realiz.	DAD	33
Autuação de Proc. Administrativos (não disciplanares).	nº	Realiz.	SAG	19894
Atendimento de demandas juridicas administrativas (Mandado de Segurança/Ações Trabalhistas/outra)	nº	Realiz.	DAD	0
				0









9.2 - Entraves:

a- servidores com grau de instrução aquém do necessário para o exercício da função e dificuldade no aprendizado;

b ï falta de um plano anual de capacitação;

c ï falta de gestão das Coordenações Gerais de Desenvolvimento de Pessoas e de Serviços Gerais e Logística junto a SFA-ES;

d ï falta de um sistema de controle do Patrimônio e Almoxarifado;

e ï contingenciamento de recurso para aquisição de material permanente;

f - a falta de concurso para suprir a força de trabalho é preocupante, pois muitos servidores já se encontram em condições de se aposentarem;

g ï falta de atualização na legislação de pessoal bem como o acompanhamento dos resultados;

9.3 ï Desempenho Orçamentário e Financeiro:

Analise Critica: Para o desenvolvimento das **ações administrativas**, foi descentralizado credito através do PI MANUTSFA no montante foi de R$ 1.082.617,63 (hum milhão oitenta e dois mil seiscentos e dezessete reais e sessenta e três centavos),sendo empenhado o montante de R$ 1.081.358,84 (hum milhão oitenta e um mil trezentos e cinqüenta e oito reais e oitenta e quatro centavos) ficando em restos a pagar o valor de R$1.258,79 (hum mil, duzentos e cinqüenta e oito reais e setenta e nove centavos). Ainda em 2011 a SFA foi contemplada com projetos de modernização da rede lógica e elétrica, no valor de R$ 515.791,58

PI MANUSFA 2011

	Natureza da Despesa	Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos	Crédito Disponível
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	22.377,74	21.118,95	21.118,95	21.118,95	1.258,79
339030	MATERIAL DE CONSUMO	56.997,14	56.997,14	56.997,14	24.016,63	
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	28.425,72	28.425,72	28.425,72	24.984,22	
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.536,90	2.536,90	2.536,90	2.536,90	
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	148.940,05	148.940,05	148.940,05	136.399,78	
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	787.750,86	787.750,86	787.750,86	727.648,55	
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	2.902,59	2.902,59	2.902,59	2.902,59	
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	8.105,42	8.105,42	8.105,42	8.105,42	
339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	24.581,21	24.581,21	24.581,21	6.625,85	
		1.082.617,63	**1.081.358,84**	**1.081.358,84**	**954.338,89**	**1.258,79**

PI CAPACITA

	Natureza da Despesa	Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos	Crédito Disponível	Restos a Pagar não Processados
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	9.429,90	6.416,71	6.416,71	6.416,71	3.013,19	
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	5.586,95	5.586,95	5.586,95	4.752,62		1.923,45
339039	O.S.T P.J.						4.000,00
TOTAL		15.016,85	12.003,66	12.003,66	11.169,33	3.013,19	5.923,45

PI INATPEN

	Natureza da Despesa	Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos	Crédito Disponível
319008	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	53.288,17	53.288,17			
319092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.511,98	3.511,98			
		56.800,15	**56.800,15**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela S FA-ES

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FISICA DAS AÇÕES REALIAZADAS PELA SFA-ES

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FISICA DAS AÇÕES REALIAZADAS PELA SFA-ES

Função	Sub função	Programa	Ação	Denominação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a 2012
20	605	350	2825	FUNCAFE	Atividade	3	Unidade			
20	604	356	8939	IPVEGETAL	Atividade	3	Unidade	115	66	
20	665	356	4723	RESIDUO	Atividade	3	Unidade			
20	125	356	8938	INSPANIMAL	Atividade	3	Unidade	47	47	
20	125	356	4745	FISCORGEN	Atividade	3	Unidade	46	49	
20	125	356	4746	PADCLASSIF/	Atividade	3	ton	435.000	473.298	
20	603	357	2134	VIGIFITO	Atividade	3	Fiscalização	11.000	18.339	
20	603	357	4738	ERRADMOSCA	Atividade	3	HA	4.607.752	4.607.752	
20	602	357	2139	VIGIZOO	Atividade	3	Unidade	50.250	51.133	
20	603	357	2180	FISCPLANTA	Atividade	3	Unidade	18.432	22.157	
20	603	357	2181	FISCANIMAL	Atividade	3	Unidade	555	716	
20	603	357	4842	FEBREAFTOS	Atividade	3	Km2	46.078	46.078	
20	603	357	8572	PCEVEGETAL	Atividade	3	Ha	499.660	499.660	
20	603	357	8658	PCEANIMAL	Atividade	3	Unidade	15.000	15.449	
20	603	375	2019	FISCGENE	Atividade	3	Fiscalização	5	4	
20	603	375	2124	FISCINAN	Atividade	3	Fiscalização	26	34	
20	603	375	2140	FISPROVET	Atividade	3	Fiscalização	28	30	
20	603	375	2141	FISFECOI	Atividade	3	Fiscalização	395	411	
20	603	375	2177	FISCAGRIC	Atividade	3	Fiscalização	4	4	
20	603	375	2179	FISCALSEM	Atividade	3	Fiscalização	1.308	1.464	
20	603	375	2909	FISAGROTOX	Atividade	3	Fiscalização	0	0	
20	128	1442	8591	APOIAGRIC	Atividade	3	Unidade			
20	125	1442	8598	APOIOPEC	Atividade	3	Unidade			
20	125	1442	8592	RASTREAB	Atividade	3	Unidade	9	**7**	
20	125	1442	8622	PROMOCOOP	Atividade	3	Unidade			
20	125	1442	2272	GAPSDC	Atividade	3	Unidade			
20	125	1442	4720	CERTOGAN	Atividade	3	Unidade	112	143	
20	665	393	2B47	INDGRAF	Atividade	3	Unidade			
20	122	6003	2B17	FISCONTRATO	Atividade	3	Fiscalização			

20	605	6003	8611	APPRODUTOR	Atividade	3	Fiscalização			
20	691	6003	4756	PROFENAC	Atividade	3	Fiscalização			
		6003	7H17	APOIO PROJ. DES. SETOR AGROPECUARIO	Atividade	3	Unidade	1	42	
20	128	2000	4572	CAPACITA	Atividade	4	Hora/servidor			
20	128	2000	1K40	AGE	Atividade	4	Unidade			
20	128	750	4716	MANUTSFA	Atividade	4	Unidade	1	1	20

As metas definidas pela Coordenação Geral do MAPA ainda não foram lançadas no SIPLAN, impedindo o lançamento das mesmas no quadro acima.

2.4 ï DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

2.4.1 ï Programação Orçamentária das Despesas

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	**22101**	**130101** **130002** **130007** **420013**

2.4.2 ï Programação de Despesas Correntes:

OBS: Os quadros A.2.4 e A.2.5 não foram preenchidos em face do fato de que esta SFA-ES não é UO.

2.4.3 ï Programação das Despesas de Capital:

2.4.3.1 ï Quadro Resumo da Programação de Despesas:

OBS: O quadro A.2.6 não foi preenchido em face do fato de que esta SFA-ES não é UO.

2.4.3.2 ï Movimentação orçamentária por Grupo de Despesa:

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa						**Valores em R$ 1,00**
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora		Despesas Correntes		
			Classificação da ação	1 ï Pessoal e Encargos Sociais	2 ï Juros e Encargos da Dívida	3 ï Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	**130060**				
			4572			15.016,85
			4716			1.082.617,63
			181	56.800,15		
			2B47			6.715,21
			8591			2.590,86
			8591			2.590,86

			8593			2.439,75
			8598			3.915,00
			4720			4.777,30
			2272			8.784,65
			4842			58.804,48
			8050			179.131,00
			8658			55.610,36
			8572			47.266,10
			8592			9.856,42
			2134			27.807,76
			4747			2.543,97
			2177			1.853,75
			2180			67.051,29
			2181			9.932,01
			2140			7.577,22
			2179			77.747,91
			2909			4.870,24
			2019			620,00
			2124			17.752,20
			2141			38.680,16
			2B17			7.844,94
			8611			648,93
			4746			115.859,35
			8939			29.214,40
			8938			66.131,42
			4745			8.761,14
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da Ação	Despesas de Capital		
				4ï Investimentos	5 ï Inversões Financeiras	
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	
	Recebidos	130060 (*)	8572	1.092.750,00		
			8658	1.478.580,00		
			2134	384.424,00		
Movimentação Externa	Concedidos			-		
	Recebidos			-		
	Fonte: SIAFI (*) Recusos de Convenio IDAF					

Análise Critica: Os recursos foram descentralizados, conforme Plano Operativo, e objetivaram atender as ações dos programas de governo descentralizadas para o Estado do Espírito Santo. Tais recursos possibilitaram o atingimento das metas da Unidade Gestora, identificados no corpo deste Relatório.

2.4.4 Execução Orçamentária das Despesas

2.4.4.1 - Execução Orçamentária de Créditos Originários ï Não se aplica,em razão desta Unidade não possuir créditos originários

1.1.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação ï Não se aplica, em razão desta unidade não possuir créditos originários.

1.1.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa ï Não se aplica, em razão desta unidade não possuir créditos originários.

1.1.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa ï Não se aplica, em razão desta unidade não possuir créditos originários.

2.4.4.2 ï Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela SFA-ES por movimentação

2.4.4.3 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	**684.909,82**	**1.930.869,75**	**684.909,82**	**1.036.347,33**
Convite				
Tomada de Preços		133.355,54		133.355,54
Concorrência				
Pregão	**684.909,82**	1.797.514,21	684.909,82	902.991,79
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas	**707.584,34**	**807.682,59**	**707.584,34**	**635.699,27**
Dispensa	**503.502,33**	422.819,66	503.502,33	402.168,84
Inexigibilidade	**204.082,01**	**384.862,93**	**204.082,01**	**233.530,43**
Regime de Execução Especial	**-**	**-**	**-**	**-**
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal	269.137,88	459.701,95	253.287,58	459.701,95
Pagamento em Folha				
Diárias	269.137,88	459.701,95	253.287,58	459.701,95
Outras				
Totais	**1.661.632,04**	**3.198.254,29**	**1.645.781,74**	**2.131.748,55**

Fonte:

2.4.5 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos por movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Em R$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Exercícios	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
1 ï Despesas de Pessoal	**56.800,15**	**60.334,10**	**56.800,15**	**-**	**-**	**-**	**56.800,15**	**60.334,10**
1º elemento de despesa	53.288,17	44.877,00	53.288,17		não		53.288,17	44.877,00
2º elemento de despesa	3.511,98	15.457,10	3.511,98		não		3.511,98	15.457,10
3º elemento de despesa	-							
Demais elementos do grupo	-							
2 ï Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
1º elemento de despesa	-							
2º elemento de despesa	-							
3º elemento de despesa	-							
Demais elementos do grupo	-							
3- Outras Despesas Correntes	1.496.086,14	2.210.209,66	-	2.210.209,66	2.210.209,66	171.860,92	-	2.029.953,03
1º elemento de despesa	807.976,44	1.299.935,66		1.299.935,66	1.299.935,66	48.470,23		1.180.667,79
2º elemento de despesa	253.287,58	370.762,25		370.762,25	370.762,25			370.762,25
3º elemento de despesa	136.399,78	228.037,59		228.037,59	228.037,59	64.362,53		188.503,45
Demais elementos do grupo	298.422,34	311.474,16		311.474,16	311.474,16	59.028,16		290.019,54
Totais	1.552.886,29	2.270.543,76	56.800,15	2.210.209,66	2.210.209,66	171.860,92	56.800,15	2.090.287,13

Fonte:

2.4.6 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação Em R$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos	-	**728.427,68**	-	**728.427,68**	-	**728.427,68**	-	-
1º elemento de despesa		**728.427,68**		**728.427,68**		**728.427,68**		-
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
Totais	-	**728.427,68**	-	**728.427,68**	-	**728.427,68**	-	-

Fonte:

Analise Critica: O significativo aumento do valor empenhado e liquidado verificado nos exercícios de 2009 para 2010, no elemento despesa 449052, deveu-se basicamente ao projeto de adequação da rede de informática, no valor de CR$ de 544.291,58.

2.4.7 Indicadores Institucionais : Informamos que estes indicadores foram levantados e estão apontados por Programa e suas Ações. Contudo, dado a peculiaridade de alguns Programas/ Ações, que tem suas metas estabelecidas por Brasília ou são executadas por demanda, não foi possível mensurá-los.

3 INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVO POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

3.1 ï Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos ï Não se aplica

4 ï INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXECÍCIOS ANTERIORES

4.1 ï Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Valores em R$ 1,00

Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2011**
2010	50.522,39		50.522,39	não
2009	55.218,40		55.218,40	não
2011	83.248,07	139,50	83.108,57	não
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2011**
2010	467.913,64	70.284,99	385.483,32	12.145,33
2009	739.001,13	144.631,90	582.443,55	11.925,68
2011	918.433,93	71.889,98	471.263,89	375.280,06
Observações:				

Fonte:

4.2 ï Analise Critica: Do valor inscrito em restos a pagar, R$ 340.630,00 (trezentos e quarenta mil seiscentos e trinta reais) referem-se ao contrato com a empresa prestadora de serviço de rede elétrica e lógica - ALSAR, cuja execução se estendeu para o exercício de 2012.
Por razoes de ordem técnica o processo da ALSAR foi submetido a apreciação CJU/AGU/ES, para analise em 20/12/2011.
Em 18/01/2012 a CJU/AGU/ES, se manifesta pela aprovação do 2º Termo Aditivo do Contrato e tendo em vista o atesto do fiscal de que os serviços foram efetivamente executados, opinou favorável a legalidade do pagamento.

5 ï INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS

5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

5.1.1 ï Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada:

Quadro A.5.1 ï Força de Trabalho da UJ ï Situação em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	**191**	**191**	**-**	**-**
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	**191**	**191**	**-**	**-**
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	190	190	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Total de Servidores (1+2)	**191**	**191**	**-**	**-**

Fonte: SIAPE
Posição: 31/12/2011

5.1.2 ï Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.2 ï Situações que reduzem a força de trabalho da UJ ï Situação em 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	**-**
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	**-**
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Gradução Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	**-**
3.1. De oficio, no interesse da Administração	-

3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	**-**
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	**-**
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	**-**
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	**-**

Fonte: SIAPE
Posição: 31/12/2011

5.1.3 ï Qualificação dos cargos em comissão e de funções gratificadas da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.3 ï Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - Situação em 31/12/2011

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	**7**	**7**	**-**	**1**
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	6	6	-	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	1	1	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas	**23**	**23**	**10**	**8**
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	23	23	10	8
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	**30**	**30**	**10**	**9**

Fonte: SIAPE
Posição: 31/12/2011

5.1.4 ï Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - SFA/ES

Quadro A.5.4 ï Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	**3**	**7**	**21**	**105**	**32**
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	3	7	21	105	32
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	**-**	**2**	**4**	**11**	**6**
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	2	4	11	6
3. Totais (1+2)	**3**	**9**	**25**	**116**	**38**

Fonte: SIAPE
Posição: 31/12/2011

5.1.5 ï Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

Quadro A.5.5 ï Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	**-**	**1**	**2**	**41**	**47**	**77**	**-**	**-**	**-**
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira		1	2	41	47	77	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	**-**	**-**	**1**	**2**	**10**	**10**	**-**	**-**	**-**
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas			1	2	10	10			
3. Totais (1+2)	**-**	**1**	**3**	**43**	**57**	**87**	**-**	**-**	**-**

LEGENDA - - - - - - - - -
Nível de Escolaridade -
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 ï Mestrado; 9 ï Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE
Posição: 31/12/2011

5.2 ï Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1 ï Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e da aposentadoria

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação em 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	**190**	**12**
1.1 Voluntária	148	11
1.2 Compulsória	5	-
1.3 Invalidez Permanente	37	1
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	**59**	**-**
2.1 Voluntária	58	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	1	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	**249**	**12**

Fonte: SIAPE

Posição: 31/12/2011

5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - SFA/ES

Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação em 31/12/2011

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	**5**	**2**
1.1. Integral	2	2
1.2. Proporcional	3	-
2. Em Atividade	**382**	**-**
3. Total (1+2)	**387**	**2**

Fonte: SIAPE

Posição: 31/12/2011

5.3 - Composição do Quadro de Estagiários

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO - ESPIRITO SANTO					
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários					
Nível de escolaridade	**Quantitativo de contratos de estágio vigentes**				**Custo do exercício**
	1º Trimestre	**2º Trimestre**	**3º Trimestre**	**4º Trimestre**	(Valores em R$ 1,00)
1. Nível superior	12	17	17	17	68.442,30
Área Fim					
Área Meio					
2. Nível Médio	6	5	3	1	41.970,29
Área Fim					
Área Meio					

Informar o Quantitativo. O valor (No nível Superior e Nível Médio Refere-se ao Total do Custo em 2011)

Fonte: dw/excel

5.4 ï Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Em R$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Venci-mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previden-ciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	**2011**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	**2011**	10.201.518,02	4.642,13	11.128.242,73	1.906.649,78	669.359,72	229.904,00	92.791,56	-	7.732,92	24.240.840,86
	2010	9.784.253,14	9.256,40	10.870.720,26	1.748.302,98	779.388,39	146.292,34	86.400,56	49.649,68	87.047,38	23.561.311,13
	2009	8.244.614,76	-	8.879.586,09	1.330.195,13	402.792,06	-	77.716,97	-	166.118,28	19.101.023,29
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	**2011**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	**2011**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	**2011**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	**2011**	562.413,82	125.910,50	621.547,02	96.050,96	26.424,00	14.900,47	-	-	14.680,51	1.461.927,28
	2010	556.196,06	125.229,34	593.393,94	88.203,09	29.646,28	14.018,68	-	-	16.559,32	1.423.246,71
	2009	602.354,59	138.633,84	613.524,58	89.393,57	17.922,23	6.018,53	2.271,15	-	8.606,88	1.478.725,37
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	**2011**	1.065.275,51	126.383,78	396.151,66	76.215,94	87.609,03	34.552,88	5.467,34	-	1.419,52	1.793.075,66
	2010	1.065.275,51	126.383,78	396.151,66	76.215,94	87.609,03	34.552,88	5.467,34	-	1.419,52	1.793.075,66
	2009	971.417,58	130.456,36	347.810,72	48.698,63	47.923,89	1.540,10	2.128,38	-	2.129,28	1.552.104,94

Fonte:

Exercícios

Anos	**Total**	**Média Mês**
2011	27.495.843,80	2.291.320,32
2010	26.777.633,50	2.231.469,46
2009	22.131.853,60	1.844.321,13

5.5 - Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1 ï Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão: Prejudicado

5.5.2 ï Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados: Prejudicado

5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

5.5.4 ï Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

5.6 ï Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

SIGLA	TIPO	INDICADOR	FÓRMULA	CÁLCULO	Valor %
Isartsa (%)	Eficácia	Servidores administrativos em relação ao total de servidores ativos	(Nº de servidores Administrativos / Nº total de servidores ativos) x100	56/208*100	27,18
Ialimed (%)	Eficácia	Índice de dias de afastamento por licença médica dos servidores	(Número de servidores afastados x número de dias de afastamento) / (Nº de servidores totais x período considerado em dias) x 100	(136*1.871/206*365)100	328,8
Ialimed (%)	Eficácia	Índice de Servidores afastados por Licença Médica	(Nº de servidores afastados / Nº total de Servidores ativos) x 100	(136/206)100	66,1
Iaffa (%)	Eficácia	Índice de Servidores **FFA** com afastamento por licença médica	(Nº de FFA afastados / Nº total de FFA ativos) x 100	55/67/100	82,09
Iagtec (%)	Eficácia	Índice de Servidores **AISIPOA-AAA** com afastamento por licença médica	(Nº de AISIPOA-AG.ATIV.AGROP. afastados/ Nº de AISIPOA-AG.ATIV. Total) x 100	24/58*100	41,37
Iaadm (%)	Eficácia	Índice de servidores **Administrativos** com afastamento por licença médica	(Nº de Administrativos afastados/ Nº total de administrativos ativos) x100	51/56*100	91,07
Iaap (30d) (%)	Eficácia	Índice de Concessão de Aposentadoria em 30 dias	(Nº de aposent. concedidas / Nº de aposent. solicitadas) X 100	13/13*100	1
Ipapc	Eficiência	Produtividade na concessão de aposentadoria	Nº de aposentadoria concedidas / Nº de servidores envolvidos na ação.	13/1	13

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante	
Superintendencia Federal de Agricultura no Espírito Santo	
UG; 130060	**CNPJ: 00.396.895/0025-00**

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	001/2010	07.709.197/0001-31	18.01.2010	19.01.2013	F						

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte:

Quadro A.5.13 ï Não se aplica em razão desta unidade não possuir contrato referido.

6 - INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFÊRENCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCICIO DE 2011.

6.1 ï TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO

6.1.1 ï Relação Dos Instrumentos De Transferência Vigentes No Exercício De 2011

Quadro A.6.1 ï Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome:									
CNPJ:			**UG/GESTÃO: 130060**						
Informações sobre as transferências									
Modalidade	**Nº do instrumento**	**Beneficiário**	**Valores Pactuados**		**Valores Repassados**		**Vigência**		**Sit.**
			Global	**Contrapartida**	**No exercício**	**Acumulado até exercício**	**Início**	**Fim**	
1	756019	IDAF	010.952,00	1.411.898,00	1.699.911,00	3.899.143,00	31/08/2011	31/12/2015	1
1	755858	IDAF	4.782.660,00	1.010.350,00	1.517.734,00	2.254.576,00	25/07/2011	31/12/2015	1

LEGENDA

Modalidade:	**Situação da Transferência:**
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte:

6.1.2 ï Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três últimos Exercícios.

Quadro A.6.2 ï Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:						
UG/GESTÃO:						
Modalidade	**Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício**			**Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R$ 1,00)**		
	2011	**2010**	**2009**	**2011**	**2010**	**2009**
Convênio	2	0	0	3.217.645,00		
Contrato de Repasse	0	0	0			
Termo de Cooperação	0	0	0			
Termo de Compromisso	0	0	0			
Totais	2			3.217.645,00		

Fonte: SEOF

6.1.3 ï Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferência que vigerão no exercício de 2011 e seguintes.

Quadro A.6.3 ï Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:				**UG/GESTÃO:**	
Modalidade	**Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes**	**Valores** (R$ 1,00)			**% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011**
		Contratados	**Repassados até 2011**	**Previstos para 2012**	
Convênio	2	11.793.612,00	3.217.645,00	1.310.373,00	27%
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais	2	11.793.612,00	3.217.645,00	1.310.373,00	27%

Fonte: SEOF

6.1.4 ï Informações sobre a prestação de contas relativas a convênios e contratos de repasses.

QUADRO A.6.4 ï RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:			**UG/GESTÃO:**		
Exercício da prestação de contas	**Quantitativos e montante repassados**			**Instrumentos** (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	**Contratos de Repasse**
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R$)		
		Contas NÃO prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R$)		
2009	Contas prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R$)		
	Contas NÃO prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R$)		
2008	Contas prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R$)		
	Contas NÃO prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R$)		
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R$)		

Fonte: SEOF

OBS: Ainda não houve prestação de contas, tendo em vista que o convenio está vigente.

6.1.5 ï Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasses

QUADRO A.6.5 ï VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:			**UG/GESTÃO:**		
Exercício da prestação de contas	**Quantitativos e montante repassados**			**Instrumentos** (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	**Contratos de Repasse**
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R$)		
		Contas NÃO prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R$)		
2009	Contas prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R$)		
	Contas NÃO prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R$)		
2008	Contas prestadas		Quantidade		

		Montante Repassado (R$)		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado (R$)		
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado (R$)		

Fonte: SEOF

OBS: Não houve prestação de contas

6.2 Análise Critica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos a médio e longo prazo.

Obs.: Ainda não houve prestação de contas, tendo em vista que o convenio está vigente. Somente após a prestação de contas será possível uma análise crítica dos convênios. Contudo, pelos relatórios técnicos parciais é possível vislumbrar um resultado positivo.

7i Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e a convênios ou outros instrumento congêneres estão disponíveis e atualizados respectivamente no SIASG e SICONV.

MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo – SFA-ES
Gabinete

DECLARAÇÃO

Eu, ***JOSE ARNALDO DE ALENCAR***, Superintendente da SFA-ES, CPF 073.659.423-04, Matricula SIAPE Nº166.0002, declaro que as informações referentes ao exercício de 2011 dos convênios Nº 10013/2011 – Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Vegetal e o de Nº 10025/2011 Sistema Unificado de Atenção a Saúde Animal no Espírito Santo, foram devidamente lançadas no Sistema de Gestão de Convênios – SICONV, conforme estabelece o Art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de Agosto de 2008.

Vitória/ES, 30 de Março de 2012

José Arnaldo de Alencar
Superintendente da SFA/MAPA-ES

MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo – SFA-ES
Setor de Atividades Gerais – SAG/SAD

DECLARAÇÃO

Eu, ***JOAO CARLOS TEIXEIRA***, **CPF** nº 621.769.607-00, com exercício na Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo – SFA-ES, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados no exercício de 2011, e que não haviam sofrido aditivamento, por esta unidade, estão disponíveis e atualizadas, respectivamente no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Contratos SICON, e as medições referentes a este contratos serão lançadas a partir de sua inclusão, conforme estabelece o Art. 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Vitória/ES, 30 de Março de 2012

João Carlos Teixeira
Ag. Administrativo
Mat. 4402

8 ï Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei 8.730/93, relacionados a entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas

1 - Todos os servidores e empregados públicos obrigados a entregar a Declaração de Bens e Rendas, conforme estabelece a lei 8.730/93, lotados na SFA-ES, assinaram autorização de acesso, conforme:

Nome do Servidor:	
Matrícula SIAPE:	CPF:
Cargo/Função:	Código:
Unidade de Lotação:	Ramal:

ñAUTORIZAÇÃO:

Autorizo, para fins do cumprimento à exigência contida no § 4º do art. 13 de Lei n.º 8.429, de 1992, o acesso às declarações anuais apresentada à Secretaria da Receita Federal do Brasil, com as respectivas retificações, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 3º do decreto n.º 5.483, de 30 de junho de 2005.ò

2 ï Anualmente, o SGP/SAD-SFA/ES, convalida as informações, que ficam arquivadas no assentamento funcional do servidor, permitindo ao TCU e ao órgão de controle interno consultar as declarações.

Quadro A.8.1 ï Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Quantidade

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	**0**
	Entregaram a DBR	0	0	**0**
	Não cumpriram a obrigação	0	0	**0**
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	**0**
	Entregaram a DBR	0	0	**0**
	Não cumpriram a obrigação	0	0	**0**
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	22	20	20
	Entregaram a DBR	22	20	20
	Não cumpriram a obrigação	0	00	0

Fonte:

9 - INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA SFA-ES

9.1 ï Estrutura de Controles Internos

QUADRO A.9.1 ï ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					**X**
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				**X**	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			**X**		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				**X**	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				**X**	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					**X**
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					**X**
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					**X**
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					**X**
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					**X**
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					**X**
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.				**X**	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				**X**	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Considerações gerais:					

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10 - INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS;

10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.

Quadro A.10.1 ï GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	**Avaliação**				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			**X**		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			**X**		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				**X**	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		**X**			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				**X**	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	**X**				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	**X**				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		**X**			
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.		**X**			
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					**X**
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	**X**				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)?	**X**				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)?	**X**				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
Considerações Gerais:					
LEGENDA **Níveis de Avaliação:** **(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. **(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. **(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. **(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. **(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11 - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO CLASSIFICADOS COMO BENS DE USO ESPECIAL, DE PROPRIEDADE DA UNIAO, OU LOCADOS DE TERCEIROS.

11.1 ï Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 ï DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	**UF - ES**	**09**	**09**
	Município Vitória	**03**	**03**
	Município Colatina	**02**	**02**
	Município Cachoeiro de Itapemirim	**01**	**01**
	Município de Vila Velha	**01**	**01**
	Município Cariacica	**01**	**01**
	Município Aracruz	**01**	**01**
Subtotal Brasil		**09**	**09**
EXTERIOR	**PAÍS 1**	**Ł**	**Ł**
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade ñnò		
	PAÍS ñnò	**Ł**	**Ł**
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade ñnò		
Subtotal Exterior		**Ł**	**Ł**
Total (Brasil + Exterior)		**09**	**09**

Fonte: sad

QUADRO A.11.2 ï DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	**UF ES**	**01**	**01**
	Município Vitória	**01**	**01**
Subtotal Brasil		**01**	**01**

EXTERIOR	**PAÍS 1**	**Ɛ**	**Ɛ**
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade ñnò		
	PAÍS ñnò	**Ɛ**	**Ɛ**
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade ñnò		
Subtotal Exterior		**Ɛ**	**Ɛ**
Total (Brasil + Exterior)		**01**	**01**

Fonte:sad

Quadro A.11.3 ï Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
130060	5623.00014.500-3	13	4	55.912,45	28.08.2001	-	-	
130060	5625.00002.500-4	13	6	398.787,22	16.08.2000	-	-	
130060	5629.00013.500-7	13	6	163.111,71	22.08.2001	-	-	
130060	5703.00032.500-3	11	3	221.353,76	18.08.2000	-	-	
130060	5705.00058.500-1	11	7	68.763,69	23.10.2000	-	-	
130060	5705.00059.500-7	13	7	40.144,44	23.10.2000	-	-	
Total							-	

Fonte: SAD

12 - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTAO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

12.1 ï Gestão da Tecnologia da Informação

QUADRO A.12.1 ï GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	01				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					

10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Informar o percentual de participação				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					
Considerações Gerais:					
LEGENDA **Níveis de avaliação:** **(1) Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. **(2) Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. **(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. **(4) Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. **(5) Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

OBS: A Gestão de Tecnologia da Informação é feita pela Coordenação Geral da Tecnologia da Informação ï CGTI/MAPA ï em Brasília, que elabora os contratos e diretrizes dessa área e os descentraliza para execução por esta SFA.

13 ï INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTOES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL.

13.1 ï Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

Não foi feito uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal ï Decretos 5.355/2005 e 6.370/2008.

14 - INFORMAÇÕES SOBRE AS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA SFA-ES, BEM COMO SOB AS FISCALIZAÇÕES REALIZADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL VOLTADAS PARA A AVERIGUAÇÃO DA REGULARIDADE DAS RENÚNCIAS DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS

Não se aplica. Não há renúncia tributária nesta Unidade.

14.1 ï Renúncias Tributárias sob Gestão da SFA-ES

Não se aplica. Não há renúncia tributária

14.2 ï Valores Renunciados e Respectivas Contrapartidas

Não se aplica. Não há valores renunciados.

14.3 ï Contribuintes Beneficiados pela Renúncia

14.3.1 ï Pessoas Físicas

14.3.2 ï Pessoas Jurídicas

Não se aplica. Não há contribuinte beneficiado por renúncia

14.4 ï Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária

14.4.1 ï Pessoas Físicas

Não se aplica

14.5 ï Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

Não se aplica

14.6 ï Prestações de Contas de Renúncias de Receitas

Não se aplica

14.7 ï Comunicações à Receita Federal do Brasil das providencias adotadas pela SFA em face do descumprimento da legislação que institui e regulamenta a renuncia de receita, com enfoque sobre o numero de comunicações.

Não se aplica

14.8 ï Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas.

Não se aplica

14.9 - Declaração

DECLARAÇÃO - Não se aplica

Eu, **(gestor responsável pela concessão, pelo acompanhamento e fiscalização do benefício tributário)**, CPF n° **_____**, **(cargo ocupado pelo responsável)**, declaro para os devidos fins, que na concessão e na renovação do benefício tributário previsto na(o) **(normativo que disciplina a concessão e a fruição do benefício fiscal, com o seu número e data de edição)**, foi verificada a situação de regularidade dos beneficiários com relação aos pagamentos dos tributos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ï FGTS - e à Seguridade Social, em consonância com o disposto na Constituição Federal, art. 195, § 3º; na Lei n° 9.069/1995, art.60; na Lei n° 8.036/1990, art. 27, alínea ñcò; e na Lei n° 8.212/1991, art. 47, inciso I, alínea ñaò.

Destaco que os beneficiários abaixo relacionados não cumpriram tais dispositivos, razão pela qual as seguintes medidas saneadoras foram adotadas: **(medidas adotadas para o cumprimento dos normativos acima mencionados)**.

Brasília, ___ de ____ de 20__.

(Gestor)

(CPF)

(Cargo/Unidade Jurisdicionada)

14.10 ï Fiscalização realizada pela RFB junto aos contribuintes beneficiários de renuncia de receita evidenciando as quantidades de auto de infrações e os valores de créditos tributários deles originados.

Não se aplica.

15 - INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER AS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACORDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ORGÃO DE CONTROLE INTERNO QUE FISCALIZA A SFA

15.1 ï Deliberações do TCU atendidas no Exercício.

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO					14
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
	022.947/2008-8	7886/2010/TCU ï 1ª Camara	9.1, 9.2, 9.3, 9.3.1, 9.3.2, 9.3.3, 9.4, 9.5		18453-TCU/SEFIP e 412/2010-TCU/SERUR
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO					**14**
Descrição da Deliberação:					
Adoção das providencias pertinentes, ao acórdão 23/12/2010, resolve: 9.1 - Considerar ilegal a concessão de aposentadoria a ***Luiz Carlos Gomes***, negando o seu registro; 9.2 ï Dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa fé pelo inativo; 9.3 ï Determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para: 9.3.1 ï Dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos; 9.3.2 ï Fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa; 9.3.3 ï Encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documentos aptos a comprovar que o interessado teve conhecimento do acórdão; 9.4 ï Esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada;					
Providências Adotadas					
Em 28/05/2010 através do Oficio SRH/SAD/SFA-ES nº 60/2010 foi solicitado o reexame do acórdão 2312/2010, anexado documentos médicos do servidor aposentado **LUIZ CARLOS GOMES,** a fim de certificar a preexistência da sua doença que culminou com a sua aposentadoria por invalidez em 23/11/2004. Em 21/06/2010 através do Oficio 212/2010/TCU/SERUR, o pedido de reexame supracitado contra o acórdão 2312/2010 foi conhecido pelo Excelentíssimo Ministro Walton Alencar Rodrigues com efeito suspensivo em relação aos subitens 9.1 e 9.3.2. Em 22/04/2010 através do Oficio SRH/SAD/SFA-ES Nº 44/2010 foi comunicado ao TCU o atendimento aos itens 9.2 e 9.3, bem como a emissão do novo ato de aposentadoria, atendendo também ao item 9.4. Em resposta ao Oficio supracitado, o Excelentíssimo Ministro do TCU - Walton Alencar Rodrigues solicitou informar a data a partir do qual o interessado deve ser considerado invalido. Através do Oficio SGP/SAD/SFA-ES Nº 126/2010 de 15/12/2010, foi informada que a data considerada para invalidez é 17/11/2004, conforme copia da ata da Perícia Medica juntada à época.					

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Seção de Gestão de Pessoas ï SDP/SAD/SFA-ES	14
Síntese da providência adotada:	
Documentação encaminhada conforme oficio SRH/SAD/SFAES Nº 060/2010 DE 28/05/2010	
Síntese dos resultados obtidos	
Reexame da aposentadoria aceita e data de invalidez informada. **Negado provimento mantendo inalterado o Acordão 2312/2010.** **Pagamento corrigido.**	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor (não houve)	
Sendo uma atividade de rotina da área de RH, não houve apontamentos de fatores negativos que prejudicassem a adoção de providencias.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO					14
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
	024.319/2011-2	8690/2011			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO					**14**
Descrição da Deliberação:					
AÇÃO PREJUDICADA EM RAZAO DA PERDA DO OBJETO					
Providências Adotadas					
Processo arquivado em razão do falecimento da servidora Gislene Salatiel Vieira					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
----------					14
Síntese da providência adotada:					
Arquivamento do processo					
Síntese dos resultados obtidos					
Arquivamento					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor (não houve)					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO					14
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
	015.118/2011-8	5559/20112011			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO					**14**

Descrição da Deliberação:	
AÇÃO PREJUDICADA EM RAZAO DA PERDA DO OBJETO	
Providências Adotadas	
Processo arquivado em razão do falecimento da pensionista Nayr Cavatti Roservi	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
----------	14
Síntese da providência adotada:	
Arquivamento do processo	
Síntese dos resultados obtidos	
Arquivamento	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor (não houve)	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO					14
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
	020.566/2011-5	8610/2011			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO					**14**
Descrição da Deliberação:					
Considerar prejudicada a apreciação de merito do ato de concessão (Pensão Civil) da Sra. Maria Angélica Malta Varejão, por perda do objeto.					
Providências Adotadas					
A SGP comunicou a servidora sobre a decisão.					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Seção de Gestão de Pessoas ï SDP/SAD/SFA-ES					14
Síntese da providência adotada:					
Comunicação expedida à pensionista.					
Síntese dos resultados obtidos					
Comunicação expedida à pensionista.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor (não houve)					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO					14
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
1	TC 019.949/2009-9	614/2010/TCU ï 2ª CAMARA		DE	16842/TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO					**14**

Descrição da Deliberação:	
Aprecia ato de aposentadoria atinente ao servidor do quadro do MAPA, diante das razoes expostas: **9.1 ï considerar ilegal o ato de aposentadoria em favor de JOSE ANTONIO DA SILVA, bem como negar o registro do correspondente ato.** **9.2 ï dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa fé consoante o dispositivo;** **9.3 ï determinar a SFA ES, que faça cessar no prazo de 15 (quinze) dias o pagamento do ato impugnado;** **9.4 ï Proceder a emissão de novo ato de aposentadoria livre da irregular assinalada;**	
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
SGP/SAD/SFA-ES	14
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Informamos que solicitamos ao Ministério do Planejamento, autorização para a mudança no fundamento de aposentadoria do servidor acima referido, para a correção em seu fundamento na vigência da Emenda Constitucional nº 20/98 (art. 40, § 1º, Inciso III, alínea ñAò, da Constituição Federal), tendo em vista ter sido cadastrado o fundamento inadequado anteriormente. Autorização foi concedida e providenciado a devida correção do pagamento.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO					14
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
	015.449/2010-6	3362/2011			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO					**14**
Descrição da Deliberação:					
Considerar Ilegal o ato de concessão de aposentadoria do servidor JOSE ANTONIO DA SILVA, dispensar a devolução das quantias indevidamente recebidas de boa fé e suspender o pagamento em 15 dias e encaminhar ao TCU novo ato concessório, escoimado as irregularidades verificadas.					
Providências Adotadas					
A SGP através do MEMO Nº 130 DE 27/10/2011 comunicou ao Superintendente a correção de tal irregularidade. Através do Oficio GS/SFA/ES nº 587 de 28/10/2011 a SFA comunicou ao Secretario da Secretaria de Fiscalização de Pessoal, a correção da aposentadoria do servidor.					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Seção de Gestão de Pessoas ï SDP/SAD/SFA-ES					14
Síntese da providência adotada:					
Aposentadoria devidamente corrigida no Sistema					
Síntese dos resultados obtidos					
Irregularidade apontada, devidamente corrigida					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor (não houve)					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO					14
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**

	001.976/2011-7	1328/2011			

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO	**14**

Descrição da Deliberação:

Considerar prejudicada a apreciação de merito do ato de concessão (Pensão Civil) da Sra Poliana Marques França, por perda do objeto, por atingir a maior idade.

Providências Adotadas

A SGP comunicou a servidora sobre a decisão.

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Seção de Gestão de Pessoas ï SDP/SAD/SFA-ES	14

Síntese da providência adotada:

Comunicação expedida à pensionista.

Síntese dos resultados obtidos

Comunicação expedida à pensionista.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor (não houve)

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO	14

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	002.948/2011-7	2317/2011			

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO	**14**

Descrição da Deliberação:

Considerar Legal o Ato de concessão de aposentadoria de Alberto Tauil.

Providências Adotadas

Arquivado na pasta do aposentado.

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Seção de Gestão de Pessoas ï SDP/SAD/SFA-ES	14

Síntese da providência adotada:

. Arquivado na pasta do aposentado.

Síntese dos resultados obtidos

Arquivado na pasta do aposentado.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor (não houve)

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO	14

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	024.568/2011-2	9152/2011			

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO	**14**

Descrição da Deliberação:

Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão de Aposentadoria de Helio Ferreira, por perda do

objeto em razão do seu falecimento.
Providências Adotadas
A SGP arquivou.

Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Seção de Gestão de Pessoas ï SDP/SAD/SFA-ES	14

Síntese da providência adotada:
Arquivado em pasta
Síntese dos resultados obtidos
Arquivado.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor (não houve)
Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO	14

Deliberações do TCU
Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
	009.040/2002-3	10926/2011			

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO	**14**

Descrição da Deliberação:
Negado provimento a Walase Pinto Santana, - ordenador de despesa, determinando multa de R$ 3.000,00 (três mil reais) fixando-lhe o prazo de 15 dias a contar da ciência deste acórdão, para comprovar perante ao tribunal o recolhimento da referida quantia aos cofres públicos do tesouro nacional
Providências Adotadas
A SFA-ES comunicou ao Sr. Walase P. Santana que tomou ciência da decisão e parcelou o debito junto ao TCU/SECEX/ES

Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Secex/ES	14

Síntese da providência adotada:
Pagamento das multas pelo ex ordenador,
Síntese dos resultados obtidos
Pagamento das multas pelo ex ordenador,
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor (não houve)
Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO	14

Deliberações do TCU
Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
	007.844/2011-5	2328/2011			

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO	**14**

Descrição da Deliberação:

Considerar Legal o Ato de concessão de aposentadoria de Mercedes Pessali Fernandes e Terezinha Gaigher Bosio.
Providências Adotadas
Arquivado na pasta das aposentadas.

Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Seção de Gestão de Pessoas ï SDP/SAD/SFA-ES	14

Síntese da providência adotada:
.Arquivado na pasta das aposentadas.
Síntese dos resultados obtidos
Arquivado na pasta das aposentadas
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor (não houve)

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO	14
Deliberações do TCU	
Deliberações expedidas pelo TCU	

Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
	011.480/2011-4	4163/2011			

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO	**14**
Descrição da Deliberação:	
Considerar Legal o Ato de concessão de Pensão Civil Herminia Guaitolini Antunes	
Providências Adotadas	
Arquivado na pasta da pensionista.	

Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Seção de Gestão de Pessoas ï SDP/SAD/SFA-ES	14

Síntese da providência adotada:
.Arquivado na pasta da pensionista.
Síntese dos resultados obtidos
Arquivado na pasta da pensionista
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor (não houve)

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO	14
Deliberações do TCU	
Deliberações expedidas pelo TCU	

Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
	023.041/2011-0	7607/2011			

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO	**14**
Descrição da Deliberação:	
Considerar Legal o Ato de concessão de aposentadoria de Leila Asseruy Nippes e Luiz Henrique Colnago	

Providências Adotadas	
Arquivado na pasta dos aposentados.	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Seção de Gestão de Pessoas ï SDP/SAD/SFA-ES	14
Síntese da providência adotada:	
.Arquivado na pasta dos aposentados.	
Síntese dos resultados obtidos	
Arquivado na pasta dos aposentados	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor (não houve)	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO					14
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
	025.806/2011-4	9174/2011			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO					**14**
Descrição da Deliberação:					
Considerar Legal o Ato de concessão de Pensao Civil de ANA JULIA DE PAULA FOUREIRO, EDIR MARIA CAETANO DA VICTORIA, MARIA ALVES MOULIN, NILBA FARIAS VASCONCELLOS E OSILIA DA PENHA COLOMBO BORTOLINI					
Providências Adotadas					
Arquivado na pasta das pensionistas.					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Seção de Gestão de Pessoas ï SDP/SAD/SFA-ES					14
Síntese da providência adotada:					
Arquivado na pasta das pensionistas					
Síntese dos resultados obtidos					
Arquivado na pasta das pensionistas					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor (não houve)					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO					14
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
	026.946/2010-6	809/2011			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO					**14**
Descrição da Deliberação:					

Considerar Legal o Ato de concessão de aposentadoria de JOSE CECILIANO BAYERL	
Providências Adotadas	
Arquivado na pasta do aposentado.	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Seção de Gestão de Pessoas ï SDP/SAD/SFA-ES	14
Síntese da providência adotada:	
.Arquivado na pasta do aposentado.	
Síntese dos resultados obtidos	
Arquivado na pasta do aposentado	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor (não houve)	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO					14
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
	025.894/2008-6	151/2011			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO					**14**
Descrição da Deliberação:					
Considerar Legal o Ato de concessão de Pensão Civil de ANDERSON FABIO GOMES RIBEIRO E OUTROS					
Providências Adotadas					
Arquivado na pasta dos pensionistas.					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Seção de Gestão de Pessoas ï SDP/SAD/SFA-ES					14
Síntese da providência adotada:					
Arquivado na pasta dos pensionistas					
Síntese dos resultados obtidos					
Arquivado na pasta dos pensionistas					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor (não houve)					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO					14
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
	023.748/2009-9	836/2010			Oficio 852/2010 ï TCU/SECEX-ES

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO	**14**

Descrição da Deliberação:

a) Providencie com vistas à apuração responsabilidade pelo pagamento irregular a titulo de Adicional de Insalubridade, conforme descrito no item 1.1.1.1 do anexo I do Relatório de Auditoria CGU nº 189387, de 15/03/2007, informando no Relatório de Gestão.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação:	Código SIORG
SGP/SAD/SFA-ES	14

Síntese da providência adotada:

a) Instaurado sindicância para apuração da responsabilidade pelo pagamento irregular do adicional de insalubridade que culminou com a Publicação da Portaria nº 77 de 24/03/2008, que aplicou a pena de ADVERTENCIA à servidora responsável pelo Setor de Pagamento de Pessoal, com anotação na ficha funcional.

Síntese dos resultados obtidos

a) Responsabilidade apurada e Penalidade aplicada.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor.

a) Podemos destacar que um dos pontos negativos para a consecução da impropriedade apontada foi a dificuldade de indicar os membros da comissão, em razão da tipicidade do assunto e disponibilidade de servidores para efetuar a apuração de responsabilidade**.**

UNIDADE JURISDICIONADA

Denominação completa:	Código SIORG
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO	14

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 010.615/2007-7	6687/2009			

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO	**14**

Descrição da Deliberação:

1.5.1 ï Determinar a SFA-ES que:
a) Ultime as providencias, caso ainda se faça necessário, visando ao ressarcimento dos valores indevidamente pagos, a titulo de adicional de insalubridade aos funcionários temporários de matriculas números: 1476533, 1476558, 1476565, 1476569, 14770555 e 0004477;
b) promova a apuração de responsabilidade pelo preenchimento do formulário de auxilio transporte com dados inconsistentes em relação ao trajeto efetivamente praticado;
c) exija que as renuncias ainda que parciais, ao recebimento de diárias sejam adequadamente formalizadas pelos renunciantes em documento próprio;
d) adote as medidas que se fizerem necessárias visando a assegurar, por ocasião da realização de pagamentos, notadamente os relativos a serviços de reparação automotiva, que eventuais descontos previstos contratualmente, sejam efetivamente considerados;

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Setor Gestão de Pessoas/SAD/SFA-ES	14

Síntese da providência adotada:

a) Quanto as providencias adotada para o referido ressarcimento dos valores pagos indevidamente a titulo de adicional de insalubridade, a SFA
Foram emitidas, pela Seção de Recursos Humanos, as Guias de Recolhimento referentes aos recolhimentos a serem feitos pelos ex-contratados (terceirizados), em razão do pagamento de adicional de insalubridade pago a maior. As

Guias foram enviadas por AR ao endereço que constava nas respectivas fichas.
Ocorre que não foram efetuados os recolhimentos e os ex-contratados não foram mais localizados por não residirem no Estado do Espírito Santo.
Em razão da dificuldade em sanar esta questão, foi enviado Ofício à Procuradoria da União, solicitando a adoção de medidas que possibilitem o ressarcimento dos valores à União. A Procuradoria propôs ação contra Robério Gomes de Oliveira ï ex-contratado, cujo domicilio se adscreve à subscrição da Procuradoria da União no Espírito Santo. O pedido foi julgado improcedente em 1ª Instancia. Da decisão foi interposta apelação**. Relativamente aos demais a Procuradoria da União no Estado do Espírito Santo transferiu a adoção de medida à Procuradoria da União no Estado do Rio de Janeiro tendo em vista que os mesmos residem naquele Estado cuja área de competência é da PU/RJ/AGU.**

b) Quanto a **apuração de responsabilidade** pelo preenchimento do formulário de auxilio transporte com dados inconsistentes em relação ao trajeto efetivamente praticado ï A SFA instaurou uma comissão de sindicância através Processo 21018.002118/2008-19 - Portaria Nº 78/2008 para apurar os fatos, que concluiu pela pena de Advertência aos responsáveis, o referido processo se encontra nesta SFA a disposição da analise dessa auditoria.

c) Quanto as **formalizações das renúncias , ao recebimento de diárias ï** A SFA já vem adotando a formalização das renuncias ao recebimento de diárias, através de formulário próprio.

d) Quanto a adoção as medidas visando a assegurar, realização de pagamentos, notadamente os relativos a serviços de reparação automotiva, que eventuais descontos previstos contratualmente.
A SFA, adotou sistema de contratação exigindo que o fornecedor do serviço praticasse preços de acordo com a Tabela AUDATEX, que melhor exemplifica os valores dos serviços praticados quando da prestação dos mesmos. Atualmente, a instrução dos processos de pagamento tem em seu bojo o orçamento prévio dos serviços a serem executados, além da tabela AUDATEX contendo discriminação dos valores de serviços, peças, hora homem e valores de descontos na forma contratual, sendo estes acompanhados pelo Fiscal de Contrato designado especificamente para o contrato.

Síntese dos resultados obtidos

a) Esgotadas todas as providencias que competiam à SFA o assunto foi transferido para a PU/AGU, que ajuizou ações de cobranças.
b) A SFA apurou responsabilidade e aplicou a penalidade ao servidor.
c) A impropriedade foi corrigida e instituído um formulário próprio.
d) Foram implementadas ações corretivas como a aplicação do uso da tabela AUDATEX.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor.

a) O fato dos ex funcionários (terceirizados) residirem foram do Estado dificultou de sobremaneira a localização dos mesmos para a cobrança dos valores pagos indevidamente.
b) Podemos destacar que um dos pontos negativos para a consecução da impropriedade apontada foi a dificuldade de indicar os membros da comissão, em razão da tipicidade do assunto e disponibilidade de servidores para efetuar a apuração de responsabilidade**.**
c) O assunto foi submetido à Secretaria Executiva, que nos orientou, de forma clara e definitiva, não tendo dificuldades para solução do fato.
d) **)** Como ponto positivo, podemos destacar a colaboração obtida junto aos órgãos federais que atuam no Estado, que nos orientaram na utilização de tabela AUDATEX**,** bem como a efetiva supervisão que o NAJ/AGU/ES exerce sobre todos os contratos desta SFA.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO	14

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 009.040/2002-3	7020/2010 da 2ª Câmara	9.5.1 a 9.5.11	DE	Oficio nº 41599/2010 ï CGU/ES

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO	**14**

Descrição da Deliberação:

Determinar a adoção de medidas saneadoras à SFA-ES, conforme:
9.5.5 ï Não utilização do Sistema de Registros de Preços ï SIREP, tal como exigido pelo Art. 15, Inciso II da Lei nº 8.666/93;
9.5.8 ï O atendimento da Nota Técnica nº 01/GRCI/ES, de 28/09/2001 que trata dos resultados dos levantamentos dos indicativos/indicadores contábeis de gestão até junho de 2001;
9.5.9 ï A inadequação dos controles internos;

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Serviço de Administração - SAD/SFA-ES	14

Justificativa para o seu não cumprimento:

9.5.5 ï Em 2011 esta Superintendência realizou 11 (onze) licitações sendo 07 (sete) pregoes, 01(um) foi deserto e 01(um) Sistema de Registro de Preço, este concluído em 2012. Estamos trabalhando também com adesão a Ata de Registro de Preço.

9.5.8 ï **EM RELAÇÃO A NOTA TÉCNICA nº 01/GRCI/ES, DE 28/09/2001, INFORMAMOS**:
9.5.8.5 ï Quanto ao Convenio CDA ï a SFA informa que o Convenio da execução da classificação era atípico, isto é, não é um convenio de despesa e sim de receita e sendo o certificado de classificação o documento fundamental, que comprova a prestação de serviço, esta SFA na época determinou ao órgão convenente a devolução de todos os certificados de classificação que foram confeccionados e pelo referido órgão, até o encerramento oficial da execução da classificação. Os certificados que foram emitidos bem como aqueles cancelados que constam na respectiva prestação de contas apresentada foram conferidos e encontram-se arquivados nesta SFA para eventuais conferencias e confirmações.

Síntese da providência adotada:

9.5.5 ï Recentemente a SFA adotou procedimento para registro de dados referente a compra e contratação no SIREP. A exemplo foi realizado o Pregão Nº 11/2011 (SRP).
9.5.8.5 ï Convenio encerrado e o certificados que comprovam a execução do Convenio se encontram arquivados para eventuais conferencias.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Diversos valores influenciaram na tempestiva solução das impropriedades, tais como:
Carência de Recursos Humanos capacitados; mudança de gestor tanto na esfera Federal com na Estadual; intempestividade na liberação dos recursos orçamentários e financeiros; convênios assinados pela administração central, com clausulas inadequadas a estadual.
Como ponto positivo destacamos a implantação de diversos controles e diversos procedimento adotado pela nova gestão, dentre os quais destacamos: adesão ao sistema de registro de preços, capacitou servidores, implantou um sistema de gerenciamento no uso da frota de veículos oficiais, controle dos contratos vigentes, etc...

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO	14

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 010.615/2007-7	6687/2009			

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO	**14**

Descrição da Deliberação:

1.5.1 ï Determinar a SFA-ES que:
e) promova a mensuração econômica de convênios celebrados com recursos federais, a fim de possibilitar a verificação dos valores da contrapartida efetivamente apropriados mediante recursos financeiros, bens ou serviços, em cumprimento ao disposto no Art. 2º parágrafo - 2º da IN 01/97.

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Serviço de Administração - SAD/SFA-ES	14

Justificativa para o seu não cumprimento:

e) Esta recomendação se refere ao convênio Nº 33/2005, celebrado com o IDAF/ES, diretamente pela Secretaria de Defesa Agropecuária ï SDA/MAPA, e foi submetido à apreciação jurídica da Consultoria Jurídica do MAPA.
Embora os recursos tenham sido liberados pela Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Espírito Santo, as cláusulas integrantes do convênio já vieram com o teor definido pelos Órgãos Centrais, em Brasília-DF.
A partir da constatação da CGU/ES da necessidade da mensuração da contra partida, buscou-se junto ao Órgão Convenente, os elementos que permitissem a referida mensuração. Todas as informações prestadas pelo IDAF/ES foram encaminhadas à CGU/ES, ou seja, Ofícios IDAF/DIPRE/Nº 179/2007 de 14/01/2008 e Oficio IDAF/DDSIA/Nº 035 DE 01/04/2008.
Considerando que as informações prestadas não foram suficientes, encaminhamos nova correspondência ao IDAF, ou seja, Oficio GAB/SFA-ES Nº 54/2011 reiterando providencias no sentido de atender a recomendação do Acórdão enviado por esta CGU em 20/12/2010.
Em 2011 foram localizados os processos de prestação de contas, que se encontram nesta SFA a disposição desta CGU.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

e) Foram localizados os processos de prestação de possibilitam a comprovação dos atos legais.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO	14

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
		1173/2010/TCU PLENARIO			

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO	**14**

Descrição da Deliberação:

9.5 ï Determinar a Superintendência Federal de Agricultura que adote as medidas listadas abaixo:

9.5.2 ï atente para a necessidade de que os pagamentos a titulo de adicional de insalubridade estejam condicionados à apresentação mensal de tabelas e/ou relatórios demonstrativos das atividades praticadas por cada contemplado com o adicional, independente de cargo ou de unidade em que esteja em exercício o servidor, onde se comprove a exposição a agentes insalubres de forma permanente e/ou intermitente, e com isso o direito à percepção do pagamento dessa natureza com vista a dar cumprimento ao que já determinado pelos Acórdãos TCU/2ª Câmara nº1874/05 e TCU/1ª Câmara nº 555/2005.

9.5.3 ï instaure no prazo de 15 (quinze) dias, procedimentos com o intuito de efetuar o desconto do auxilio alimentação, nos processo de concessão de diárias, em conformidade com o artigo 3º da Lei nº 9.527, de 10/12/97, e de promover os ressarcimentos pendentes nas situações em que se verificou a ausência dessa conduta, conforme achados da Controladoria-Geral da União/Regional/ES.

9.5.7 ï adote providencias no sentido de garantir que, doravante, os pagamentos de auxilio transporte a servidores somente sejam efetuados mediante a apresentação dos documentos necessários, como comprovantes de residência e passagens de ida e volta relativas a trechos intermunicipais percorridos. Falta comprovante que foi atendido

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
SEOF/PATRIMONIO/TRANSPORTE/ SAG/SAD	**14**

Providencias Adotadas

9.5.2 ï Resposta - Foram emitidas, pela Seção de Recursos Humanos, as Guias de Recolhimento referentes aos recolhimentos a serem feitos pelos ex-contratados (terceirizados), em razão do pagamento de adicional de insalubridade pago a maior. As Guias foram enviadas por AR ao endereço que constava nas respectivas fichas. Ocorre que não foram efetuados os recolhimentos e os ex-contratados não foram mais localizados por não residirem no Estado do Espírito Santo.

Em razão da dificuldade em sanar esta questão, foi enviado Ofício à Procuradoria da União, solicitando a adoção de medidas que possibilitem o ressarcimento dos valores à União. A Procuradoria propôs ação contra Robério Gomes de Oliveira ï ex-contratado, cujo domicilio se adscreve à subscrição da Procuradoria da União no Espírito Santo. O pedido foi julgado improcedente em 1ª Instancia. Da decisão foi interposta apelação**. Relativamente aos demais a Procuradoria da União no Estado do Espírito Santo transferiu a adoção de medida à Procuradoria da União no Estado do Rio de Janeiro tendo em vista que os mesmos residem naquele Estado cuja área de competência é da PU/RJ/AGU.**

Em atendimento a recomendação desta CGU/ES, através do Memo/GAB/SFA-ES nº 67/2011 de 03/09/2011 foi determinado a suspensão temporária do pagamento de adicionais de insalubridade aos servidores desta SFA, até a emissão de novo laudo pericial em elaboração. Entretanto, em cumprimento a Decisão Judicial ï Ação Ordinária nº 0054045.85.8011.40.4.01.3400 ï 4ª VF/SJDF, impetrada pelo Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários, e orientação da AGU, de 17/10/2011, determinamos o imediato restabelecimento do pagamento do Adicional de Insalubridade de acordo com a determinação da citada ação.

Em relação aos controles esta SFA, implementou medidas de controle de deslocamento dos servidores, com o formulário próprio de programação de viagem, indicando o nome do servidor,cargo, Plano Interno, Sub ação, localidade, período, nº de diárias, valor unitário , vale transporte, auxilio alimentação e suprimento. Além deste

formulário o servidor deverá apresentar o Relatório de viagem cujo prazo de entrega é até 05 (cinco) após o retorno, sem o que não realizará outra viagem. Visando obter maior controle no pagamento do adicional de insalubridade foi adotado recentemente o formulário ***ñ****Demonstrativo das Ações Externas Identificando o Direito ao Adicional de Insalubridade, no período que o servidor fizer jus, o qual é remetido ao Setor de Pagamento/SDP/SAD, para as devidas providencias.****ò***.

9.5.3 **- Resposta ï** *A SFA realizou levantamento das GRU****ôs*** *de recolhimento para cada servidor. Adotou, posteriormente orientações através do MEMO/ GAB/DFA/ES 0040/2006, visando solucionar o apontamento efetuado. Atualmente, quando da concessão de diária àquele servidor com direito ao auxilio alimentação o SEOF efetua os descontos correspondentes. Em 16/09/2011 através do Memo nº05/2011 de 16/09/2011 o SEOF após levantamento realizado nas PCDP emitidas durante o exercício de 2005, apresentou comprovantes dos descontos do auxilio alimentação, que se encontram a disposição para consulta no SEOF, bem como outras PCDPs.*

9.5.7 ï **Resposta ï** *A SFA encaminhou Memo Circular SGP/SAD/SFA/Nº 03 de 01/03/2011 a todos os Chefes de Divisão e Serviços informando o procedimento a ser adotado a partir do mês de Março do corrente ano, relativamente ao pagamento de auxilio transporte a servidores que utilizam o meio de condução não convencional, tais como rodoviários, intermunicipais ou interestaduais, ou seja, o pagamento do referido auxilio somente será realizado contra apresentação do quantitativo de bilhetes de passagens apresentado pelo servidor do mês anterior.* ***A SGP adotou rotinas de controle, sendo feito a suspensão do auxilio quando da não apresentação dos comprovantes.***

Síntese dos resultados obtidos

9.5.2 ï Suspensão temporária do pagamento da insulubridade, revogada por *Decisão Judicial ï Ação Ordinária nº 0054045.85.8011.40.4.01.3400 ï 4ª VF/SJDF;*

9.5.3 ï O SEOF apresentou comprovante do recolhimento do auxilio alimentação nas PCDPs, realizado na época.

9.5.7 ï Através do MEMO/CIRCULAR/SCP/SAD/SFA-ES/Nº 03 de 01/03/2011 estabeleceu-se procedimentos a ser adotados relativamente ao pagamento de auxilio transporte a servidores, os comprovantes se encontram arquivados em pastas no SGP/SAD;

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Diversos valores influenciaram na tempestiva solução das impropriedades, tais como:
Carência de Recursos Humanos capacitados; mudança de gestor tanto na esfera Federal com na Estadual; intempestividade na liberação dos recursos orçamentários e financeiros; convênios assinados pela administração central, com cláusulas inadequadas a administração estadual.
Como ponto positivo destacamos à implementação de diversos controles, e procedimento adotado pela nova gestão, dentre os quais destacamos: capacitou servidores, implantou um sistema de gerenciamento no uso da frota de veículos oficiais, controle dos contratos vigentes, etc...

15.2 ï Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO					14
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
		1173/2010/TCU PLENARIO			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO					**14**
Descrição da Deliberação:					
9.5 ï Determinar a Superintendência Federal de Agricultura que adote as medidas listadas abaixo: **9.5.8 ï efetue o registro de contratos, convênios e termos aditivos firmados pela SFA/ES no SIASG, em atendimento ao exigido repetidamente nas sucessivas Leis de Diretrizes Orçamentárias;**					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
SEOF/PATRIMONIO/TRANSPORTE/ SAG/SAD					**14**
Providencias Adotadas					
9.5.8 ï* Resposta ï Em atendimento a determinação do Superintendente o Serviço de Administração buscou corrigir a recomendação através da solicitação de apoio *à Gerencia Regional da Fazenda, que concedeu treinamento aos servidores, Carlos Alberto Simões Rocha, João Carlos Teixeira, Paulo César Musso de Mattos e Berenice Roque Duarte Assis da Silva, que na oportunidade lançaram os contratos de 2011, que se encontram em vigor nesta SFA.					
Síntese dos resultados obtidos					
9.5.8 ï Realizado lançamento dos contratos no SIASG no dia 16/02/2012;					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Como ponto positivo destacamos à implementação de diversos controles, e procedimento adotado pela nova gestão, dentre os quais destacamos: adesão ao sistema de registro de preços, capacitou servidores, implantou um sistema de gerenciamento no uso da frota de veículos oficiais, controle dos contratos vigentes, etc...					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO					14
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
	TC 010.615/2007-7	6687/2009			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
SUPERINTEDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO					**14**
Descrição da Deliberação:					

1.5.1 ï Determinar a SFA-ES que: **9.5.4 ï promova a apuração de responsabilidade pela inexecução parcial do objeto do Contrato nº06/2001, firmado pela então Delegacia Federal de Agricultura com a Fundação Dalmo Giacometti e, se for o caso, providencie, em 15 (quinze) dias a implementação de medidas tendentes a garantir a aplicação de sanções contratuais estabelecidas, posto que permanece sem a efetiva implementação o Sistema de Visualização de Pragas Quarentenárias, e busque agilizar o atendimento do determinado no item 1.2 do Acórdão TCU/2ª Câmara nº 1874/05, em relação ao funcionamento dos microscópios para captura de imagens**
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento

Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Serviço de Administração - SAD/SFA-ES	14

Justificativa para o seu não cumprimento:
9.5.4 ï Resposta -- *Em relação a este item, a SFA instaurou uma Comissão de Sindicância, através da Portaria nº 43/2011 para apuração da responsabilidade, no prazo de 30 dias. Esta Superintendência pesquisou nesta data a situação cadastral da referida empresa junto ao SICAF, INSS, FGTS e Receita Federal, que demonstra situação de não cadastrado no SICAF, regular com FGTS e situação vencida com INSS e Receita Federal. Após a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância, as eventuais sanções contratuais serão efetivamente implementadas. Considerando que os trabalhos da Sindicância não puderam ser concluídos, em face da não localização do processo, foi constituído, através da Portaria nº175/2011 de 02/09/2011 uma outra Comissão Sindicância para apurar e localizar nos arquivos da Superintendência o referido processo. Com o êxito dos trabalhos, em 03/11/2011/ a Comissão encaminhou ao Superintendente os autos originais referente a sindicância realizada.*
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
9.5.4 - Foi feito a compatibilização dos inventários físico e financeiro, no entanto por incompatibilidade do software com a rede do MAPA ficou inviável o funcionamento do sistema. Não obstante o tempo decorrido esta SFA instaurou uma Sindicância para apuração de responsabilidade.

15.3 ï Recomendações do OCI atendidas no exercício:

Quadro A.15.3.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Código SIORG**
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESPIRITO SANTO	14

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
	201109065	6 ï PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIDADE 6.1 ï SUB ÁREA ï PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES ï SERV. CIVIS 6.1.1 ï ASSUNTO ï SEGURIDADE SOCIAL 6.1.1.1 ï CONSTATAÇÃO 001	Oficio nº 16682/2011 CGU/ES 17/06/2012

Órgão/entidade objeto da recomendação	**Código SIORG**
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESPIRITO SANTO	

Descrição da Recomendação:
RECOMENDAÇÃO Nº[3]: Abster-se de estender reajustes de remuneração e vantagens aos servidores ativos aos pensionistas dos instituidores de pensão cujos benefícios são regidos pela Lei nº 10.887/2004, por contrariar o artigo 15 dessa mesma lei, com a redação da Lei nº 11.784/2008.
Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**

Seção de Gestão de Pessoas ï SGP/SAD	
Síntese da providência adotada:	
Através da Portaria GAB/ES/Nº 163/2011 de 05/09/2011 foi determinado à SGP/SAD se abster de conceder reajustes que contraria o Art.15 da Lei 11.784/2008. A SGP/SAD, providenciou as correções, mantendo apenas as amparada por Decisão Judicial ou que ainda estão no prazo de ampla defesa e contraditório.	
Síntese dos resultados obtidos	
Em vistas as providencias de correções implementadas a CGU/ES através do Oficio 6226/2012/CGU/ES de 05/03/2012 considerou atendida a recomendação 03 da constatação 01.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Quadro A.15.3.2 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			**Código SIORG**
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESPIRITO SANTO			14
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
	201109065	1 - GESTAO OPERACIONAL 1.1 - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS 1.1.1 - RESULTADO DO GERENCIAMENTO AMBIENTAL 1.1.1.1 ï CONSTATAÇÃO 29 E 30	Oficio nº 16682/2011 CGU/ES 17/06/2012
Órgão/entidade objeto da recomendação			**Código SIORG**
Serviço de Administração			
Descrição da Recomendação:			
RECOMENDAÇÃO 01 - Que a Unidade, na aquisição de bens e contratação de serviços, adote, sempre que possível, rotinas com vistas à implementação de uma gestão com foco na sustentabilidade ambiental, tais como aquisição de bens/produtos recicláveis e exigência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços, entre outras. RECOMENDAÇÃO 1 - Que a Unidade promova, junto a seus servidores, ações visando a conscientização sobre a importância da adoção de medidas com vistas à sustentabilidade ambiental no âmbito da administração publica**.**			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			**Código SIORG**
Comissão Constituída Portaria GAB/SFA-ES/ Nº 168 de 30/08/2011			
Síntese da providência adotada:			
Através da Portaria GAB/SFA-ES/ Nº 168 de 30/08/2011 foi constituída Comissão incumbida de implantar ações de conscientização sobre a importância da aplicação de critérios de sustentabilidade ambiental.			
Síntese dos resultados obtidos			
Foi feito reunião com a equipe para definição das ações a serem implementadas com o objetivo de conscientizar os servidores nas questões da sustentabilidade ambiental. Foram definidas metas para economicidade de energia elétrica, estão sendo adquiridos copos descartáveis biodegradáveis, estamos no aguardo do material solicitado à Brasília para divulgação e conscientização do consumo de água e energia elétrica.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

A equipe tem aproveitado o espaço nas reuniões onde envolve maior numero de servidores, para conscientizar sobre a sustentabilidade ambiental. Foi solicitado ao MAPA confecção de adesivos e folders para conscientização na diminuição do consumo de energia elétrica e água. O projeto está sendo absorvido e aceito pelos servidores e alguns resultados já se mostram visíveis.

Quadro A.15.3.2 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			**Código SIORG**
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESPIRITO SANTO			14
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
	201109065	7 ï APOIO ADMINISTRATIVO 7.1 ï SUB AREA ï ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE 7.1.3 ï ASSUNTO ï INDINIZAÇÕES 7.1.3.1 ï CONSTATAÇÃO 007	Oficio nº 16682/2011 CGU/ES 17/06/2012
Órgão/entidade objeto da recomendação			**Código SIORG**
Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo			**14**
Descrição da Recomendação:			
RECOMENDAÇÃO Nº1: Realizar o pagamento de auxilio transporte para custeio deslocamentos em transportes não convencionais apenas contra apresentação do quantitativo de bilhetes de passagens utilizados no mês anterior, em obediência à determinação do TCU contida no item 9.5.7 do Acórdão nº 1173/210 ï Plenário e à ON nº 04 de 11/04/2001, da SRH/MPOG ï CRH/MP. **RECOMENDAÇÃO Nº2: Manter os bilhetes de passagens arquivados e em bom estado de conservação, pelo prazo mínimo estabelecido no art. 211 parágrafo 2º do Regimento Interno do TCU, ou seja de 5 (cinco) anos após a publicação do ato de julgamento pelo TC da Unidade do Exercício no qual os bilhetes de Passagens foram utilizados.** **RECOMENDAÇÃO Nº3: Realizar o levantamento dos valores de auxílios transportes pagos indevidamente a servidores que utilizaram veículos próprios nos deslocamentos residência/trabalho/residência nos exercícios de 2010 e de 2011 para fim de ressarcimento ao erário, após a comunicação da presente irregularidade aos interessados e os prazos para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório.**			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			**Código SIORG**
Seção de Gestão de Pessoas			
Síntese da providência adotada:			
RECOMENDAÇÃO Nº - Através do MEMO/GAB/SFA nº 41/2011 foi determinado ao Setor de Gestão de pessoas ï SGP/SAD, levantamento dos valores do auxílio transporte pagos indevidamente aos servidores que utilizaram veículos próprios nos deslocamentos residência x trabalho x residência, no exercício de 2010 e 2011, para fins de ressarcimento ao erário, além de manter os bilhetes de passagens arquivados e em bom estado de conservação. A partir de março de 2011 foi estabelecido um novo procedimento para pagamento de auxílio transporte, que passou a ser efetuado somente contra apresentação do quantitativo de bilhetes de passagens utilizados no mês anterior. **RECOMENDAÇÃO Nº2 -** Através do MEMO/GAB/SFA nº 41/2011 foi determinado ao Setor de Gestão de pessoas ï SGP/SAD, manter os bilhetes de passagens arquivados e em bom estado de conservação. **RECOMENDAÇÃO Nº3** - Foi determinado ao Setor de Gestão de Pessoas ï SGP/SAD realizar os levantamentos dos valores do auxilio transporte pagos indevidamente aos servidores que utilizaram veículos próprios nos deslocamentos residência x trabalho x residência no exercício de 2010 e 2011, para fins de ressarcimento ao erário.			
Síntese dos resultados obtidos			
A CGU considerou atendida as recomendações 01;02 e 3, inclusive pela emissão de Portarias, determinando a regularização da constatação			

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
As planilhas de calculo dos levantamentos efetuados estão disponíveis no setor à auditoria da CGU.

Quadro A.15.3.2 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			**Código SIORG**
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESPIRITO SANTO			14
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
	201109065	2 - CONTROLE DA GESTAO 2.2 ï SUB ÁREA ï CONTROLE INTERNO 2.2.1 ï ASSUNTO ï AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS 2.2.1.2 ï CONSTATAÇÃO 41	Oficio nº 16682/2011 CGU/ES 17/06/2012
Órgão/entidade objeto da recomendação			**Código SIORG**
Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo			**14**
Descrição da Recomendação:			
RECOMENDAÇÃO Nº[1]: Que a Unidade aperfeiçoe seus procedimentos de controle interno por meio de treinamentos, reuniões e outras formas que enfatizem a importância dos mesmos, de modo que as falhas sejam mitigadas e, quando identificadas, solucionadas tempestivamente.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			**Código SIORG**
Seção de Gestão de Pessoas			
Síntese da providência adotada:			
A SFA já vem implementado ações de aperfeiçoamento de procedimentos nos controles internos por meio de reuniões semanais com as chefias das áreas técnicas e administrativas, onde são definidas novas rotinas, viabilizado treinamentos ou intercâmbios de troca de experiência com outras Unidades e com a Administração Central.ò É realizado semanalmente reuniões com a Área Administrativa, objetivando corrigir falhas tempestivamente. As rotinas e procedimentos de aperfeiçoamento estão sendo implantadas através de Portarias e Memorandos dirigidos aos responsáveis.			
Síntese dos resultados obtidos			
As providencias implementadas são medidas importantes para a regularização da constatação. Em vista disso a CGU ES considera atendida esta recomendação.			
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Fator Positivo: As reuniões semanais realizadas com as chefias técnicas e administrativa, tem apresentado resultados significativos no aperfeiçoamento dos processos internos desta SFA.			

Quadro A.15.3.2 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Código SIORG**
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESPIRITO SANTO	14
Recomendações do OCI	

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
	201109065	8 - SEGURANÇA E QUALIDADE DOS ALIMENTOS E BEBIDAS 8.1 ï SUB AREA ï PADRONIZAÇÃO, CLASSIF, FISCALI.,INSP.PRODUTOS 8.1.1 ï ASSUNTO ï PROGRAMAÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS 8.1.2..2 ï CONSTATAÇÃO 40	Oficio nº 16682/2011 CGU/ES 17/06/2012

Órgão/entidade objeto da recomendação	**Código SIORG**
Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo	**14**

Descrição da Recomendação:

RECOMENDAÇÃO Nº[1]: Que a Unidade elabore Termos de Referencia de acordo com os dados técnicos disponíveis, afim de que sejam evitados prejuízos a administração publica.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal	

Síntese da providência adotada:

A extrapolação do valor do contrato deveu-se a não previsibilidade contratual de grande quantidade de importação do produto malte cervejeiro, fato considerado quando da prorrogação do Contrato através do Termo Aditivo nº 01/2010. O valor verificado como pago sem amparo contratual foi efetuado somente após a assinatura e publicação do contrato (01/03/2010) e como reconhecimento de dívida, conforme recomendação do NAJ/AGU.
Após a coleta de preços, contendo os produtos e quantitativos anuais estimados (baseado nos arquivos de dados existente no SISV/SFA)será analisada a conveniência para a administração publica de um novo processo licitatório ou não.

Síntese dos resultados obtidos

Foi realizado um novo contrato em dezembro de 2011 com base no termo de referencia e submetido ao NAJ/AGU para analise jurídica, e atendeu as recomendações técnicas disponíveis no Ministério e as recomendações dessa CGU/ES.

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Pontos Positivos: Como conseqüência o Ministério da Agricultura obteve resultados financeiros positivo.

Quadro A.15.3.2 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Código SIORG**
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESPIRITO SANTO	14

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
	201109065	6 - PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIDADE 6.1 ï SUB AREA ï PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES ï SERV. CIVIS 6.1.1 ï ASSUNTO ï SEGURIDADE SOCIAL 6.1.1..2 ï CONSTATAÇÃO 04	Oficio nº 16682/2011 CGU/ES 17/06/2012

Órgão/entidade objeto da recomendação			**Código SIORG**
Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo			**14**
Descrição da Recomendação:			
RECOMENDAÇÃO Nº1: Realizar o cadastramento dos atos de concessão/alteração de aposentadoria e de pensão civil no sistema SISACNET, bem como o encaminhamento dos respectivos processos à CGU/ES, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação da concessão inicial ou de sua alteração no Diário Oficial da União, em obediência ao Artigo 7º da IN TCU 55/2007. **RECOMENDAÇÃO Nº2: Realizar o atendimento das diligencias da CGU-ES, relativas às analises de legalidade dos processos de concessão/alteração de concessão de aposentadoria e de pensões civil, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos a contar do recebimento desses processos diligenciados, em obediência ao artigo 12, parágrafos 2º e 3º, da IN TCU 55/2007. Findo esse prazo, os processos diligenciados devem ser devolvidos à CGU/ES com justificativas para o descumprimento de eventuais solicitações de informações ou documentos, quando for o caso.** **RECOMENDAÇÃO Nº3: Providenciar a imediata devolução à CGU/ES do processo de concessão de pensões civil do instituidor de matricula SIAPE n^0 0004378, juntamente com a respectiva ficha SISAC. Nesse processo, incluir no despacho de encaminhamento, quando for o caso, as justificativas para ausência de cumprimento do prazo estabelecido pelo artigo 12, parágrafos 2º e 3º, da IN TCU 55/2007.**			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			**Código SIORG**
Seção de Gestão de Pessoas			
Síntese da providência adotada:			
Por um equivoco a SGP/SAD encaminhou copia do processo de concessão de pensão civil do instituidor matricula SIAPE n^0 0004378, estamos providenciando o encaminhamento dos originais à CGU/ES, contendo despacho recomendado. Através da Portaria 176/2011, de 05/09/2011, foi determinada à SGP/SAD que providencie a imediata devolução à CGU/ES, através do Gabinete do Superintendente, do processo de concessão de pensões civil do instituidor de matricula SIAPE n^0 0004378, juntamente com a respectiva fichas SISAC, incluindo no despacho de encaminhamento, as justificativas para ausência de cumprimento do prazo estabelecido.			
Síntese dos resultados obtidos			
Diante das providencias tomadas, principalmente através da Portaria nº176/2011, para evitar as ocorrências apontadas, a CGU/ES considerou atendida as recomendações em tela.			
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Pontos Positivos: Todas as concessões de Aposentadorias e Pensões civil estão sendo cadastradas no SISACNET.			

Quadro A.15.3.2 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			**Código SIORG**
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESPIRITO SANTO			14
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
	201109065	3 - GESTAO PATROMINAL 3.1 ï SUB AREA ï BENS IMOBILIARIOS 3.1.1 ï ASSUNTO ï UTILIZAÇÃO DE IMOBILIARIOS	Oficio nº 16682/2011 CGU/ES 17/06/2012

		3.1.1.1 ï CONSTATAÇÃO 33	
Órgão/entidade objeto da recomendação			**Código SIORG**
Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo			**14**
Descrição da Recomendação:			
RECOMENDAÇÃO Nº1: Que a Unidade mantenha contato com a Secretaria de Patrimônio da União ï SPU com vistas à atualização das avaliações dos imóveis em questão.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			**Código SIORG**
Setor de Atividades Gerais ï SAG/SAD			
Síntese da providência adotada:			
Diante das reiteradas solicitações à SPU através dos ofícios 242/2011 e 540/2011, para atualização das avaliações dos imóveis sob controle desta Unidade, a CGU considera atendida a recomendação. Não obstante, através do oficio de nº 2105/2011/SPU/ES, fomos informados da impossibilidade daquela Superintendência em realizar as referidas atualizações face a insuficiência de técnicos para tal.			
Síntese dos resultados obtidos			
Assim, visando sanar tal constatação, esta SFA contatou a Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo, que autorizou o deslocamento de um Engenheiro Civil daquela unidade para realizar as referidas atualizações. Tão logo efetivadas, submeteremos à SPU para homologação. Informamos ainda, que foi realizada a transferência desta SFA para a SPU no SPIUNET, dos imóveis: Fazenda de Guaraná ï RIP 561100002-500-4, Colatina RIP 562000022-500-6 e Salas do Ed. Michelini ï RIP 5705.00408.500-3.			
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
NEGATIVOS : Falta de servidores da SPU para avaliar os imóveis.			

15.4 ï Recomendações do OCI pendentes de atendimento no final do exercício:

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			**Código SIORG**
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO			14
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
	201109065	6 ï PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIDADE 6.1 ï SUB AREA ï PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES ï SERV. CIVIS 6.1.1 ï ASSUNTO ï SEGURIDADE SOCIAL 6.1.1.1 ï CONSTATAÇÃO 001	Oficio nº 16682/2011 CGU/ES 17/06/2012
Órgão/entidade objeto da recomendação			**Código SIORG**
Descrição da Recomendação:			
RECOMENDAÇÃO Nº1: Corrigir o pagamento das pensões identificadas, após a comunicação desta			

impropriedade aos pensionistas dos instituidores de pensão mencionados e, quando for o caso, a concessão do prazo legal para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório. **RECOMENDAÇÃO Nº2: Providenciar o levantamento dos valores pagos indevidamente aos pensionistas dos instituidores identificados para fim de ressarcimento ao Erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/90, observada a prescrição qüinqüenal.**

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Justificativa para o seu não cumprimento:	
RECOMENDAÇÃO Nº : A SGP comunicou aos pensionistas dando prazo à ampla defesa e ao contraditório. Algumas pensões foram mantidas os valores, em razão de estarem amparadas por Decisão Judicial ou ainda se encontrarem no prazo para o exercício de ampla defesa. **RECOMENDAÇÃO Nº2: Devido a situação de algumas pensões estarem dentro do prazo para recurso e outras estarem amparadas por Decisão Judicial, não foi possível realizar o levantamento dos valores**	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Servidores envolvidos no assunto, necessitando de capacitação e atualização na legislação.	

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Código SIORG**
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO	14

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
	201109065	5 ï GESTAO DE SUPRIMENTOS DE BENS/SERVIÇOS 5.1 ï SUBAREA ï REGISTRO DE CONTRATOS E CONVENIOS ï SIASG 5.1.1- ASSUNTO ï CADASTRO DE CONTRATOS E CONVENIOS NO SIASG 5.1.1.1 ï CONSTATAÇÃO 37	Oficio nº 16682/2011 CGU/ES 17/06/2012

Órgão/entidade objeto da recomendação	**Código SIORG**
Setor de Atividades Gerais/SAD	
Descrição da Recomendação:	
RECOMENDAÇÃO Nº1: Que a Unidade adote a rotina de registro dos eventos dos contratos (contratos, aditivo, apostilamento, etc) no SIASG/SICON, como determina a legislação.	

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Setor de Atividades Gerais/SAD	
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Em 28/02/2011, através do Oficio GAB/SFA-ES nº 49/2010, foi solicitado à Coordenação Geral de Logística e Serviços Gerais ï CGSG/SPOA/MAPA o deslocamento de um servidor com conhecimento em SIASG e SIREP para treinar os servidores desta SFA-ES, com vistas a melhoria da qualidade dos serviços, porém fomos informados da impossibilidade do atendimento da nossa demanda;	

Esta SFA solicitou então o apoio de servidores da Policia Federal, que também não puderam atender nossa demanda. Somente em fevereiro de 2012, o Serviço de Administração solicitou o apoio da Gerencia Regional da Fazenda, que prontamente, orientou os servidores de como proceder no cadastramento. A partir do dia 16 de fevereiro de 2012 os servidores iniciaram o lançamento no SIASG/SICOM dos os novos contratos da SFA-ES. Com relação aos contratos publicados anterior e no exercício de 2011, não foi possível a inclusão dos mesmos no SIASG. O Serviço de Administração está buscando meios junto a outros órgãos, para inclusão dos mesmos.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Servidores envolvidos no assunto, necessitando de capacitação e atualização na legislação.

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			**Código SIORG**
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO			14
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
	201109065	**7 ï APOIO ADMINISTRATIVO** **7.1 ï SUBAREA ï ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE** **7.1.3 ï INDENIZAÇÕES** **7.1.3.2 ï CONSTATAÇÃO 014**	Oficio nº 16682/2011 CGU/ES 17/06/2012
Órgão/entidade objeto da recomendação			**Código SIORG**
SETOR DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA			
Descrição da Recomendação:			
RECOMENDAÇÃO Nº[1]: Realizar o levantamento dos valores de diárias pagos indevidamente no exercício de 2005 em razão da ausência do desconto do valor do auxilio alimentação no calculo das diárias devidas aos servidores em viagens a serviços e aquele exercício, em conformidade com a determinação do TCU contida no item 9.5.3 do Acórdão nº 1173/2010 ï Plenário, publicado no DOU em 4/06/2010. **RECOMENDAÇÃO Nº[2]: Providenciar o ressarcimento ao erário dos valores de diárias pagos indevidamente no exercício 2005, obedecendo a prescrição qüinqüenal, caso sejam identificados pagamentos indevidos em razão da ausência do desconto do valor auxilio alimentação no calculo das diárias devidas aos servidores em viagens a serviços naquele exercício, em cumprimento à determinação contida no item 9.5.3 do Acórdão nº 1173/2010 ï Plenário.** **RECOMENDAÇÃO Nº[3]: Apurar a responsabilidade por eventual prejuízo ao erário decorrente do descumprimento da determinação contida no item 9.5.3 do acórdão TCU nº 1173/2010 ï Plenário, devido a aplicação da prescrição qüinqüenal no calculo dos valores de diárias pagos indevidamente no exercício de 2005.**			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			**Código SIORG**
SETOR DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA			
Justificativa para o seu não cumprimento:			

RECOMENDAÇÃO nº1: Realizado o levantamento e localizadas as PCDPs e constatado os referidos descontos do auxilio alimentação. RECOMENDAÇÃO Nº 2: Em razão da constatação do referido desconto, não há necessidade ressarcimento ao erário. RECOMENDAÇÃO Nº3: Em razão da constatação do referido desconto, não há necessidade apuração de responsabilidade.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			**Código SIORG**
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO			14
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
	201109065	7 ï APOIO ADMINISTRATIVO 7.1 ï SUBAREA - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE 7.1.2 ï ASSUNTO ï REMUNERAÇÃO, BENEFICIOS E VANTAGENS 7.1.2.1 ï CONSTATAÇÃO 06	Oficio nº 16682/2011 CGU/ES 17/06/2012
Órgão/entidade objeto da recomendação			**Código SIORG**
SEÇAO DE GESTAO DE PESSOAS ï SGP/SAD			
Descrição da Recomendação:			
RECOMENDAÇÃO Nº1: Regularizar o pagamento de adicionais de insalubridade que não estejam amparados em laudos periciais e em portarias de localização e de concessão que atendam aos requisitos estabelecidos pela Orientação Normativa SRH/MP n^{0}02/2010, pelo Decreto 97.458/1989 e pelas determinações do Tribunal de Contas da União contidas no item 1.4 do Acórdão n^0.555/205 ï 1ª Câmara e no item 9.5.2 do Acórdão n^0 1.874/2005 ï 2ª Câmara e no item 9.5.2 do Acórdão n^0 1.173/2010 ï Plenário. **RECOMENDAÇÃO Nº2: Abster-se de realizar pagamentos de adicionais de insalubridade que não estejam amparados em laudos periciais e em portarias de localização e de concessão que atendam aos requisitos estabelecidos pela Orientação Normativa SRH/MP n^0 02/2010, pelo Decreto n^0 97.458/1989 e pelas determinações do TCU contidas no item 1.4 do Acórdão n^0 555/205 ï 1ª Câmara, no item 1.3 do Acórdão n^0 1.173/2010. ï Plenário.**			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			**Código SIORG**
Justificativa para o seu não cumprimento:			
RECOMENDAÇÃO Nº1 e Nº 2: - Através do Memo/GAB/SFA-ES nº 67/2011 de 03/09/2011 foi determinado a suspensão temporária do pagamento de adicionais de insalubridade aos servidores desta SFA, até a emissão de novo laudo pericial em elaboração. Diante de tal medida, o Sindicato Nacional dos Fiscais Federal Agropecuários impetrou mandado de segurança que por determinação judicial , determinou o imediato restabelecimento do pagamento. O novo laudo foi concluído entregue em fevereiro de 2012, porém estamos encaminhando o assunto a CJU/AGU/ES para que nos oriente em relação aos novos procedimentos, tendo em vista que o assunto está sub judices, conforme processo nº 0054045-85.2011.4.01.3400 que se encontra em curso na 4ªVara Federal/SJDF. A decisão liminar consta no agravo de instrumento nº 0065.818-45.2011.4.01.0000.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Código SIORG**
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO	14

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201109065	7 ï APOIO ADMINISTRATIVO 7.1 ï SUBAREA - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE 7.1.2 ï ASSUNTO ï REMUNERAÇÃO, BENEFICIOS E VANTAGENS 7.1.2.2 ï CONSTATAÇÃO 08	Oficio nº 16682/2011 CGU/ES 17/06/2012

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Seção de Gestão de Pessoas	

Descrição da Recomendação:

RECOMENDAÇÃO Nº1: Providenciar a exclusão da rubrica SIAPE n0 10288 ï Decisão Judicial N TRAN JUG AT da ficha financeira dos interessados de matricula SIAPE n.0184858 e 1112582, bem como providenciar o levantamento dos valores pagos indevidamente a titulo de um terço de férias e de gratificação natalina, nos termos do artigo 46 da Lei n. 8.112/90, após a comunicação da presente irregularidade aos interessados e a concessão de prazo para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório.

RECOMENDAÇÃO Nº2: Comprovar a legalidade do pagamento das rubricas SIAPE n00602 e 00604 aos interessados de matricula SIAPE 1083691, 1086111, 2086489 e 1081973, por meio dos seguintes documentos/informações:

a) a memória de cálculo utilizada para definição do atual valor pago aos interessados a título da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada ï VPNI prevista no artigo 0ª da Lei nº 8.460/1992, com o detalhamento do cálculo utilizado para a definição do valor inicialmente devido aos interessados e a identificação dos percentuais de reajustes posteriormente aplicados a esse valor inicial em função dos aumentos lineares concedidos aos servidores públicos federais até a presente data;

b) as decisões judiciais e/ ou administrativas que guardam relação com a concessão da vantagem ou com a definição do valor devido aos interessados.

RECOMENDAÇÃO Nº3: Corrigir o pagamento da VPNI prevista no artigo 9º da Lei 8.460/1992 aos interessados identificados quando, da analise de legalidade recomendada no item anterior, forem constatadas irregularidades de concessão ou de pagamento da vantagem, após a comunicação das irregularidades aos interessados e a concessão do prazo para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório. Em seguida realizar o levantamento dos valores pagos indevidamente para fins de ressarcimento ao erário, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/90.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Seção de Gestão de Pessoas	

Justificativa para o seu não cumprimento:

RECOMENDAÇOES Nº1, 2 e 3 - A SFA não tem autonomia para executar as correções, dependemos de autorização da CGDP/SE/MAPA. Através do processo nº 21018.001720/2012-15, foi reiterado solicitação à CGDP/SE/MAPA, para orientação na correção das referidas recomendações.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Falta de interação da Coordenação Geral de Pessoas/MAPA junto as SFAs e de um Plano de Carreira para o MAPA.

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			**Código SIORG**
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO			14
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
	201109065	8 ï SEGURANÇA E QUALIDADE DOS ALIMENTOS E BEBIDAS 8.1 ï SUBAREA ï PAD. CLASSIFICAÇÃO FISC. INSPEÇÃO PRODUTOS 8.1.1 ï CONTRATOS DE OBRAS, COMPRAS E SERVIÇOS 8.1.1.2 ï CONSTATAÇÃO: 039	Oficio nº 16682/2011 CGU/ES 17/06/2012
Órgão/entidade objeto da recomendação			**Código SIORG**
SEÇAO DE GESTAO DE PESSOAS ï SGP/SAD			
Descrição da Recomendação:			
Que a Unidade observe a legislação que disciplina os contratos administrativos (lei 8.666/93) e a despesa publica Lei 4.320/64 e particularmente as clausulas contratuais que definem a validade dos contratos por ela celebrados (vigência e objeto).			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			**Código SIORG**
Serviço de Inspeção Vegetal ï SISV/DDA/SFA-ES			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
RECOMENDAÇÃO Nº1: Em 17/12/2010 foi celebrado o contrato de Nº 12/2010 entre a SFA-ES e a empresa BOLSA DE GENEROS ALIMENTICIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO com prazo de vigência de 5 (cinco) anos renovável anualmente, para prestação de serviço de apoio operacional e laboratorial. Entretanto, por decisão unilateral a empresa BGARJ manifestou interesse em não renovar o contrato, encerrado em 17/12/2011. Trata-se de uma atividade típica de estado, em que não pode haver paralisação de serviços de classificação vegetal e de internalização de produtos vegetais importados pelos Portos do Espírito Santo. Tal assertiva é certificada pela Advocacia Geral da União. Assim, em 10/11/2011 a SFA iniciou processo licitatório para contratação de nova prestadora do serviço, que so foi assinado com a nova contratada em 03/01/2012. Cabe esclarecer que, em 12/12/2011, a BGA, que ainda prestava serviço na forma contratual, iniciou processo de coleta de amostra em navio atracado no Porto de Vitória, enviando-as para analise laboratorial em 17/12/2011. Os pagamentos efetuados como reconhecimento de divida, ocorreram em razão dos serviços de coletas de amostras terem sidos realizados ainda dentro do prazo contratual, sendo estas enviadas ao laboratório para analise, emissão dos laudos e envio dos resultados à prestadora de serviços para emissão dos certificados. As coletas no navio foram iniciadas em 12/12/2011 e concluídas em 17/12/2011e foram encaminhadas para analise no período de 19/12/12 a 06/01/2012, quando o contrato já havia vencido. Desta forma justificamos o ressarcimento à empresa prestadora dos serviços que haviam sido iniciados antes da vigência do contrato, ressarcimento este em forma de pagamento com reconhecimento de dívida, por não haver outra forma de fazê-lo, visto que os órgãos públicos não podem se omitir de pagar as obrigações regidas por contratos e na caso não havíamos como cessar um trabalho em pleno desenvolvimento até a sua conclusão como fora feito.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Positivo: O novo contrato foi feito nos parâmetros técnicos do Ministério da Agricultura. Negativo: O prestador de serviço não teve interesse na renovação do contrato.			

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			**Código SIORG**
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESP. SANTO			14
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
	201109065	2 ï CONTROLE DA GESTAO 2.2 ï SUBAREA ï CONTROLE INTERNO 2.2.1 ï ASSUNTO ï AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS 2.2.1.1 ï CONSTATAÇÃO 36	Oficio nº 16682/2011 CGU/ES 17/06/2012
Órgão/entidade objeto da recomendação			**Código SIORG**
Setor de Atividades Gerais/SAD			
Descrição da Recomendação:			
RECOMENDAÇÃO Nº[1]: Que a Unidade adote as medidas cabíveis para a normalização das falhas verificadas nos controles de almoxarifado e no sistema de depreciação dos ativos permanentes, bem como outras que se fizerem necessárias para uma conformidade contábil sem restrições.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			**Código SIORG**
Setor de Atividades Gerais/SAD			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Através do MEM/GAB/SFA-ES/Nº 61/2011 de 12/09/2012 à Secretaria Executiva foi solicitada a aquisição de um sistema informatizado de controle patrimonial, à exemplo dos outros órgãos oficiais, com vistas a sanar definitivamente esta recomendação. O atual controle, que é feito de forma manual, é deficiente e vulnerável. Estamos aguardando definição do MAPA sobre o assunto, tendo em vista que a SFA não tem autorização para aquisição de software.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Negativo: A demanda foi encaminhada a Coordenação Geral do MAPA, porém até a presente data não foi solucionado.			

16 ï INFORMAÇOES SOBRE TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇOES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO:

Não Houve.

17 ï OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES

Não Há.

PARTE B

INFORMAÇÕES CONTABEIS DA GESTAO.

1 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA SFA-ES

1.1 ï Declaração Plena com Ressalva ou Adversa

QUADRO B. 1.2 ï Declaração do Contador com Ressalva

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ):	**Código da UG:**
SUPERINT.FED.DE AGRIC.PEC.E ABASTECIMENTO/ES	130060

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

a) RMA NÃO CONFERE COM OS REGISTROS DO SIAFI
b) RMB NÃO CONFERE COM OS REGISTROS DO SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília, DF	**Data**	31 DE DEZEMBRO DE 2011.
Contador Responsável	Alberto Jerônimo Pereira	**CRC nº**	006624/T ï GO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arrolados nas contas referentes ao exercício de 2011, da Coordenação de Contabilidade, estão em dia com a entrega das cópias das declarações de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, e em conformidade com o item 08, da parte A, do anexo II `a Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010.

- Alberto Jerônimo Pereira
- José Calazans dos Santos e
- Maria de Fatima Álvares Araújo

Brasília, 16 de Fevereiro de 2012.

NELSON SUASSUNA DA MOITA
Coordenador-Geral de Administração de Pessoas

CONFERE COM O ORIGINAL

Alberto Jerônimo Pereira
Coordenador de Contabilidade
Contador - CRC-GO 6624-T-08

2 ï DEMONSTRAÇÕES CONTABEIS PREVISTAS NA LEI 4.320/64, INCLUINDO AS NOTAS EXPLICATIVAS, CONFORME DISPOSTO NA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008.

Não se aplica

3ï DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI Nº 6.404/76, INCLUINDO AS NOTAS EXPLICATIVAS.
Não se aplica

4ï INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL, INDICANDO OS PRINCIPAIS ACIONISTAS E RESPECTIVOS PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO.

Não se aplica

5-PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

Não se aplica

Vitória, 31 de Março de 2012

JOSE ARNALDO DE ALENCAR
Superintendente da SFA-ES
Portaria de Nomeação nº 909 de 25/09/2008
Publicada no DOU 26/09/2008
CPF 073.659.423-04

DESEMPENHO ORÇAMENTARIO 2011

PI	Natureza da Despesa		Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos	Crédito Disponível
GAPSDC	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.504,16	1.153,14	1.153,14	1.153,14	1.351,02
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	353,44	253,44	253,44	253,44	100,00
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	4.189,07	4.189,07	4.189,07	1.772,68	
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.057,37	1.057,37	1.057,37	1.057,37	
	339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	680,61	680,61	680,61	680,61	
			8.784,65	**7.333,63**	**7.333,63**	**4.917,24**	**1.451,02**
INDGRAF	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.150,02	2.150,02	2.150,02	2.150,02	
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	3.372,19	3.372,19	3.372,19	3.372,19	
	339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.193,00	1.193,00	1.193,00	1.193,00	
			6.715,21	**6.715,21**	**6.715,21**	**6.715,21**	**0,00**
DESENORG	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.415,00	1.406,76	1.406,76	1.406,76	8,24
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	222,35	222,35	222,35	222,35	
	339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	802,40	802,40	802,40	802,40	
			2.439,75	**2.431,51**	**2.431,51**	**2.431,51**	**8,24**
FISCGENE	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	620,00	387,22	387,22	387,22	232,78
			620,00	**387,22**	**387,22**	**387,22**	**232,78**
FISCINAN	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	9.302,41	8.386,38	8.386,38	8.386,38	916,03
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	2.370,27	2.370,27	2.370,27	2.370,27	
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	3.733,04	3.733,04	3.733,04	2.748,35	
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.346,48	2.346,48	2.346,48	383,48	
			17.752,20	**16.836,17**	**16.836,17**	**13.888,48**	**916,03**
FISFECOI	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	19.743,84	19.515,92	19.515,92	19.515,92	227,92
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	3.696,38	3.696,38	3.696,38	3.296,38	
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	12.307,71	12.307,71	12.307,71	12.307,71	
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.144,94	2.144,94	2.144,94	1.164,83	
	339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	787,29	787,29	787,29	787,29	
			38.680,16	**38.452,24**	**38.452,24**	**37.072,13**	**227,92**
APOIOPEC	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.034,81	1.034,80	1.034,80	1.034,80	0,01

	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.880,19	2.257,11	2.257,11	2.257,11	623,08
			3.915,00	**3.291,91**	**3.291,91**	**3.291,91**	**623,09**
CAPACITA	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	9.429,90	6.416,71	6.416,71	6.416,71	3.013,19
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	5.586,95	5.586,95	5.586,95	4.752,62	
			15.016,85	**12.003,66**	**12.003,66**	**11.169,33**	**3.013,19**
FISCALPEC	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.259,71	1.020,98	1.020,98	1.020,98	238,73
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	172,00				172,00
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.112,26	1.112,26	1.112,26	1.112,26	
			2.543,97	**2.133,24**	**2.133,24**	**2.133,24**	**410,73**
FISCORGEN	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	7.200,24	5.692,73	5.692,73	5.692,73	1.507,51
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	560,90	425,90	425,90	425,90	135,00
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.000,00	1.000,00	1.000,00	348,86	
			8.761,14	**7.118,63**	**7.118,63**	**6.467,49**	**1.642,51**
INATPEN	319008	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	53.288,17	53.288,17			
	319092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.511,98	3.511,98			
			56.800,15	**56.800,15**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
MANUTSFA	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	22.377,74	21.118,95	21.118,95	21.118,95	1.258,79
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	56.997,14	56.997,14	56.997,14	24.016,63	
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	28.425,72	28.425,72	28.425,72	24.984,22	
	339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.536,90	2.536,90	2.536,90	2.536,90	
	339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	148.940,05	148.940,05	148.940,05	136.399,78	
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	787.750,86	787.750,86	787.750,86	727.648,55	
	339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	2.902,59	2.902,59	2.902,59	2.902,59	
	339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	8.105,42	8.105,42	8.105,42	8.105,42	
	339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	24.581,21	24.581,21	24.581,21	6.625,85	
			1.082.617,63	**1.081.358,84**	**1.081.358,84**	**954.338,89**	**1.258,79**
PCEANIMAL	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	21.609,90	19.063,37	19.063,37	19.063,37	2.546,53
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.832,26	1.832,26	1.832,26	1.832,26	
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	18.400,00	18.400,00	18.400,00	16.401,51	
	339036	OUTROS SERVICOS	8.330,50	4.746,00	4.746,00	4.746,00	3.584,50

		DE TERCEIROS - PESSOA FISICA					
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	16,66	16,66	16,66	16,66	
	339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.421,04	5.421,04	5.421,04	5.421,04	
			55.610,36	**49.479,33**	**49.479,33**	**47.480,84**	**6.131,03**
RASTREAB	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	8.036,40	6.815,32	6.815,32	6.815,32	1.221,08
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	120,02	120,02	120,02	120,02	
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.700,00	1.700,00	1.700,00	1.177,13	
			9.856,42	**8.635,34**	**8.635,34**	**8.112,47**	**1.221,08**
VIGIFITOS	333041	CONTRIBUICOES	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	
	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	11.737,96	10.358,66	10.358,66	10.358,66	1.379,30
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.108,20	1.108,20	1.108,20	1.108,20	
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	9.500,00	9.500,00	9.500,00	6.391,16	
	339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.101,60	2.101,60	2.101,60	2.101,60	
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	360,00	360,00	360,00	46,66	
			27.807,76	**26.428,46**	**26.428,46**	**23.006,28**	**1.379,30**
VIGIFITOS	443042	AUXILIOS	384.424,00	384.424,00	384.424,00	384.424,00	
			384.424,00	**384.424,00**	**384.424,00**	**384.424,00**	**0,00**
APPRODUTOR	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	531,00	475,72	475,72	475,72	55,28
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	117,93	117,93	117,93	117,93	
			648,93	**593,65**	**593,65**	**593,65**	**55,28**
CERTOGAN	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	3.453,26	3.291,68	3.291,68	3.291,68	161,58
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	324,04	324,04	324,04	324,04	
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.000,00	1.000,00	1.000,00	970,00	
			4.777,30	**4.615,72**	**4.615,72**	**4.585,72**	**161,58**
FEBREAFTOS	333041	CONTRIBUICOES	42.200,00	42.200,00	42.200,00	42.200,00	
	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	10.881,90	7.919,90	7.919,90	7.919,90	2.962,00
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	605,81	605,81	605,81	605,81	
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	3.800,00	3.800,00	3.800,00	2.700,27	
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	108,32	108,32	108,32	108,32	
	339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.208,45	1.208,45	1.208,45	1.208,45	
			58.804,48	**55.842,48**	**55.842,48**	**54.742,75**	**2.962,00**
FISAGROTOX	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.693,26	1.693,26	1.693,26	1.693,26	
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	110,00	110,00	110,00	110,00	

	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.069,28	2.069,28	2.069,28	945,67	
	339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	997,70	997,70	997,70	997,70	
			4.870,24	**4.870,24**	**4.870,24**	**3.746,63**	**0,00**
FISCAGRIC	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.276,00	1.062,00	1.062,00	1.062,00	214,00
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	577,75	577,75	577,75	577,75	
			1.853,75	**1.639,75**	**1.639,75**	**1.639,75**	**214,00**
FISCALSEM	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	45.418,60	44.335,19	44.335,19	44.335,19	1.083,41
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	8.077,33	8.077,33	8.077,33	8.077,33	
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	17.536,46	17.536,46	17.536,46	17.536,46	
	339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	3.030,20	3.030,20	3.030,20	3.030,20	
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	2.063,11	2.063,11	2.063,11	2.063,11	
	339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.615,19	1.615,19	1.615,19	1.615,19	
	339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	7,02	7,02	7,02	7,02	
			77.747,91	**76.664,50**	**76.664,50**	**76.664,50**	**1.083,41**
FISPROVET	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	4.768,73	3.185,98	3.185,98	3.185,98	1.582,75
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	404,49	404,49	404,49	404,49	
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.404,00	2.404,00	2.404,00	1.157,19	
			7.577,22	**5.994,47**	**5.994,47**	**4.747,66**	**1.582,75**
IPVEGETAL 2	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	17.234,30	14.286,78	14.286,78	14.286,78	2.947,52
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	6.280,12	6.280,12	6.280,12	2.780,08	
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	5.000,00	5.000,00	5.000,00	1.597,32	
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	199,98	199,98	199,98	199,98	
	339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	500,00	500,00	500,00	500,00	
			29.214,40	**26.266,88**	**26.266,88**	**19.364,16**	**2.947,52**
PADCLASSIF	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	10.108,00	10.020,20	10.020,20	10.020,20	87,80
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.279,64	1.279,64	1.279,64	1.279,64	
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	70.287,84	69.865,62	69.865,62	60.865,62	422,22
	339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	225,37	225,37	225,37	225,37	
	339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	33.958,50	33.958,50	33.958,50	33.958,50	

			115.859,35	**115.349,33**	**115.349,33**	**106.349,33**	**510,02**
PCEVEGETAL	333041	CONTRIBUICOES	37.560,00	37.560,00	37.560,00	37.560,00	
	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	7.931,28	7.230,75	7.230,75	7.230,75	700,53
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.192,90	1.192,90	1.192,90	1.192,90	
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	581,92	581,92	581,92	581,92	
			47.266,10	**46.565,57**	**46.565,57**	**46.565,57**	**700,53**
PCEVEGETAL	443042	AUXILIOS	1.092.750,00	1.092.750,00	1.092.750,00	1.092.750,00	
			1.092.750,00	**1.092.750,00**	**1.092.750,00**	**1.092.750,00**	**0,00**
APOIAGRIC	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.558,86	1.504,16	1.504,16	1.504,16	54,70
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	212,00	212,00	212,00	212,00	
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	820,00	820,00	820,00	766,39	
			2.590,86	**2.536,16**	**2.536,16**	**2.482,55**	**54,70**
ECPCEANIMAL	333041	CONTRIBUICOES	179.131,00	179.131,00	179.131,00	179.131,00	
			179.131,00	**179.131,00**	**179.131,00**	**179.131,00**	**0,00**
ECPCEANIMAL	443042	AUXILIOS	1.478.580,00	1.478.580,00	1.478.580,00	1.478.580,00	
			1.478.580,00	**1.478.580,00**	**1.478.580,00**	**1.478.580,00**	**0,00**
FISCCANIMAL	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	997,70	109,64	109,64	109,64	888,06
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	
	339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	2.934,31	2.934,31	2.934,31	2.934,31	
			9.932,01	**9.043,95**	**9.043,95**	**9.043,95**	**888,06**
FISCONTRATO	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	6.624,50	5.899,46	5.899,46	5.899,46	725,04
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.220,44	1.220,44	1.220,44	1.220,44	
			7.844,94	**7.119,90**	**7.119,90**	**7.119,90**	**725,04**
FISCPLANTA	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	14.081,80	13.153,20	13.153,20	13.153,20	928,60
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	23.545,29	23.545,29	23.545,29	23.489,32	
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	20.745,00	20.745,00	20.745,00	18.066,57	
	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	8.342,65	8.342,65	8.342,65	7.460,27	
	339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	336,55	336,55	336,55	336,55	
			67.051,29	**66.122,69**	**66.122,69**	**62.505,91**	**928,60**
INSPANIMAL3	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	39.327,73	34.598,70	34.598,70	34.598,70	4.729,03
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	16.642,07	16.642,07	16.642,07	14.142,07	
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	7.572,58	7.572,58	7.572,58	6.306,07	
	339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	796,50	442,50	442,50	442,50	354,00

	339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	335,75	335,75	335,75	335,74	
	339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.390,80	1.390,80	1.390,80	1.390,80	
	339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	65,99	65,99	65,99	65,99	
			66.131,42	**61.048,39**	**61.048,39**	**57.281,87**	**5.083,03**
TOTAL GERAL			**4.974.976,45**	**4.938.564,22**	**4.881.764,07**	**4.713.731,14**	**36.412,23**